



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LUCAS RIBEIRO CAMPOS**

**SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:  
MUTUALISMO, POLÍTICA E IDENTIDADE RACIAL EM SALVADOR  
(1861-1894)**



Salvador  
2018

**LUCAS RIBEIRO CAMPOS**

**SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:  
MUTUALISMO, POLÍTICA E IDENTIDADE RACIAL EM SALVADOR  
(1861-1894)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Escravidão e Invenção da Liberdade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

Salvador  
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Campos, Lucas Ribeiro  
SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS: MUTUALISMO,  
POLÍTICA E IDENTIDADE RACIAL EM SALVADOR (1861-1894) /  
Lucas Ribeiro Campos -- Salvador, 2018.  
149 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
História) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

1. Sociedade Protetora dos Desvalidos. 2. associativismo  
negro. 3. mutualismo. I. Ribeiro de Albuquerque, Wlamyra.  
II. Título.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	INSCRIÇÃO	GRUPO DO CURSO
Lucas Ribeiro Campos	215117215	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)		
EXAMINADORES	SIGNATURAS	CPF
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (Orientador- UFBA)		530.895.615-119
João José Reis (UFBA)		079.031.125-72
Petrônio José Domingues (UFS)		

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de 2018, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **LUCAS RIBEIRO CAMPOS**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora **WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A BANCA AVALIAR QUE O TRABALHO ATENDE PLENAMENTE AOS CRITÉRIOS EXIGIDOS PARA O MESTRADO, ENFATIZOU A QUALIDADE DA PESQUISA, A FLUIDEZ DO TEXTO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

SSA, 31/03/2018. Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2018. Assinatura do orientador:

Para meus avós, Duzinha e Carlito (In  
memoriam).

Para todos os homens de cor da Sociedade  
Protetora dos Desvalidos, que não cansaram de  
lutar pela sobrevivência de seus pares.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e inspiração para concluir esse importante ciclo da minha vida.

Aos meus pais, Dita e Francisco, pelo amor e apoio de sempre. Sem vocês, esse sonho não seria possível.

À minha orientadora, a professora doutora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, por ter me acolhido desde o final da graduação, como bolsista de iniciação científica, e ter me ensinado a superar os desafios do ofício de historiador.

Aos colegas de mestrado, por terem sido companheiros nos momentos difíceis e também nas horas de descontração, sobretudo, Azivonete Cardoso dos Santos (Nete), Emanuelle Maia Moreira (Manu), Fabiano Moreira da Silva, Jéssica Santos Lopes da Silva, Jorge Roberto Chastinet de Souza, Kelly Marcia de Moura Leal, Leonardo Dantas D'Icarahy, Lucas Andrade dos Santos, Raul Fernando Nunes Dantas e Simony Oliveira Lima.

Aos amigos e ex-estagiários do Centro de Memória da Bahia (CMB), especialmente Cleide Teixeira dos Santos, Iran Souza da Conceição, Janaína Oliveira, Jaqueline Machado de Queiroz e Marcelo Remilson Bouças, pelas resenhas, conselhos e amizade sincera.

Aos amigos Andersen Kubnhavn Figueirêdo, Diana Santos Souza, Edmundo Cunha Monte Bezerra, Emily de Jesus Machado, Jucimar Cerqueira dos Santos, Larissa Regina da Silva, Karine Teixeira Damasceno, Thiago Alberto Alves dos Santos e Vânia Muniz dos Santos, pela torcida, correções de textos e indicações de leituras e fontes para a dissertação.

Aos professores Antônio Luigi Negro (Gino), Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior (Zaca), Cláudia Moraes Trindade, Cláudio Alves Furtado, Gabriela dos Reis Sampaio, Milton de Araújo Moura, por terem sido grandes mestres no ofício de historiador.

Aos colegas do grupo de pesquisa da UFBA, *Escravidão e Invenção da Liberdade*, especialmente a Lisa Earl Castillo, por ter sido muito generosa ao compartilhar comigo fontes e informações muito importantes para este trabalho.

Aos professores Aldrin Armstrong Silva Castellucci e Iacy Maia Mata, pelas contribuições em minha banca de qualificação, que foram essenciais para a finalização da escrita desta dissertação.

Aos professores João José Reis e Petrônio José Domingues, por terem aceitado o convite de participar de minha banca de defesa.

À Douglas Guimarães Leite, pelos diálogos constantes de pesquisa e por ter sido bastante solícito nos inúmeros e-mails trocados.

À Jacqueline Valença, pernambucana de Olinda, amiga e confidente, que apesar da distância foi uma das pessoas que mais torceu pela conclusão deste trabalho.

À Ana Cláudia Pereira, pela generosidade na correção de alguns capítulos dessa dissertação.

À Renata dos Anjos Pinheiro, pela grande amizade de sempre.

À minha prima Elis Regina Ribeiro Peixoto (Lili) e seu marido Heron Vasconcelos Nascimento, médicos em formação, pela consultoria na análise de doenças do século XIX.

Ao meu primo Samuel Ribeiro Brito Peixoto, pela constante torcida e correção do texto final.

À Jamile Serra Coutinho, pelo amor, carinho, torcida, companheirismo e cumplicidade.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas por onde passei. Sou grato ao auxílio prestado pelos servidores do setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), especialmente na figura de Renata Souza, e aos funcionários do setor de jornais raros. Agradeço ainda aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e da Biblioteca Isaias Alves, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, especialmente à Dilzaná Oliveira.

À toda diretoria e funcionários da Sociedade Protetora dos Desvalidos, por terem me recebido com muito carinho, especialmente à presidenta Ligia Margarida Gomes, Regina Célia Santos Rocha e Cleise Souza Santana.

Aos trabalhadores brasileiros, que financiaram meus estudos no mestrado, através da bolsa de pesquisa concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Enquanto escrevo as últimas linhas desses agradecimentos, em meu velho caderno, no fundo de uma van, vindo da cidade de Santo Antônio de Jesus, observo a linda paisagem do Recôncavo Baiano em um fim de tarde. Assim como o sol encerrou o seu ciclo naquele dia, penso que aqui concluo uma importante fase da minha vida.

Cruz das Almas, março de 2018

Lucas Ribeiro Campos

Sou eu, sou eu, sou eu, sou eu, sou eu... liberdade  
Sou eu, sou eu, sou eu, sou eu, sou eu... realidade  
Sou também fraternidade  
Por um mundo de igualdade  
Semeando pelos campos o amor

Serei Pablo Neruda  
Serei Ernesto Che Guevara  
Serei um Luther King ou Gandhi  
Serei um Guarani ou Tupi  
Serei Violeta Parra  
Serei o poeta Osmir  
Serei Nelson Mandela ou Lennon  
Serei Abraham Lincoln ou Zumbi

Sou eu, sou eu, sou eu, sou eu, sou eu... liberdade.  
Sou eu, sou eu, sou eu, sou eu, sou eu... igualdade.

*Liberdade* (2010), na voz de Mateus Aleluia

## RESUMO

A Sociedade Protetora dos Desvalidos foi a primeira associação civil negra do Brasil, instalada em 1851 e regulamentada pelo governo em 1861. De acordo com seu estatuto de 1874 e reiterado em 1894, a associação admitia como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta”, com o objetivo de auxiliá-los na doença, invalidez, prisão, velhice e, até mesmo, após a morte, através de um funeral digno. Proporcionava também pensões aos familiares dos sócios e supervisionava a educação dos órfãos. Esta dissertação tem como objetivo principal entender como os trabalhadores livres de cor, associados a SPD, constituíram naquele espaço uma noção de solidariedade e pertencimento racial, que atendessem às suas demandas nas últimas décadas do século XIX, como acesso à cidadania, educação e ajuda mútua. Em um contexto de crise do escravismo, com a efervescência dos movimentos abolicionistas no Brasil, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, procuro entender qual era o lugar da SPD nessa conjuntura. Para isso, utilizei como fontes principais os documentos do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), como atas, estatutos, relatórios, demonstrativos financeiros, pedidos de inscrição, bem como solicitações de socorro, pensão e aposentadoria.

**Palavras-chave:** Sociedade Protetora dos Desvalidos; associativismo negro; mutualismo.

## ABSTRACT

The Sociedade Protetora dos Desvalidos was the first civil black association in Brazil, created in 1851 and regulated by the government in 1861. According to its statute of 1874 and reaffirmed in 1894, the association admitted as effective members "all black color Brazilian citizens", with the purpose of assisting them in sickness, invalidity, imprisonment, old age and, even after death, through a worthy funeral. It also provided pensions to the members' families and supervised the education of orphans. The main objective of this master thesis is to understand how the free workers of color, associated to SPD, constituted in that space a notion of solidarity and racial belonging, that satisfied their demands in the last decades of 19th century, such as access to citizenship, education and mutual aid. In a context of slavery crisis, with the effervescence of the abolitionist movements in Brazil, especially in the decades of 1870 and 1880, I try to understand the place of the SPD in this conjuncture. As main sources I resorted to the documents of the Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), such as minutes, statutes, reports, financial statements, applications for registration, as well as distress, pension and retirement requests.

**Keywords:** Sociedade Protetora dos Desvalidos; black associativism; mutualismo.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AHMS</b>	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
<b>AINSR</b>	Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
<b>APEB</b>	Arquivo Público do Estado da Bahia
<b>ASPD</b>	Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos
<b>BNDigital</b>	Biblioteca Nacional Digital
<b>BPEB</b>	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
<b>BVCP</b>	Biblioteca Virtual Consuelo Pondé
<b>IGHB</b>	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

## LISTA DE IMAGENS E TABELAS

### Imagens

Imagem 1	Felipe Benicio	27
Imagem 2	Sede no Largo do Cruzeiro de São Francisco	37
Imagem 3	Marcolino José Dias	53
Imagem 4	Manoel Querino	61
Imagem 5	Membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais no Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife (1880)	79
Imagem 6	Sala de reuniões do sobrado no Largo do Cruzeiro de São Francisco	81
Imagem 7	Sessão Solene de 16 de setembro de 1932	89

### Tabelas

Tabela 1	Declaração de cor	71
Tabela 2	Declaração de ocupação	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. “ARRIMO AOS QUE A ELA RECORREM”: SOLIEDARIEDADE NEGRA ENTRE TRABALHADORES DE OFÍCIO.....</b>	<b>17</b>
1.1 “Somos vivos, todos estamos sujeitos aos incômodos e a dor”: a garantia de proteção contra as adversidades da vida.....	17
1.2 Amparo aos pensionistas e educação aos órfãos .....	28
<b>2. O JOGO POLÍTICO DAS LIDERANÇAS DE COR: ALIANÇAS, CONFLITOS E REDES DE PROTEÇÃO .....</b>	<b>39</b>
2.1 Manoel Leonardo Fernandes e as articulações com os liberais.....	39
2.2 “Está aqui o negro zuavo baiano”: Marcolino José Dias no jogo político .....	49
2.3 Quem se finge de doente é para ser visitado: um velho conhecido e as novas articulações na República .....	58
<b>3. COR E RAÇA NA IDENTIDADE DOS SÓCIOS EFETIVOS .....</b>	<b>66</b>
3.1 Identidade de cor nas últimas décadas da escravidão.....	66
3.2 “Estas cenas rebaixam a nossa raça e a nossa Sociedade”: raça e racialização no pós-abolição.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>99</b>
Anexo I – Estatuto de 1874 .....	99
Anexo II – Estatuto de 1894 .....	110
Anexo III – Sócios efetivos (1851-1899) .....	120
Anexo IV – Sócios protetores.....	138
Anexo V – Pedidos de socorro .....	142
Anexo VI – Conselho Administrativo (1851-1900) .....	146
Anexo VII – Comissão Fiscal (1874-1900).....	149
Anexo VIII – Assembleia Geral (1887-1900) .....	149

## INTRODUÇÃO

Em 29 de outubro de 1851, depois de um racha entre membros da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos<sup>1</sup>, alguns trabalhadores livres de cor, instalaram na capital da Província da Bahia, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante SPD). A associação teve sede na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1848-1868), depois em um prédio à Rua do Bispo, Freguesia da Sé, até o ano de 1887 e posteriormente passou a funcionar em um sobrado no largo do Cruzeiro de São Francisco, conservado como sede até os dias atuais.<sup>2</sup> De acordo com seu estatuto de 1874 e reiterado em 1894, a SPD admitia como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta”, com o objetivo de auxiliá-los na doença, invalidez, prisão, velhice e, até mesmo, após a morte, através de um funeral digno. Proporcionava também pensões aos familiares dos sócios e supervisionava a educação dos órfãos.<sup>3</sup>

Em 1861, a SPD passou a ser a primeira associação civil negra no Brasil, regulamentada como um montepio pelo Estado, através da Lei dos Entraves. Estas leis estabeleceram regras que, além de terem como objetivo uma vigilância sobre a livre-iniciativa na vida financeira e econômica, visavam controlar a prática associativa no país, através do Conselho de Estado e das autoridades provinciais.<sup>4</sup> A SPD estava inserida em um contexto de

---

<sup>1</sup> A Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos havia sido fundada em 16 de setembro de 1832, através de um grupo de trabalhadores negros, livres e libertos, na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. A Irmandade funcionou como uma espécie de junta de alforria, que ajudava escravizados e seus familiares na busca por liberdade. Além disso, operou também como caixa de empréstimos e através de um sistema de penhores. Entre seus fundadores, estavam pedreiros, marceneiros, calafates, além de carregadores e trabalhadores ao ganho. De acordo com Douglas Guimarães Leite, houve uma cisão entre os membros da Irmandade por volta do ano de 1848, motivada por posicionamentos em relação ao destino do cofre da instituição. Para Leite, este conflito foi essencial para que entre os anos de 1848 a 1851, existissem disputas entre “irmãos” e “sócios” no campo jurídico em relação à posse do patrimônio material e simbólico construído ao longo das duas primeiras décadas da Irmandade. Para mais informações, ver: LEITE, Douglas Guimarães. “*Mutualistas, graças a Deus*”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017, p. 49-53.

<sup>2</sup> BRAGA, Júlio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987, p. 23-32; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 2002. p. 546-548.

<sup>3</sup> Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos, aprovado pelo governo da Província em 26 de agosto de 1874.

<sup>4</sup> Sobre a Lei dos Entraves, ver: Lei nº 1.083, de 22/08/1860. *Colleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 1, p. 28-36, 1860; Decreto nº 2.686, de 10/11/1860. *Colleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, p. 1061-1063, 1860; Decreto nº 2.711, de 19/12/1860. *Colleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, p. 1125-1140, 1860. Para uma discussão mais detalhada, ver: LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado (O mutualismo em São Paulo)*. São Paulo: Editora Contexto, 1990; LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

proliferação desse tipo de associação por todo país, responsáveis por promover a solidariedade entre seus sócios, que tivessem algum traço de identidade em comum, fosse ele de ofício, naturalidade ou étnico-racial. Com a instabilidade do mercado de trabalho, da falta de empregos, da inexistência de políticas governamentais que abarcassem as necessidades de diversas categorias de trabalhadores e com a crise do sistema escravista, a SPD foi importante para garantir a sobrevivência de muitos trabalhadores de cor na cidade de Salvador.

A historiografia sobre as experiências negras em associações de ajuda mútua no século XIX ainda é um campo com muitas possibilidades de pesquisa. Nas últimas décadas, os estudos sobre as mutuais ganharam bastante visibilidade, com uma expansão de diálogos por várias regiões do Brasil. Muito se discutiu, dentro do tema ao qual se chama de mutualismo, sobre a formação de identidades de classe, baseado em critérios como ofício ou origem, ao dar destaque para formas de mobilização, reivindicação e lutas específicas de determinados grupos de trabalhadores.<sup>5</sup> No entanto, ainda se faz necessária uma discussão sobre a importância do associativismo mutualista na constituição de solidariedade, estratégias políticas e identidade entre trabalhadores de cor, nas últimas décadas da escravidão e nos primeiros anos do pós-abolição. Muitos estudos sobre o associativismo negro se caracterizaram por concentrar suas análises nas irmandades<sup>6</sup> ou nos chamados clubes sociais

---

<sup>5</sup> Alguns dos principais estudos sobre o mutualismo no Brasil: LUCA, op. cit., 1990; BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cad. AEL*, v. 6, n.10/11, 1999; Idem. Relançando o debate sobre o mutualismo: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, 2010, p. 12-22; SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, nº 58, 2009, p. 291-315; Idem. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, nº 4, 2010, p. 23-39; CORD, Marcelo Mac. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012; CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. Sobre o mutualismo na Bahia: SILVA, M. C. B. C. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, 1998; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015; REIS, Eliane Maia dos. *Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 – 1887)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016; LEITE, op. cit., 2017.

<sup>6</sup> Sobre irmandades negras, ver: SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976; BRAGA, op. cit., 1987; REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 49-70; Idem. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 3, 1996, p. 7-33; FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1997; CORD, Marcelo Mac. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-*

negros das primeiras décadas do século XX, com pesquisas localizadas no Sul e Sudeste brasileiro. Esses clubes negros, muito estudados no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, ficaram conhecidos pela produção de uma imprensa negra e se tornaram foco de intensos estudos em uma historiografia já consolidada no Brasil.<sup>7</sup>

Em parte, essa escassez de estudos sobre o associativismo negro de caráter civil no século XIX pode ser atribuída às poucas fontes sobre essas instituições, resultado de uma política do governo que proibia essas formas de organizações. No Rio de Janeiro do século XIX, de acordo com Ronaldo Pereira de Jesus, que analisou uma amostra de 177 pedidos de instalação de associações enviados ao Conselho de Estado, entre os anos de 1860 a 1887, é possível perceber que menos de 5% dessas instituições eram formadas por libertos.<sup>8</sup> Dentre elas, estão os casos da Sociedade Beneficente da Nação Conga (1861), Sociedade de Beneficência da Nação Conga "Amiga da Consciência" (1874) e a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874). Sidney Chalhoub trouxe essas associações para o debate em duas oportunidades e chamou atenção para a forma como foram elaboradas políticas do Estado que proibiu a formação de associações negras na Corte.<sup>9</sup>

No caso da Bahia, um dos primeiros pesquisadores a refletir sobre a SPD foi o antropólogo Júlio Santana Braga. Para o autor, a associação, além de “socorrer e amparar seus associados em caso de necessidade, (sic) se constituiu numa agência de prestígio para seus membros”, com a condição de que os interesses desses sujeitos “não se chocassem com os interesses maiores da sociedade dominante”. Sua pesquisa foi pioneira ao chamar atenção para a importância do estudo da SPD como um caminho para o entendimento sobre os negros na Bahia. No entanto, sua análise não aprofunda uma reflexão sobre as fontes e trata de forma

---

1872. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001; REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011; LEITE, op. cit., 2017.

<sup>7</sup> Sobre associativismo negro no Brasil, ver: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *As associações de homens de cor e a imprensa negra paulista*. Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006; LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. *Organização negra em Pelotas: características e evolução (1870-1950)*. In: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. São Leopoldo: OIKOS, 2007, v. 1, p. 1-11; SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011; DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 34, n.67, 2014, p. 251-281.

<sup>8</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. *Locus: revista de história*, n 01, 2007, p. 153, 160-161.

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 231-237; Idem. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 240-265.

indistinta a Irmandade dos Desvalidos e a associação, sem um cuidado com os contextos históricos.<sup>10</sup>

Já Douglas Guimarães Leite analisou a Irmandade dos Desvalidos e a SPD, entre os anos de 1832 a 1869, a partir de uma perspectiva comparativa entre as tradições religiosas e seculares da ajuda mútua popular promovida por negros no Brasil. O autor argumenta que existiram peculiaridades tanto na irmandade como na associação, o que caracterizou uma espécie de “mutualismo de cor”. Para Leite, as duas primeiras décadas da associação foram de estruturação e consolidação de uma sociedade civil de caráter previdenciário e de timbre profissional, até a formulação de seu primeiro estatuto sob as exigências da Lei dos Entraves. Sua pesquisa é uma contribuição interessante para se pensar a dinâmica entre associações civis de ajuda mútua e as irmandades.<sup>11</sup>

Nesta dissertação, procuro ir por um caminho diferente e pouco explorado até então pelos pesquisadores que se dedicaram a escrever sobre a SPD. Dividido em três capítulos, este trabalho busca entender como os sócios da SPD constituíram um projeto político que atendesse às demandas dos trabalhadores livres de cor, nas últimas décadas do século XIX, como acesso à cidadania, educação e ajuda mútua. Mais especificamente, procuro compreender quais foram as estratégias adotadas por aquele grupo para cumprir seus objetivos de proporcionar dignidade para trabalhadores de cor. Deste modo, utilizo como recorte temporal, os anos de 1861 a 1894, periodização que marca o primeiro estatuto regulamentado pela Lei dos Entraves e o último que tive acesso no século XIX.

No primeiro capítulo, intitulado “‘Arrimo aos que a ela recorrem’: solidariedade negra entre trabalhadores de ofício”, busquei analisar o caráter beneficente da SPD, ao observar como a associação se constituiu num espaço capaz de garantir para seus associados, auxílio na doença, na invalidez, na velhice ou na morte, e para os seus familiares, pensões às viúvas e ajuda na educação dos órfãos. No segundo capítulo, cujo título é “O jogo político das lideranças de cor: alianças, conflitos e redes de proteção”, procurei entender a atuação política das principais lideranças da SPD, que constituíram fortes bases clientelistas com lideranças liberais e abolicionistas na Bahia. No terceiro e último capítulo, “Cor e raça na identidade dos sócios efetivos”, busquei compreender os limites e as possibilidades de uma identidade constituída entre esses trabalhadores de ofício, através de um processo complexo de pertencimento racial, no qual cor e raça foram mobilizados como critérios essenciais de identificação.

---

<sup>10</sup> BRAGA, op. cit., p. 55, 58.

<sup>11</sup> LEITE, op. cit., 2017.

Para esta pesquisa foram utilizados os documentos do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), como atas, estatutos, relatórios, atestados médicos, demonstrativos financeiros, pedidos de inscrição, além de solicitações de socorro, pensão e aposentadoria. Foram consultadas fontes do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), como os comunicados e listas das diretorias eleitas, que eram enviadas ao presidente da Província da Bahia. A pesquisa contou também com fontes impressas como jornais e almanaques, alguns consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), na Biblioteca Virtual Consuelo Pondé (BVCP) e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

Convido o leitor a acompanhar nas próximas páginas a história de luta e resistência desses trabalhadores de cor.

## 1. “ARRIMO AOS QUE A ELA RECORREM”: SOLIEDARIEDADE NEGRA ENTRE TRABALHADORES DE OFÍCIO

Senhores, todo homem tem a obrigação de dirigir o seu entendimento para o estudo da verdade, com o fim de bem cumprir o seu dever e realizar o seu destino. Foi assim que um certo número de homens reuniu-se um dia e entendeu criar uma sociedade que tivesse por fim a caridade e por nome Protetora dos Desvalidos. Era preciso termos uma sociedade onde os artistas que são os desprotegidos da sorte, guardassem um pequeno óbolo para quando tivesse no leito da dor ser amparado. É preciso que não esqueçamos um só momento da nossa instituição, por que é o único amparo que temos para nossas famílias. É preciso fraternidade para que um dia possamos chegar ao nosso destino.

Amâncio Rodrigues Seixas, 22 de outubro de 1882<sup>1</sup>

Foi assim que uma das maiores lideranças da SPD, o então presidente do Conselho Administrativo, Amâncio Rodrigues Seixas, encerrou seu discurso ao término de sua gestão. Amâncio foi um antigo sócio, que havia ingressado em novembro de 1868. Em sua trajetória, assumiu diversos cargos na associação. No Conselho Administrativo, foi presidente em cinco oportunidades e vice-presidente duas vezes. Integrou em muitas ocasiões a Comissão de Contas, que era responsável por fiscalizar e aprovar o balanço financeiro da associação. Assumiu também o cargo de presidente da Assembleia Geral, que era responsável por fiscalizar a diretoria. Por ter cumprido bem seu papel de associado, ao contribuir regularmente com suas mensalidades, durante 18 anos, se tornou sócio remido. Em outubro de 1884, foi homenageado com seu retrato na sala de reuniões da SPD, pelos serviços prestados à associação. Faleceu em 23 de agosto de 1899 e deixou um filho de 11 anos de idade, que foi amparado pela associação. Amâncio viveu quase 30 anos de sua vida dedicados à associação e, assim como muitos trabalhadores livres de cor, acreditava que o único amparo para si e sua família fosse à solidariedade através da ajuda mútua. A sua fala expressava uma expectativa que acompanhava muitos homens de cor, nas últimas décadas da escravidão: a garantia de um futuro amparo.<sup>2</sup>

### 1.1 “Somos viventes, todos estamos sujeitos aos incômodos e a dor”: a garantia de proteção contra as adversidades da vida

---

<sup>1</sup> ASPD, relatório apresentado à Assembleia Geral da Sociedade Protetora dos Desvalidos no dia 22/10/1882.

<sup>2</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 01/11/1868; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 14/10/1884, aprovada em 15/04/1885; ASPD, requerimento de Joana da Silva Romão de 06/09/1899.

No estatuto de 1874 da SPD, em seu artigo 3º, parágrafo 1º, dizia que a associação tinha como finalidade socorrer os “sócios que caírem em indigência, ou que, por algum acontecimento desastroso, se acharem privados de adquirirem a indispensável subsistência”. Para solicitar o socorro, caso o associado estivesse doente, deveria ter, pelo menos, seis meses de admissão e nenhuma dívida com a associação. Era necessário encaminhar um requerimento com um atestado médico em anexo, que comprovasse a enfermidade, o qual seria analisado pelo Conselho Administrativo, através de um parecer dado pelo visitador. Caso o pedido fosse aprovado, o sócio receberia de 10 em 10 dias uma quantia em torno de 7\$500 réis, para ajudá-lo a custear suas despesas enquanto se recuperasse.<sup>3</sup>

Essas solicitações de socorro que chegavam a SPD trazem algumas informações interessantes, pois detalhavam as condições de saúde dos associados. Das 135 ocorrências encontradas no arquivo da associação, entre os anos de 1863 a 1900, foi possível identificar em 38 casos o tipo de doença. A maioria das ocorrências se relacionavam as dores por excesso de esforço físico, as enfermidades relacionadas ao sistema digestório, cardiovascular e respiratório, assim como os incômodos por acidentes de trabalho. Dessas 135 ocorrências, foi possível identificar a ocupação de 86 sócios. Entre os ofícios que mais careciam de socorros estava o de marceneiro (24,4 %), pedreiro (24,4 %), alfaiate (10,4 %) e carapina (10,4 %). Em menor número, com menos de 5,8%, estavam às ocupações de sapateiro, carpinteiro, cabeleireiro, charuteiro, torneiro, calafate, ferreiro, funileiro, pintor, pintor de imagens e professor.<sup>4</sup>

Uma das maiores queixas dos sócios era principalmente em relação ao reumatismo, moléstia que provocava dores nas articulações, nos músculos ou nos ossos, geralmente causada por esforço físico excessivo e atingia principalmente os homens que se entregavam a trabalhos penosos e extenuantes.<sup>5</sup> Em 1892, por exemplo, Cypriano do Bonfim Grillo se queixava de dores relacionadas ao reumatismo que o impossibilitava de trabalhar.<sup>6</sup> No ano de

---

<sup>3</sup> Estatuto de 1874 e 1894.

<sup>4</sup> Ver anexo V.

<sup>5</sup> De acordo com a literatura médica da época, o reumatismo poderia ser *articular* ou *muscular*. O reumatismo articular, que estava entre as maiores queixas dos sócios da SPD, poderia ser agudo, cujas características principais eram dores em uma ou mais juntas, acompanhada de inchaço e às vezes de vermelhidão, quase sempre com febre mais ou menos intensa; ou poderia ser crônico, que muitas vezes era o estado mais avançado do reumatismo articular agudo. Para mais informações, ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para uso das Famílias, contendo a descrição das causas, symptomas e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, p. 892-902, vol 2.

<sup>6</sup> ASPD, pedido de socorro de Cypriano do Bonfim Grillo de 22/09/1892, aprovado em 23/09/1892; ASPD, parecer do visitador Faustiniiano Fernandes de Oliveira de 24/09/1892, em relação ao pedido de socorro de

1896, o funileiro Severiano Pedro da Silva, com mais de 50 anos de idade, solicitou socorro, pois se achava "há mais de quatro meses atacado de reumatismo [...] sem que ache perfeito alívio das dores que sente por todo corpo".<sup>7</sup> No mesmo ano, Lúcio Bento de Souza foi diagnosticado com um "reumatismo crônico"<sup>8</sup> e o pedreiro Cosme Manoel da Cruz, com mais de 25 anos, solteiro e morador à Rua do Poço, em um sobrado azul, localizado na península de Itapagipe, apresentou um quadro de "reumatismo poli articular subagudo".<sup>9</sup>

Em 1880, Marcolino José Dias, personagem que será importante no próximo capítulo, solicitou um auxílio financeiro para custear suas despesas, enquanto se recuperava de um incômodo que sentia em uma perna inchada, que o impossibilitava de exercer sua profissão.<sup>10</sup> Marcolino tinha mais de 40 anos de idade, era casado, com filho, exercia o ofício de alfaiate, tinha uma renda anual presumida em 800\$000 réis e morava na Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé.<sup>11</sup> A alfaiataria era uma arte que além de exigir uma postura curvada do profissional – assim como a de sapateiro, por exemplo –, era caracterizada por longas horas em que o indivíduo permanecia sentado, o que pode ter provocado os incômodos de Marcolino. Além disso, como iremos ver no próximo capítulo, por ser um veterano da Guerra do Paraguai (1864-1870), mesmo depois de muitos anos, o socorrido talvez ainda carregasse o peso das batalhas em seu corpo.

Eram também queixas frequentes entre os sócios, as doenças do fígado, que afetavam principalmente os homens na idade adulta e tinham, na maioria das vezes, uma relação com o consumo excessivo de álcool ou "bebidas espirituosas", como eram chamadas na época.<sup>12</sup> Em 1881, o alfaiate Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne solicitou socorros, pois apresentava uma "moléstia no fígado que o traz[ia] sempre no leito da dor".<sup>13</sup> No ano de 1896, um dos mais conhecidos sócios da SPD, Manoel Raymundo Querino, com cerca de 45 anos de idade, casado, pintor, morador à Cidade de Palha, Freguesia de Santo Antônio,

---

Cypriano do Bonfim Grillo; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 28/09/1892, aprovado em 05/10/1892.

<sup>7</sup> ASPD, atestado médico de Severiano Pedro da Silva de 04/12/1896, assinado pelo médico Júlio Sérgio Palma; ASPD, pedido de socorro de Severiano Pedro da Silva de 07/12/1896.

<sup>8</sup> ASPD, atestado médico de Lúcio Bento de Souza de 31/12/1896.

<sup>9</sup> ASPD, pedido de inscrição de Cosme Manoel da Cruz de 28/11/1893; ASPD, pedido de socorro de Cosme Manoel da Cruz de 30/01/1896, com atestado médico em anexo de 01/02/1896, assinado pelo médico José Isidoro dos Santos Silva.

<sup>10</sup> ASPD, pedido de socorro de Marcolino José Dias de 11/12/1880, aprovado em 12/12/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 12/12/1880; ASPD, comunicado do visitador Manoel Francisco dos Santos de 05/01/1881.

<sup>11</sup> ASPD, pedido de inscrição de Marcolino José Dias de 04/12/1875, aprovado em 12/03/1876; *O Monitor*, Salvador, 01/08/1878, p. 2.

<sup>12</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 1161-1174, vol. 1.

<sup>13</sup> ASPD, pedido de socorro de Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne de 22/12/1881, aprovado em 21/01/1882.

solicitou socorro por ter sido diagnosticado com hepatite, que consistia basicamente numa inflamação do fígado.<sup>14</sup> Do mesmo modo, em 1899, Tobias Eustáquio dos Santos, além de apresentar reumatismo, sofria igualmente de hepatite.<sup>15</sup>

As doenças cardíacas eram também recorrentes, provavelmente relacionadas, na grande maioria dos casos, ao tabaquismo. Em 25 de junho de 1883, Balbino Araújo de Sá Barreto, “crioulo”, casado, faleceu aos 65 anos de idade com uma “lesão no coração”, depois de ter sido socorrido pela SPD.<sup>16</sup> Mais de dez anos depois, em 1896, Silvestre Antônio de Oliveira solicitou socorro por conta de uma “hipertrofia do centro circulatório”.<sup>17</sup> Nesse mesmo ano, o pedreiro Felipe José da Costa e Sousa, com mais de 50 anos de idade, casado, foi diagnosticado com uma “lesão cardíaca” que o impossibilitava de trabalhar. A SPD ainda assistiu Felipe José em seu momento de dor, mas meses depois veio a falecer, tendo seu enterro custeado pela associação no valor de 48\$000 réis.<sup>18</sup>

As doenças do aparelho respiratório também eram comuns. No ano de 1899, o carapina Justiniano Lourenço Pinheiro, com quase 30 anos, solteiro, morador à Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé, solicitou socorro, pois foi diagnosticado com uma bronquite, que consistia numa inflamação da membrana mucosa que forra o canal respiratório.<sup>19</sup> Nesse mesmo ano, o pedreiro Afonso Domingos dos Santos, com mais ou menos 35 anos de idade, solteiro, residente à Ladeira da Praça, Freguesia da Sé, apresentou um atestado médico que indicava uma congestão pulmonar. Essa doença era provocada pela exposição do indivíduo a temperaturas elevadas, sobretudo depois de muito tempo diante do sol ardente, o que não era estranho ao seu ofício de pedreiro, que poderia ter lhe exigido horas exposto ao sol. Em alguns casos, podia ter relação também com o excesso de álcool. Apesar de Afonso ter sido socorrido pela SPD, veio a falecer na manhã de 29 de outubro de 1899, com seu enterro custeado pela associação, através do valor de 50\$000 réis.<sup>20</sup>

---

<sup>14</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Raymundo Querino de 01/08/1894, aprovado no dia 22/08/1894; ASPD, pedido de socorro de Manoel Raymundo Querino de 03/02/1896, com atestado médico de 03/02/1896.

<sup>15</sup> ASPD, pedido de socorro de Tobias Eustáquio dos Santos de 02/08/1899, aprovado no dia 08/08/1899, com atestado médico assinado por Aristides Américo Magalhães no dia 02/08/1899.

<sup>16</sup> ASPD, cópia da certidão de óbito de Balbino Araújo de Sá Barreto de 02/08/1883.

<sup>17</sup> ASPD, pedido de socorro de Silvestre Antônio de Oliveira de 28/10/1896, com atestado médico do dia 28/10/1896.

<sup>18</sup> ASPD, pedido de inscrição de Felipe José da Costa e Souza de 20/10/1887; ASPD, pedido de socorro de Felipe José da Costa e Souza de 03/05/1896, aprovado no dia 05/05/1896, com atestado médico de 03/03/1896; ASPD, ata da sessão ordinária do dia 08/07/1896, aprovada no dia 15/07/1896.

<sup>19</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 365, vol. 1; ASPD, pedido de inscrição de Justiniano Lourenço Pinheiro de 21/10/1896, aprovado em 04/11/1896; ASPD, pedido de socorro de Justiniano Lourenço Pinheiro de 17/07/1899, aprovado no dia 20/07/1899.

<sup>20</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 664-665, vol. 1; ASPD, pedido de inscrição de Afonso Domingos dos Santos de 19/04/1893, aprovado em 19/04/1893; ASPD, pedido de socorro de Afonso Domingos dos Santos de

Ainda sobre as doenças que afetavam o aparelho respiratório, no ano de 1898, o carapina Luiz Antônio Gonzaga, com cerca de 35 anos de idade, o marceneiro Ananias Antônio de Souza, com mais de 40, e o pedreiro Vicente Bispo Teixeira, com cerca de 38, haviam sido diagnosticados respectivamente com pleurisia, pneumonia e tuberculose.<sup>21</sup> Essas doenças do pulmão tinham algumas semelhanças e seus sintomas às vezes se confundiam. Eram enfermidades que poderiam ser comuns entre profissionais que estivessem expostos ao ar continuamente carregado de pós ou gases irritantes, como as ocupações citadas acima, principalmente a profissão de pedreiro. No caso da pleurisia, esta era uma doença que vinha de inflamações infecciosas nos pulmões, provocadas geralmente por pneumonia ou tuberculose. Ambas eram caracterizadas pelas dores próximas aos pulmões, dificuldade de respiração, tosse, som maciço do peito e febre.<sup>22</sup>

As doenças por má alimentação também eram comuns. José Vieira dos Santos e Manoel Cláudio, por exemplo, foram diagnosticados com erisipela, que de acordo com a literatura médica da época, ainda tinha suas causas desconhecidas. O pouco que se sabia era que, entre outros fatores, como insolação ou pancadas que pudessem irritar violentamente a pele, a enfermidade era provocada pelo consumo de “alimentos grosseiros, carnes putrefatas, comidas muito apimentadas, abuso de licores espirituosos e os excessos de mesa”. Era uma doença que provocava inflamação da pele, caracterizada pela cor vermelha, inchação e dor da parte afetada. No caso de Manoel Cláudio, que tinha cerca de 67 anos de idade, no dia 18 de maio de 1873, queixava-se que essa enfermidade havia tomado parte da sua perna esquerda e o deixou com os pés inchados. De acordo com descrição dos sócios, o socorrido estava “esvaído de forças, pálido, gotejando suores frios, sem meio de poder agenciar o pão cotidiano para si e sua família”.<sup>23</sup>

Existiam também ocorrências de socorro que estavam relacionadas a acidentes de trabalho. Este foi o caso, no ano de 1893, dos marceneiros Narciso Domingos de Santa e Isabel e Deocleciano Domingos de Santa Isabel, que eram pai e filho e provavelmente

---

23/04/1899, aprovado no dia 26/04/1899, com atestado médico do dia 23/04/1899; ASPD, pedido de auxílio para o funeral de Afonso Domingos dos Santos de 24/10/1899, aprovado em 24/10/1899.

<sup>21</sup> ASPD, pedido de inscrição de Luiz Antônio Gonzaga de 23/08/1893, indicado por Jacinto Marciano Nazareth, e aprovado na mesma data; ASPD, pedido de socorro de Luiz Antônio Gonzaga de 06/03/1898, aprovado em 07/03/1898, com atestado médico de 06/03/1898; ASPD, pedido de inscrição de Ananias Antônio de Souza de 28/11/1893, aprovado em 13/12/1893; ASPD, pedido de socorro de Ananias Antônio de Souza de 09/05/1898, aprovado em 11/05/1898, com atestado de 09/05/1898; ASPD, pedido de inscrição de Vicente Bispo Teixeira de 12/12/1894, aprovado na mesma data; ASPD, pedido de socorro de Vicente Bispo Teixeira de 23/11/1898, aprovado no dia 26/11/1898, com atestado médico do dia 17/11/1898.

<sup>22</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 757, 763-765, 1096, vol. 2.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2006, p. 643-646. Sobre a erisipela, ver: CHERNOVIZ, op. cit., p. 1000-1003, vol. 1.

trabalhavam na mesma oficina. Narciso foi liderança importante da SPD, que havia ingressado na associação, em 1852, e assumiu durante sua trajetória os cargos de presidente, vice-presidente e 1º secretário do Conselho Administrativo, bem como de vice-presidente da Assembleia Geral.<sup>24</sup> Já Deocleciano, tinha 32 anos e morava na Rua dos Barris, Freguesia de São Pedro.<sup>25</sup> Ambos foram vítimas de queimaduras<sup>26</sup>, possivelmente provocadas por algum incêndio em seu ambiente de trabalho, tendo em vista que a marcenaria era uma arte que exigia a manipulação de materiais inflamáveis, como os derivados da madeira. Apesar da ajuda da SPD, Narciso e Deocleciano faleceram meses depois, com o enterro custeado pela associação.<sup>27</sup>

Em 1899, o calafate Francisco Anastácio Cajueiro, com mais ou menos 28 anos, solicitou socorro por conta de uma “grande queimadura desde a cabeça até os pés”.<sup>28</sup> A profissão de calafate exigia também a constante manipulação de produtos inflamáveis como a estopa e o breu, espécie de betume que era utilizado para tornar impermeáveis as tábuas dos barcos. Provavelmente o calafate se expunha aos riscos de queimaduras, pois no exercício de sua profissão embebria a estopa ou outra matéria esponjosa com o breu para embuti-la no navio, através de um instrumento chamado “calafetador”, que vedava os espaços abertos, com o intuito de impedir a entrada de água.<sup>29</sup>

Em 1896, o pedreiro Idalino José Dias, com mais ou menos 32 anos, solteiro, residente à Travessa da Rua da Faísca, foi socorrido por conta de ter sofrido uma queda no exercício de sua profissão e foi diagnosticado com “forte concussão cerebral e congestões viscerais”.<sup>30</sup> A possibilidade de um trabalhador da construção civil sofrer um acidente no exercício de sua profissão era recorrente, pois esses operários não usufruíam da segurança necessária para suas atividades. O caso de Idalino pode ser representativo das condições em que os trabalhadores da construção civil estavam expostos naquela época.

Havia casos também em que o sócio solicitava os socorros, mas era flagrado na rua supostamente em boas condições de saúde. Em abril de 1881, alguns sócios disseram ter visto

---

<sup>24</sup> ASPD, pedido de aposentadoria de Narciso Domingos de Santa Isabel de 26/08/1877, aprovado em 03/11/1878.

<sup>25</sup> ASPD, pedido de inscrição de Deocleciano Domingos de Santa Isabel, indicado por Narciso Domingos de Santa Isabel, em 13/07/1892, aprovado no dia 13/07/1892.

<sup>26</sup> ASPD, pedido de socorro de Narciso Domingos de Santa Isabel aprovado em 18/04/1893; ASPD, pedido de socorro de Deocleciano Domingos de Santa Isabel aprovado em 18/04/1893.

<sup>27</sup> ASPD, pedido de auxílio funerário de Vivência Maria das Virgens de 31/12/1893; ASPD, voto de pesar pelo falecimento de Narciso Domingos de Santa Isabel, assinado por Terencio Aranha Dantas, sem data.

<sup>28</sup> ASPD, pedido de socorro de Francisco Anastácio Cajueiro de 15/09/1899, aprovado em 16/09/1899.

<sup>29</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 23-24; CHERNOVIZ, op. cit., p. 332, vol. 1.

<sup>30</sup> ASPD, pedido de inscrição de Idalino José Dias de 21/02/1894, aprovado em 21/02/1894; ASPD, pedido de socorro de Idalino José Dias de 29/03/1896, com atestado médico de 29/03/1896.

o alfaiate Miguel Arcanjo de Queiroz andando pela cidade, na região do Tororó, e até tocando em missas fúnebres, aparentando estar saudável. Em seu atestado, o médico registrou que o sócio apresentava "acessos de febre paludosa de forma remittente e intermittente" e sofria "de uma hipotermia nas funções nutritivas, tendente a um beribéri".<sup>31</sup> Da mesma forma, foi o caso de Manoel Querino, em 1896, que mesmo sendo diagnosticado com hepatite, como já foi visto, acabou sendo flagrado frequentando diversas festas pela cidade, como procissões, casamentos, até mesmo "perdendo parte da noite em passeios". Na ocasião, foi decidido em Assembleia Geral pela suspensão dos socorros de Querino, o que gerou desdobramentos políticos importantes que serão analisados no próximo capítulo.<sup>32</sup>

Quando os sócios apresentavam doenças crônicas ou incuráveis, que os impossibilitavam de exercerem suas respectivas profissões por um longo tempo, tinham o direito de solicitar uma pensão, que era um auxílio que poderia ser permanente ou até o sócio restabelecer sua saúde. No estatuto de 1894, em seu artigo 11, parágrafo primeiro, dizia que o sócio que fosse socorrido por mais de seis meses seria considerado pensionista até que se restabelecesse. No parágrafo seguinte, dizia que os sócios pensionistas receberiam 15\$000 reis mensais. No artigo 41, dizia ainda que "são pensionistas os sócios que estando no gozo de seus direitos cegarem, aleijarem ou terem qualquer outra moléstia que os impossibilite de adquirir os meios de subsistência".<sup>33</sup>

Este foi o caso, em 1892, do alfaiate Romão Alves de Souza, que tinha pouco mais de 50 anos e sofria com enfermidades nos pulmões e no fígado. Seu estado de saúde persistiu até o ano de 1893, quando a SPD deliberou que era melhor colocá-lo na condição de pensionista, "em vista de sua moléstia ser incurável". Apesar do cuidado da SPD, Romão faleceu no mês de março de 1893 e teve seu enterro custeado pela associação.<sup>34</sup> Da mesma forma, no ano de 1899, o sapateiro Frederico Roque Guimarães, com cerca de 47 anos, solteiro, morador do Tororó, Freguesia de Santana, solicitou pensão, pois apresentava uma "lesão cardíaca". Para

---

<sup>31</sup> ASPD, pedido de socorro de Miguel Arcanjo de Queiroz de 14/01/1881, aprovado em 14/01/1881; ASPD, atestado médico de Miguel Arcanjo Queiroz de 06/04/1881; ASPD, ata do Conselho Administrativo de 10/04/1881; ASPD, pedido de socorro de Manoel Arcanjo Queiroz de 15/04/1881; ASPD, requerimento de suspensão de socorro de Manoel Arcanjo Queiroz, apresentado em 16/12/1881.

<sup>32</sup> ASPD, pedido de socorro de Manoel Raymundo Querino, com atestado médico anexado, 03/02/1896; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 04/02/1896, aprovada em 12/02/1896; ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 09/03/1896, aprovada em 19/04/1896.

<sup>33</sup> Estatuto da SPD de 1894.

<sup>34</sup> ASPD, pedido de inscrição de Romão Alves de Souza de 08/10/1879, aprovado no dia 12/10/1879; ASPD, pedido de socorro de Romão Alves e Souza de 04/10/1892, aprovado em 05/10/1892; ASPD, parecer do visitador Faustiniiano Fernandes e Oliveira de 06/10/1892, aprovado em 07/10/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 12/10/1892, aprovada em 19/10/1892; ASPD, parecer do visitador Faustiniiano Fernandes de Oliveira de 06/10/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 22/02/1893, aprovado 08/03/1893; ASPD, requerimento de Calisto Alves de Souza de 27/03/1893.

comprovar que estava afastado do trabalho, solicitou um atestado do seu antigo patrão, o comendador, engenheiro e diretor da Companhia Circular de Carris da Bahia, Manoel Francisco Gonçalves.<sup>35</sup>

Nem sempre as pensões eram concedidas com facilidade. O marceneiro Manoel Leonardo Fernandes, por exemplo, teve dificuldades na liberação desse benefício. Como demonstra os constantes pedidos de socorro, durante a década de 1880, seu estado de saúde era delicado, tendo inclusive passado por algumas cirurgias. Sua situação foi negociada com os dirigentes da SPD para usufruir da condição de pensionista. No entanto, esse benefício lhe foi negado, talvez como uma retaliação política, por conta dos inimigos cultivados durante sua hegemonia no controle da associação, entre as décadas de 1860 e 1870, como será analisado no próximo capítulo.<sup>36</sup>

Em 25 de julho de 1875, João Manoel de Jesus, que trabalhava no Arsenal da Marinha, teve seu socorro suspenso, por existir a suspeita de sua doença ser crônica. Foi decidido em Assembleia Geral de 29 de agosto, que o sócio passaria da condição de socorrido para pensionista e seria contemplado com uma pensão no valor de 7\$000 réis.<sup>37</sup> Provavelmente a doença que impossibilitou João Manoel de exercer sua profissão em 1875, foi a mesma que o incomodou em 1887, quando solicitou novamente sua pensão. Na época, João Manoel havia apresentado um atestado médico que o diagnosticava com uma “elefantíase dos gregos”.<sup>38</sup> Este tipo de doença, também chamada de *morfeia*, *mal de São Lázaro* ou *mal feio*, era caracterizada por pequenos tumores ou tubérculos, que apareciam no rosto, nas orelhas, na boca e em outros membros. O desenvolvimento dos tubérculos era precedido de manchas que

---

<sup>35</sup> ASPD, pedido de inscrição de Frederico Roque Guimarães de 31/01/1892, aprovado em 03/02/1892; APSD, requerimento de Frederico Roque Guimarães de 08/08/1899, com atestado do comendador Manoel Francisco Gonçalves de 08/08/1899.

<sup>36</sup> ASPD, pedido de socorro de Manoel Leonardo Fernandes de 25/05/1882, aprovado em 26/05/1882; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 07/06/1882; ASPD, pedido de socorro de Manoel Leonardo Fernandes de 02/06/1883, aprovado na mesma data; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 01/08/1883; ASPD, pedido de socorro de Manoel Leonardo Fernandes de 25/01/1884; ASPD, pedido de socorro de Manoel Leonardo Fernandes de 04/02/1884, aprovado na mesma data; ASPD, ata do Conselho Administrativo de 12/03/1884, aprovada em 24/04/1884; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 10/11/1887, na mesma data; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 17/11/1887, na mesma data; ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 04/12/1887, aprovada em 11/12/1887; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 21/08/1889, aprovada em 11/09/1889.

<sup>37</sup> ASPD, pedido de socorro de João Manoel de Jesus de 21/05/1875, aprovado em 23/05/1875; ASPD, ata do Conselho Administrativo de 25/07/1875; ASPD, pedido de pensão de João Manoel de Jesus de 29/08/1875, aprovado em 29/08/1875; ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 29/08/1875.

<sup>38</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 06/10/1887, aprovada em 06/10/1887; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 20/10/1887; ASPD, atestado médico de João Manoel de Jesus, assinado pelos médicos João José de Souza Mendes e Alfredo Ferreira de Barros, no dia 29/10/1887; ASPD, pedido de socorro de João Manoel de Jesus de 20/10/1887; ASPD, pedido de pensão de João Manoel de Jesus de 30/10/1887; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 03/11/1887; ASPD, parecer do visitador Francisco Amaro Paraizo de 07/11/1887.

nos homens brancos eram roxas ou avermelhadas e nos negros mais escuras do que a pele. Com o tempo, a moléstia inflamava e formava uma úlcera. Era uma enfermidade muito comum em países quentes como o Brasil e causada pela ausência de cuidados, falta de higiene e a má alimentação.<sup>39</sup>

Além dos socorros e pensões, existia a condição de sócio remido, que era a mais almejada, pois garantia uma espécie de aposentadoria, em que o sócio estaria isento de pagar as mensalidades e receberia um valor mensal para sua subsistência. De acordo com o estatuto de 1874, em seu artigo 46, todos os associados que tivessem completado 18 anos de contribuição de mensalidades, tendo cumprido bem as obrigações de sócio, bem desempenhado os cargos de que tivessem sido encarregados, não pagariam mais nada à Sociedade, exceto a finta da missa para a padroeira da associação. Caso os sócios tivessem interesse em se tornar remido ao ingressar na SPD, poderiam pagar de uma vez o valor total de 200\$000 réis ou, caso já tivessem um tempo de contribuição na associação, poderiam pagar o restante do valor, como fez Juvêncio Emídio, em maio de 1892, ao pagar 30\$000 réis “pelo resto do tempo que lhe faltava para sua remissão”.<sup>40</sup>

Os poucos sócios que conseguiram chegar à condição de remido faziam parte de uma elite dentro da SPD, que ocupavam cargos administrativos na associação, tinham certos privilégios e trouxeram grandes conquistas para o grupo. Este foi o caso de Manoel Francisco dos Santos, que ingressou em 19 de julho de 1857, fez parte do Conselho Administrativo como presidente, vice-presidente, 2º secretário, tesoureiro, visitador, 1º cobrador e foi membro da Comissão de Contas. Para convencer a diretoria da SPD que merecia se tornar remido, escreveu uma espécie de memorial, em 20 de outubro de 1876, que relatava seus 18 anos de serviços prestados para a instituição, destacando o quanto era um sócio prestativo, pela sua capacidade de liderança e a projeção que tinha entre políticos baianos.<sup>41</sup>

De igual importância, foi o já mencionado marceneiro Narciso Domingos de Santa Isabel, que havia ingressado na SPD em 1852, ocupou diversos cargos administrativos na associação, e também foi beneficiado com a condição de sócio remido.<sup>42</sup> Quando Narciso

---

<sup>39</sup> CHERNOVIZ, op. cit., p. 925, vol. 1, p. 448-449, vol. 2.

<sup>40</sup> Estatuto da SPD de 1874; ASPD, aprovação de Juvêncio Emídio como sócio efetivo em 29/10/1876, com declaração de remissão de 11/05/1892; ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentada em sessão da Assembleia Geral de 09/11/1892, pelo Presidente do Conselho Administrativo Felipe Benício.

<sup>41</sup> ASPD, requerimento de Manoel Francisco dos Santos de 22/08/1875; APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manoel Francisco dos Santos em 20/10/1879, p. 1-7.

<sup>42</sup> ASPD, pedido de aposentadoria de Narciso Domingos de Santa Isabel de 26/08/1877, aprovado em 03/11/1878.

faleceu, o 2º secretário Terencio Aranha Dantas escreveu um “voto de pesar”, ao dizer que a SPD estava "dolorosamente ferida [...] com o desaparecimento do seu mais antigo sócio o qual por suas altas virtudes ocupou as mais altas posições que se pode obter em um corpo coletivo". O Conselho Administrativo ainda aprovou uma "justa homenagem a memória do decano dos seus consócios [...] curvando-se respeitosamente sobre seu túmulo como sincera prova de gratidão aos serviços prestados durante 40 anos, 8 meses e 17 dias".<sup>43</sup>

Em 6 de novembro de 1880, o marceneiro Manoel Anastácio Cajueiro, que havia prestado grandes serviços como tesoureiro, cobrador e 1º e 2º secretário do Conselho Administrativo, além de vice-presidente da Assembleia Geral, foi contemplado com sua aposentadoria, conforme mandava os estatutos, pois havia completado 18 anos de contribuição.<sup>44</sup> Em 1882, João Theodoro da Soledade, que havia ingressado na SPD, em 15 de junho de 1862, também se tornou sócio remido. Assumiu diversos cargos na associação, como 1º e 2º cobrador, vice-presidente, mas como tesoureiro atuou por diversas vezes e se tornou quase um especialista na movimentação financeira da SPD. Sua importância dentro da instituição era tão grande, que no ano de 1867, o Conselho Administrativo da SPD, solicitou do presidente da Província João Ferreira de Moura, que o mandasse pôr em liberdade, pois havia sido recrutado para a Guerra do Paraguai, sendo sua ausência um prejuízo para a associação.<sup>45</sup>

Em agosto de 1893, foi proposto pelo Conselho Administrativo da SPD que Felipe Benicio fosse aprovado como sócio remido, “em vista dos serviços prestados [...] no desempenho dos cargos e comissões que lhe tem sido confiado”. Foi levado em consideração o “seu entranhado amor ao progresso desta Sociedade”, o que lhe valeu uma aprovação por unanimidade de votos, mesmo faltando alguns anos do prazo estabelecido pelos estatutos para ser contemplado com a condição de sócio remido. Deste modo, o Conselho destacou que deu “prova mais viva e palpável que a Sociedade não é indiferente aos atos de verdadeiro altruísmo praticado por este digno funcionário”.<sup>46</sup> Felipe Benicio gozava de grande prestígio entre os membros da SPD, por conta de sua trajetória dentro da instituição. Ingressou na

---

<sup>43</sup> ASPD, voto de pesar pelo falecimento de Narciso Domingos de Santa Isabel, assinado por Terencio Aranha Dantas, sem data.

<sup>44</sup> ASPD, pedido de remissão de Manoel Anastácio Cajueiro de 06/11/1880, aprovado em 06/02/1881.

<sup>45</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 15/06/1862; APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício de 13/05/1867, assinado pelo presidente Manoel Salustiano Severiano Gomes e 1º secretário Manoel Leonardo Fernandes; ASPD, ata da sessão do dia 02/06/1867; ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado na sessão de 14/11/1886; ASPD, relatório apresentado a Assembleia Geral da Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo Presidente da Direção, Manoel do Nascimento de Jesus em 29/10/1889.

<sup>46</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 16/08/1893, aprovada em 23/08/1893.

associação em 28 de agosto de 1881 e declarou em seu pedido de inscrição ser solteiro, “crioulo”, com 32 anos de idade e ocupava o ofício de carpinteiro, como empregado na casa comercial do Tenente Coronel Aristides Novis, importante sócio protetor da SPD. Além disso, tinha residência à Rua dos Barbeiros, Freguesia de São Pedro. Era uma figura importante na SPD e ocupou os cargos de presidente, vice-presidente e secretário. Por ter trazido grandes conquistas para a instituição, chegou a receber homenagens com um retrato na sede da associação, como é possível ver na imagem abaixo.<sup>47</sup>

Imagem 1 – Felipe Benicio



Fonte: REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 316

Essa pequena quantidade de sócios, que tinham privilégios e alcançavam a aposentadoria, teve uma repercussão no caso de Manoel Leonardo Fernandes. Em 1876, os sócios Manoel Francisco dos Santos e João Theodoro da Soledade, protestaram contra o pedido de aposentadoria de Manoel Fernandes. Apesar do sócio solicitante ter apresentado documentos para provar a legalidade de seu pedido, Manoel Francisco solicitou que a SPD lhe disponibilizasse acesso aos livros da associação para comprovar a situação daquele associado, pois acreditava que o então presidente poderia estar usando de seus privilégios para ter acesso

---

<sup>47</sup> ASPD, pedido de inscrição de Felipe Benicio do dia 06/08/1881, aprovado em 28/08/1881; ASPD, ata da sessão magna em Assembleia Geral do dia 10/12/1893.

a este benefício. De qualquer sorte, a aposentadoria de Manoel Fernandes só foi efetivada em 1877.<sup>48</sup>

Apesar das tensões e disputas que existiram entre os associados, a promoção de socorros, pensões e aposentadorias, através de uma noção de responsabilidade mútua entre aqueles sócios, foi uma estratégia importante de sobrevivência e constituição de dignidade entre aqueles trabalhadores livres de cor, na cidade de Salvador. Aqueles sócios estavam cientes do quanto o trabalhador se encontrava exposto aos perigos cotidianos da vida, como doenças, acidentes, velhice, prisões, que poderiam impedi-los de sustentar seus familiares. Vejamos agora como foram amparados os familiares dos sócios.

## **1.2 Amparo aos pensionistas e educação aos órfãos**

Quando os sócios efetivos faleciam, a SPD buscava atender as demandas dos seus familiares. Os órfãos, viúvas e outros dependentes, como mães e irmãs, tinham à sua disposição benefícios garantidos pela associação. De acordo com o estatuto de 1874, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, um dos objetivos da SPD era “cuidar da subsistência e educação dos filhos dos sócios que falecerem, os filhos legítimos, e naturais que forem perfilhados, na forma da lei”. Acrescentava que só teriam direito a esse benefício as filhas dos sócios até se casarem ou adquirirem outro tipo de amparo, enquanto os filhos até alcançarem a idade de 18 anos. No parágrafo 3º, dizia ainda que cabia à SPD “prestar alimento às viúvas dos mesmos sócios, com a quantia de 8\$000 mensais, enquanto elas tiverem disso necessidade e viverem na honestidade, que o público e a sociedade exigem”.<sup>49</sup>

Existia uma quantidade significativa de familiares que dependiam do sustento do associado. Em um levantamento feito por Tânia Lobo e Klebson Oliveira, através de uma amostra de 332 pedidos de inscrições enviados a SPD, entre os anos de 1848 a 1895, os autores chegaram à conclusão que 209 candidatos eram solteiros (62.9%), 69 eram casados (20.8%), 14 viúvos (4.2%) e 40 não declararam seu estado civil (12.0%). Dos solteiros, 25 declararam ter filhos, os casados apenas 16 e os viúvos apenas 7. Ou seja, pelo menos 108 sócios (32,5%) tinham pessoas que dependiam de sua renda.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 07/05/1876.

<sup>49</sup> Estatuto da SPD de 1874.

<sup>50</sup> LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de forros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba de; TORRES, Maria Aparecida; CIRINO, Sônia (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, 2007, p. 458.

Nas primeiras décadas de sua instalação, a SPD teve dificuldade de conceder os benefícios a esses familiares. No ano de 1863, algumas lideranças da SPD protagonizaram uma discussão em torno dos socorros às viúvas. Na ocasião, foi discutida a situação da esposa do falecido sapateiro Marcelino Joaquim Paranhos. Durante a sessão, houve uma divergência entre os membros que eram a favor de contribuição conjunta para ajudar a viúva do sócio Paranhos e outros que achavam mais justo ajudar as demais viúvas. Em resposta a situação, Manoel Leonardo Fernandes registrou que aquela era uma medida paliativa, enquanto a SPD se organizava para poder conseguir ajudar as viúvas dos sócios falecidos. Acrescentou ainda que as outras viúvas estavam cientes da situação da associação e consentiram em permitir que essa ajuda fosse apenas à viúva do sócio Paranhos.<sup>51</sup>

A partir da década de 1880, as pensões aos dependentes se tornaram mais frequentes. Para garantir o benefício, o sócio tinha por obrigação reconhecer seus familiares através de uma espécie de matrícula junto a SPD. Em 5 de maio de 1887, o carapina Saturnino Francisco da Rocha, com cerca de 40 anos de idade, solteiro, apresentou a relação de seus seis filhos para os dirigentes da associação registrarem como seus dependentes.<sup>52</sup> Em 4 de março de 1892, Terencio Aranha Dantas matriculou sua esposa Maria Vitorina Aranha Dantas como sua dependente. Em 11 de maio do mesmo ano, Francisco Anselmo da Ressureição pediu para matricular nos livros sociais, além de sua companheira, Constança Maria da Ressureição, seu filho Francisco Valeriano da Ressureição.<sup>53</sup>

Em 2 de maio de 1893, Thomazia Joaquina de Santa Isabel, viúva de Narciso Domingos de Santa Isabel, teve que registrar seus sete filhos, assim que seu marido faleceu, a pedido da diretoria da SPD, para garantir sua pensão. Como já foi mencionado nesse capítulo, Narciso e Deocleciano, marido e filho da mesma Thomazia, faleceram por conta de queimaduras, que provavelmente foram provocados por um incêndio, em consequência de um possível acidente de trabalho. Na ocasião, foram registradas as menores: Lydia Antonia, 23 anos, Eulália, 21, Canuta, 19, Maria da Izaltação, 17, e Maria Theodora, 6. O casal ainda tinha, além do filho falecido Deocleciano, dois filhos menores: Manoel do Carmo, 15, e José Afonso, 11.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 16/03/1862; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 22/02/1863; APSD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 15/03/1863.

<sup>52</sup> ASPD, ata da Sessão do Conselho Administrativo do dia 05/05/1887, aprovada no dia 12/05/1887.

<sup>53</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentada em sessão da Assembleia Geral de 09/11/1892, pelo Presidente do Conselho Administrativo, Felipe Benicio; ASPD, requerimento de Francisco Anselmo da Ressureição de 11/05/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 11/05/1892, aprovada em 18/05/1892.

<sup>54</sup> ASPD, pedido de auxílio funerário de Thomazia Joaquina de Santa Isabel em relação ao seu falecido marido Narciso Domingos de Santa Isabel, apresentado em 18/04/1893, aprovado em 18/04/1893; ASPD, pedido de

Da mesma forma foi o caso de Rosa Queirós da Costa e Souza, viúva de Felipe José da Costa e Souza, que precisou registrar seus filhos nos livros sociais da SPD para garantir sua pensão. Quando Felipe José faleceu, em 8 de julho de 1896, depois de ter sido socorrido pela SPD, a viúva recebeu o valor de 48\$000 réis para custear as despesas do enterro.<sup>55</sup> Dias depois, em 27 de julho, solicitou sua pensão, pois se achava “impossibilitada de recurso para subsistir a si e os seis filhos menores em orfandade paterna”.<sup>56</sup> O Conselho da SPD deliberou em sessão que fosse pago apenas o valor referente ao mês de agosto e solicitaram dela que apresentasse os filhos do falecido sócio para comprovar a paternidade.<sup>57</sup> Em 9 de setembro, o Conselho recebeu novamente um pedido de pensão por parte da viúva e dessa vez a diretoria decidiu não pagar os valores, pois a mesma não havia apresentado os menores.<sup>58</sup>

No entanto, anos depois, em 26 de janeiro de 1898, é possível encontrar uma denúncia em relação à mesma Rosa. Essa acusação partiu do pedreiro Manoel Isidoro dos Reis Pires, que tinha cerca de 33 anos, solteiro e morador da Freguesia de Brotas.<sup>59</sup> Em carta enviada para a diretoria da SPD, Manoel dizia ter visto “que a viúva de Felipe José da Costa e Souza tinha dado luz a uma criança”. Esta denúncia era bastante grave, pois uma das condições para se manter como pensionista na SPD era não se casar novamente e conservar a moralidade. Como era um assunto bastante delicado, a diretoria decidiu pela discussão em Assembleia Geral, mas infelizmente não foi possível encontrar nenhuma ata que retomasse o assunto, o que leva a pensar que a questão pode ter sido ignorada ou decidida de forma discreta, para não causar maiores constrangimentos.<sup>60</sup>

Em alguns casos, o sócio sinalizava quando um indivíduo não era mais seu dependente, como fez Romão Alves de Souza, em 22 de fevereiro de 1893, ao dizer que, em caso de seu falecimento, “não seja considerada a sua esposa como pensionista desta Sociedade em virtude de não viver consigo”.<sup>61</sup> Outras vezes, os sócios ou seus dependentes precisavam apresentar documentos que comprovassem o laço familiar. Em 28 de agosto de 1881, Maria do Carmo Benedito dos Passos, 51 anos de idade, teve que apresentar uma

---

pensão de Thomazia Joaquina de Santa Izabel de 02/05/1893, aprovado em 10/05/1893; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 10/05/1893, aprovado em 17/05/1893; ASPD, lista de órfãos apresentava por Thomazia Joaquina de Santa Izabel no dia 17/05/1893.

<sup>55</sup> ASPD, pedido de auxílio funerário de Rosa Queirós da Costa e Souza, em relação ao seu falecido marido Felipe José da Costa e Souza, do dia 08/07/1896, aprovado no dia 08/07/1896; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 08/07/1896, aprovada em 15/07/1896.

<sup>56</sup> ASPD, pedido de pensão de Rosa Queirós da Costa e Souza do dia 27/07/1896, aprovada em 29/07/1896.

<sup>57</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 29/07/1896, aprovada em 05/08/1896.

<sup>58</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 02/09/1896, aprovada em 09/09/1896.

<sup>59</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Isidoro dos Reis Pires de 21/02/1894, aprovado no mesmo dia.

<sup>60</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 26/01/1898, aprovada em 01/02/1898.

<sup>61</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 22/02/1893, aprovada em 08/03/1893.

certidão de casamento, para solicitar sua pensão, por conta do falecimento de seu marido, o alfaiate Amâncio Benedito dos Passos, que na época tinha 69 anos e era natural de Santo Amaro da Purificação, região do Recôncavo baiano.<sup>62</sup>

Quando a doença se agravava, alguns sócios assumiam legalmente a união com sua companheira, para garantir os benefícios após sua morte. No dia 23 de junho de 1883, Balbino de Araújo Sá Barreto buscou rapidamente assumir sua união legal com Maria Joana Velasco, ao perceber que seu estado de saúde havia piorado. Dois dias depois, faleceu aos 65 anos, vítima de uma “lesão no coração”.<sup>63</sup> Em 13 de fevereiro de 1899, o carapina Luiz Antônio Gonzaga, que tinha 42 anos e era natural da Freguesia de São Pedro, ao perceber que a pleurisia, doença que afetava seus pulmões, estava se agravando, decidiu se unir legalmente com sua companheira, Luiza Ferreira Gonzaga, que tinha 41 anos e era natural da Freguesia da Sé. Seu estado de saúde era tão grave, que o casamento acabou sendo realizado na sua residência, na Freguesia de Santana, na presença de autoridades legais e de algumas testemunhas. Alguns dias depois, em 22 de fevereiro, Luiz faleceu.<sup>64</sup>

Em alguns casos, mesmo que o sócio não fosse casado com a progenitora dos seus filhos, era preciso garantir o auxílio do menor. Em 1898, Manoel do Nascimento de Jesus teve que apresentar um documento que comprovava sua paternidade em relação aos menores Emília e Aloysio.<sup>65</sup> Em 6 de julho de 1892, Frederico Roque Guimarães apresentou um traslado do documento que comprovava a sua paternidade em relação à menor Maria das Mercês Roque Guimarães. No documento consta que Frederico era solteiro, 40 anos de idade, trabalhava como jardineiro e morava no Tororó, Freguesia de Santana. Sua filha havia nascido em 24 de setembro de 1890 e a mãe era Guilhermina Maria da Conceição Guimarães, solteira e “desimpedida”. Além disso, a menor tinha como padrinhos o famoso e temido feiticeiro de

---

<sup>62</sup> ASPD, cópia do comprovante de casamento de Amâncio Benedito dos Passos e Maria do Carmo Benedito dos Passos de 12/01/1857; ASPD, pedido de socorro de Amâncio Benedito dos Passos de 28/05/1879, aprovado em 28/05/1879; ASPD, parecer do visitador Gregório Diogo de Deus Rosa de 27/06/1879; ASPD, pedido de socorro de Amâncio Benedito dos Passos de 14/09/1880, assinado por Thomé Amâncio dos Passos, aprovado no dia 14/09/1880; ASPD, pedido de pensão de Maria do Carmo Benedito dos Passos, assinada por Thomé Amâncio dos Passos, do dia 28/08/1881, aprovado em 28/08/1881; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 28/08/1881, aprovada em 02/10/1881.

<sup>63</sup> ASPD, cópia da certidão de casamento de Balbino de Araújo Sá Barreto e Maria Joana Velasco de 23/06/1883; ASPD, cópia da certidão de óbito de Balbino de Araújo Sá Barreto de 25/06/1883; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 25/06/1883; ASPD, pedido de pensão de Maria Joana Velasco, assinada por José Bruno Corrêa, de 02/08/1883.

<sup>64</sup> ASPD, pedido de auxílio funerário da viúva Luiza Ferreira Gonzaga, assinado por Germano Manoel do Espírito Santo e Terencio Aranha Dantas, em 22/02/1899; ASPD, traslado da certidão de casamento de Luiz Antônio Gonzaga e Luiza Ferreira Gonzaga de 16/05/1899.

<sup>65</sup> ASPD, traslado da escritura que outorga Manoel do Nascimento de Jesus em favor dos menores Emilia e Aloysio, como seus filhos, 16/04/1898.

Cachoeira, José Maria Belchior, e o Tenente Manoel Friandes da Silva, que era pedreiro e também sócio da SPD.<sup>66</sup>

Qualquer irregularidade cometida pelos sócios ou pelos dependentes poderia dificultar o acesso aos benefícios garantidos pela SPD. Em 1881, Margarida de Jesus Coelho teve dificuldades para conseguir sua pensão, pois seu marido estava devendo cinco meses de mensalidades quando faleceu. Seu companheiro era Manoel José Coelho, que havia sido socorrido entre novembro de 1877 a janeiro de 1878.<sup>67</sup> Seu estado de saúde se agravou e, anos depois, em novembro de 1880, solicitou novamente socorro. Na época, o visitador que foi em sua residência, declarou que sua condição “era grave e que já estava desenganado”.<sup>68</sup> Meses depois, Manoel veio a falecer. Sem seu marido, Margarida recorreu à ajuda de Manoel Leonardo Fernandes, que na condição de procurador da viúva, conseguiu que a mesma recebesse o que lhe era de direito.<sup>69</sup> Quem não teve a mesma sorte foi Antônia Maria de Jesus, viúva do sócio João Manoel de Jesus, pois teve seu pedido de pensão indeferido, no dia 3 de fevereiro de 1892. O Conselho Administrativo alegou que o requerimento da viúva estava em desacordo com o estatuto então vigente. Em dezembro do mesmo ano, a viúva ainda apresentou sua certidão de casamento, que comprovava sua união com João, mas foi ignorado pelas lideranças da SPD.<sup>70</sup>

Além dos órfãos e das viúvas, tinham direito ao auxílio da SPD outros dependentes do sócio. No artigo 20, do estatuto de 1874, dizia que “por falecimento dos sócios não sendo casados, tem direito à pensão mãe ou irmã honesta”. No parágrafo 1º desse mesmo artigo, dizia que além das viúvas, as “mães e irmãs dos sócios, que em companhia deles tiverem vivido, ou sob seus cuidados, são as que tem direito aos socorros da Sociedade”.<sup>71</sup> Em 1878,

---

<sup>66</sup> ASPD, traslado da escritura de reconhecimento que outorga Frederico Roque Guimarães em favor da menor Maria das Mercês Roque Guimarães, 06/07/1892.

<sup>67</sup> ASPD, pedido de socorro de Manoel José Coelho de 23/11/1877; ASPD, parecer do visitador Manoel Raymundo Querino no dia 23/11/1877; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 02/12/1877, aprovado em 13/12/1877; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 13/01/1878; ASPD, pedido de agradecimento de Manoel José Coelho de 24/03/1878;

<sup>68</sup> ASPD, parecer do visitador Manoel Francisco dos Santos de 23/11/1880, aprovado em 25/11/1880.

<sup>69</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 05/12/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 12/12/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 19/12/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 13/03/1881; ASPD, requerimento assinado pelo procurador Manoel Leonardo Fernandes de 19/03/1881; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 27/03/1881; ASPD, requerimento assinado pelo procurador Manoel Leonardo Fernandes de 17/07/1881; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 24/07/1881, aprovada em 14/08/1881; ASPD, requerimento assinado pelo procurador Manoel Leonardo Fernandes de 07/08/1881.

<sup>70</sup> ASPD, pedido de pensão de Antônia Maria de Jesus, assinado por João Gualberto do Sacramento, de 20/01/1892, indeferido em 03/02/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 03/02/1892, aprovada no dia 10/02/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 10/02/1892, aprovada no dia 17/02/1892; ASPD, cópia da certidão de casamento de João Manoel de Jesus e Antônia Maria da Conceição de 01/11/1885, assinada pelo vigário em 20/12/1892.

<sup>71</sup> Estatuto da SPD de 1874.

Maria Severina, irmã do falecido marceneiro José Pedro da Silva Paraguassu, recebeu uma pensão que passou do valor de 2\$920 para 4\$000 réis mensais. Maria ainda protagonizou uma situação jurídica com a SPD em relação à possibilidade de herança dos bens de seu irmão, que tinha casas que lhe rendiam 600 mil réis anual.<sup>72</sup>

Existia também um cuidado da SPD em fiscalizar os órfãos dos falecidos sócios. Através de registro, a diretoria acompanhava aqueles que teriam a guarda do menor. Em 1886, quando Amâncio Pacifico dos Anjos faleceu, depois de ter sido socorrido pela SPD, seus filhos, Domingos da Invenção da Santa Cruz dos Anjos, com idade de 11 anos, e Asterico Anjo Pacifico, com 9 anos, ficaram sob os cuidados do tio, o já conhecido Marcolino José Dias.<sup>73</sup> Em 6 de setembro de 1899, após seu “compadre” Amâncio Rodrigues Seixas vir a óbito, Joana da Silva Romão solicitou que seu nome fosse inserido “no rol das pensionistas”, pois o órfão Tertuliano Rodrigues Seixas, que tinha 11 anos de idade, estava sob seus cuidados.<sup>74</sup> Em alguns casos, os dirigentes da SPD tomavam medidas para ajudar o órfão, quando este era maltratado por seu responsável, como foi o caso, em 5 de maio de 1887, de Tereza da Soledade, filha de João Theodoro da Soledade, que, segundo relatos, “andava maltratada pela sua própria prima e tutora”.<sup>75</sup>

Outra preocupação constante da SPD era a instrução desses órfãos. Alguns indícios inclusive nos mostram que existia um projeto de educação naquele espaço. De acordo com o artigo 49 do estatuto de 1874, todo rendimento da bolsa de caridade e da multa dos sócios seria “destinado para adjutório da educação dos órfãos que pertencerem à Sociedade”.<sup>76</sup> Esses menores eram supervisionados e incentivados pelos dirigentes da SPD a estudarem. No ano de 1864, foi aprovada a proposta de resgate de alguns órfãos que andavam sem supervisão, “para a sociedade tê-los debaixo de suas vistas e mandá-los educar em qualquer dos

---

<sup>72</sup> ASPD, ata do Conselho Administrativo de 11/06/1875; ASPD, relatório do trimestre de 09/01/1878 a 09/04/1878, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado pelo presidente Caetano de Mattos; APEB, relatório dos trabalhos do ano findo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado pelo presidente da mesma, no dia 28/11/1878, p. 3.

<sup>73</sup> ASPD, requerimento assinado por Marcolino José Dias, solicitando auxílio para os órfãos de Amâncio Pacifico dos Anjos, 21/04/1886; ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado na sessão de 14/11/1886.

<sup>74</sup> ASPD, requerimento de Joana da Silva Romão de 06/09/1899; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 13/09/1899, aprovado em 20/09/1899.

<sup>75</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 07/06/1885; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 05/05/1887, aprovada no dia 12/05/1887; ASPD, requerimento de Marcolino José Dias de 12/09/1887; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 24/04/1889, aprovada em 25/06/1889; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 11/09/1889, aprovada em 09/10/1889; ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1895 a 1896, apresentado pelo Presidente do Diretório Florencio da Silva Friandes e aprovado em sessão de 23/10/1896, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1896, p. 9-10.

<sup>76</sup> Estatuto da SPD de 1874.

estabelecimentos Pio”.<sup>77</sup> Na época, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Manoel José de Figueiredo Leite, que também era sócio protetor da SPD, entregou ao então presidente Manoel Leonardo Fernandes “uma relação constando faltas de órfãos daquele Pio estabelecimento para ser procurado em diversos lugares”.<sup>78</sup>

Como demonstra Walter Fraga Filho, na Salvador do século XIX, era muito grande a presença de crianças e jovens órfãos entre os vadios e mendigos. Alguns espaços educacionais como a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e o Liceu de Artes e Ofícios, surgiram para treinar essa mão de obra potencial de meninos vadios para serviços necessários. Provavelmente, os membros da SPD tinham receio de que os órfãos se entregassem aos vícios e não se tornassem uma mão de obra morigerada.<sup>79</sup>

As lideranças da SPD não estavam alheias à importância que o acesso à leitura e a escrita tinham naquela época. Todos os registros, atas, ofícios, pedidos de inscrição e outros eram escritos e assinados pelos membros da Sociedade. Se não eram todos, a maioria dos sócios tinha acesso à leitura e a escrita. De acordo com Maria Cristina Cortez Wissenbach, a habilidade de escrever e a simples posse de papel e caneta, no período escravista, assumiu um sentido e uma simbologia quase que mágicos “entre escravos e libertos no processo de afirmação de sua identidade social e no âmbito das relações de sociabilidades cotidianas”. Wissenbach atribui o acesso à escrita “às exigências decorrentes do desempenho autônomo do trabalho de escravos [ou libertos] que, com seus ofícios especializados, eram obrigados a participar de um mercado de trabalho competitivo e agenciar por conta própria seus serviços”. Ou seja, “a capacidade da escrita estava imbricada a vivências relativamente independentes”.<sup>80</sup> Era essencial para os sócios da SPD, formados majoritariamente por trabalhadores de ofício, que tinham certa autonomia no mercado de trabalho, dominarem a leitura e a escrita.

A presença de conhecidos professores no quadro de sócios da SPD, também corrobora para o argumento de que existia um projeto de educação para homens de cor naquele espaço. Em 28 de junho de 1857, o professor jubilado Faustino José de Santana Gomes, 47 anos de

---

<sup>77</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 07/02/1864.

<sup>78</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 01/05/1864.

<sup>79</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996. Para mais informações sobre o papel do Liceu de Artes e Ofícios e do Colégio de Órfãos de São Joaquim, ver: LEAL, op. cit., 1996; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

<sup>80</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão. In: CORD, Marcelo Mac; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 63, 65.

idade, casado, com um filho, havia sido aprovado como sócio efetivo da SPD.<sup>81</sup> Em 13 de dezembro de 1887, Laurindo Francisco de Sales, casado, com 36 anos de idade, declarou que era professor público, mas estava “atualmente avulso”, quando entrou na SPD.<sup>82</sup> Em 24 de abril de 1894, Hermenegildo Tertuliano Martins, de “cor preta”, 29 anos de idade, solteiro, exercia a profissão de tipógrafo e também o “magistério de professorado”, quando foi aprovado.<sup>83</sup> Em 14 de novembro de 1894, Plácido da Conceição Costa, solteiro, 20 anos de idade, era professor primário, quando foi aprovado como sócio efetivo.<sup>84</sup>

Em 30 de maio de 1875, o professor Miguel Moreira de Carvalho, 40 anos de idade, viúvo, foi aprovado como sócio efetivo da SPD. Carvalho era um aclamado profissional da educação na Bahia e, através de concurso, assumiu a cadeira de latim na cidade de Maragogipe e depois exerceu o magistério primário na freguesia da Vitória. Com muito destaque, fez parte de conferências pedagógicas da época, ao discutir diversas questões sobre o ensino.<sup>85</sup> De igual importância, foi Malaquias Permínio Leite, que era solteiro, 30 anos de idade e professor público, quando foi aprovado na SPD, em 21 de setembro de 1880. Permínio Leite foi aluno laureado do Colégio Sete de Setembro, mestre-escola de alto valor e excelente desenhista, tendo inclusive recebido prêmio por alguns de seus trabalhos.<sup>86</sup> Outro que deve ser lembrado é Samuel Florêncio dos Passos, que era solteiro, 34 anos de idade e professor público, quando foi aprovado na SPD em 1880. Foi um docente muito dedicado ao magistério primário e escreveu um importante compêndio de aritmética elementar, bem como um paleógrafo para escola primária, além de ter sido lente substituto da disciplina de Metodologia na Escola Normal.<sup>87</sup>

Além disso, é preciso registrar a presença de Manoel Querino no quadro de sócios da SPD. Vale lembrar que Querino era professor de desenho e tinha uma relação muito próxima com instituições intelectuais e de ensino, como o Liceu de Artes e Ofícios, o Colégio de Órfãos de São Joaquim, a Escola de Belas Artes e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Militou por uma educação democrática, pois acreditava que era a principal ferramenta de ascensão social, intelectual e profissional para as classes populares, principalmente a

---

<sup>81</sup> LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 453.

<sup>82</sup> ASPD, pedido de inscrição de Laurindo Francisco de Sales de 26/11/1887, aprovado em 13/12/1887.

<sup>83</sup> ASPD, pedido de inscrição de Hermenegildo Tertuliano Martins de 18/04/1894, indicado por Jacinto Francisco de Andrade, aprovado em 24/04/1894.

<sup>84</sup> ASPD, pedido de inscrição de Plácido da Conceição Costa de 07/11/1894, aprovado em 14/11/1894.

<sup>85</sup> ASPD, pedido de inscrição de Miguel Moreira de Carvalho de 27/05/1875, aprovado em 30/05/1875.

<sup>86</sup> ASPD, pedido de inscrição de Malaquias Permínio Leite de 08/05/1880, aprovado em 21/09/1880.

<sup>87</sup> ASPD, pedido de inscrição de Samuel Florêncio dos Passos de 07/10/1880, aprovado em 24/10/1880; QUERINO, Manuel R. *A raça africana*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, p. 162-163.

população de cor.<sup>88</sup> Querino ingressou na SPD em 1877, prestou serviços nos cargos de visitador e escriturário, mas depois teve que se retirar da associação, por volta dos anos de 1880.<sup>89</sup> Após seu afastamento, buscou se reaproximar da associação no início dos anos de 1890, mas teve seus pedidos de readmissão negados, sendo aprovado apenas em agosto de 1894.<sup>90</sup> As circunstâncias de seu afastamento da SPD serão analisadas no próximo capítulo. O que interessa é perceber que sua presença no quadro de sócios, pode ter fortalecido um projeto de educação na SPD.

É preciso destacar também que existiram projetos de constituição de aulas dentro da SPD para os filhos dos sócios. Em 18 de abril de 1883, por exemplo, a professora Maria Silveria da Silva, habilitada pelo Externato Normal da Província da Bahia, solicitou às lideranças da SPD, a autorização para estabelecer na sede da associação, que era na Rua do Bispo, um curso primário e secundário direcionado às filhas de sócios que fossem órfãs, com o objetivo de proporcionar a elas o acesso “a educação precisa para no futuro poder ser boa mãe e portanto boa cidadã”. O pedido foi adiado, por ser um assunto delicado, mas acabou sendo ignorado.<sup>91</sup> De acordo com Ana Paula de Souza, tendo em vista que a SPD era uma associação estritamente masculina é possível que a negação à solicitação tenha partido do pressuposto de ser uma mulher que iria adentrar o espaço da instituição.<sup>92</sup>

No entanto, no ano de 1898, quando a SPD já tinha adquirido o sobrado no Largo do Cruzeiro de São Francisco, alguns sócios se reuniram para propor “ser criada em uma das salas da sociedade uma aula primária noturna para os sócios e seus filhos, sobre regência de um professor habilitado e que se preste a receber pequena gratificação”. Diferente da iniciativa da professora Maria Silveria, que havia sido ignorada, este projeto foi aprovado por maioria de votos e visava ser subvencionado pelo governo estadual.<sup>93</sup> Existia uma preocupação em não ter mulheres adentrando o espaço da associação, o que indica também a constituição de uma identidade de gênero.

---

<sup>88</sup> Sobre a relação de Querino com a educação, ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 354-380.

<sup>89</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino de 15/10/1877, aprovado em 16/10/1877.

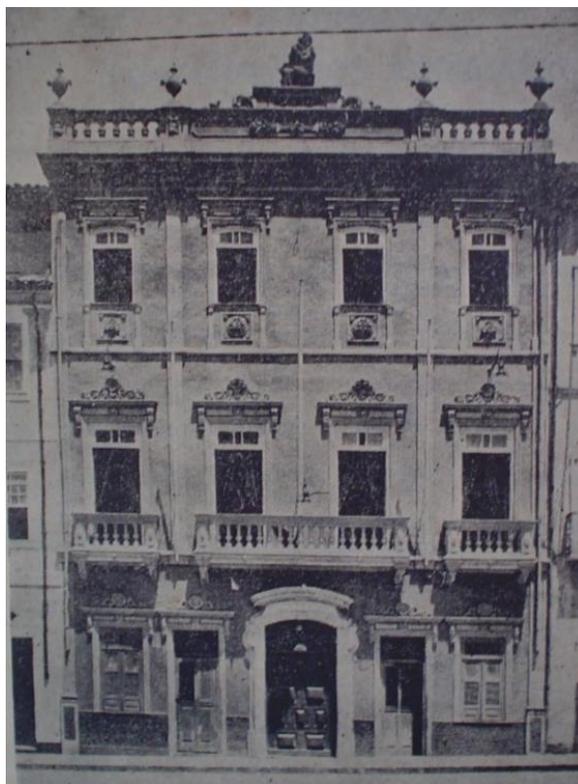
<sup>90</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino, 10/05/1892, indeferido em sessão de 11/05/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 11/05/1892, aprovada em 18/05/1892; ASPD, ofício encaminhado por Manoel Querino à SPD em 24/05/1892, reprovado em 25/05/1892; ASPD, ata do Conselho Administrativo de 25/05/1892, aprovado em 01/06/1892; ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino de 01/08/1894, aprovado em 22/08/1894.

<sup>91</sup> ASPD, requerimento da professora Maria Silveria da Silva de 18/04/1883; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 18/04/1883.

<sup>92</sup> SOUZA, Ana Paula de. *Aspectos históricos sobre a educação da população negra ex-escravizada no Brasil pós-abolicionista*. Monografia (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p. 31-32.

<sup>93</sup> ASPD, ata da Assembleia Geral de 17/07/1898, aprovada em 30/09/1898.

Imagem 2 – Sede no Largo do Cruzeiro de São Francisco



Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 1.

A constituição de espaços de aprendizagem nas últimas décadas do século XIX era muito significativo para trabalhadores negros. Naquele momento, tendo em vista o crescente número de mão de obra livre que surgia com o expressivo aumento de egressos do cativo, as elites brasileiras discutiam a possibilidade de escravos e libertos exercerem a cidadania. De acordo com Aldrin Castellucci, a política era dominada por uma minoria de cidadãos, com o poder econômico baseado na propriedade de terras e escravos, com pouco interesse na participação da população de um modo geral. No processo eleitoral, a participação dos trabalhadores era marcante na qualidade de votantes, mas mínima enquanto elegíveis e eleitores, que de certa forma eram as categorias na dinâmica eleitoral que influenciavam nas mudanças políticas no Brasil.<sup>94</sup> Neste sentido, a instalação de espaços de aprendizado em uma

---

<sup>94</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Os trabalhadores e a política no Brasil Império: o problema da cidadania operária em uma sociedade escravista (Salvador, 1850-1881). In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de (Org.). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII E XIX)*. 1ª ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014, p. 304-306; Idem. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015, p. 167-173. Em relação a discussão sobre educação nas últimas décadas

associação negra como a SPD, permitiu aos homens de cor a possibilidade de influenciar no jogo político, tendo em vista as discussões sobre acesso ao voto apenas para alfabetizados.

Existiram outras iniciativas de escolarização de negros no Brasil, muitas inclusive desenvolvidas por associações negras, principalmente no Sul e Sudeste, onde esses grupos também estavam atentos com essa pauta educacional para a população negra. Em Bragança paulista, por exemplo, foi fundado no início dos anos de 1880, o Club dos Escravos, que funcionava como uma escola noturna para 40 alunos, todos na condição jurídica de escravos. O principal objetivo da escola do Club era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio da leitura, mas acabou se tornando um espaço para organização de resistência e luta no cativeiro.<sup>95</sup> Outra experiência interessante foi o Club dos Libertos contra a Escravidão, conhecido como “o pranto dos cativos”, fundado em março de 1881, em Niterói. Através da articulação entre negros e brancos, buscava-se garantir além da libertação de escravizados, a educação primária gratuita e a implantação de práticas pedagógicas em educação infantil para os filhos de libertos e escravizados.<sup>96</sup> A Liga dos Homens de Cor, fundada em 1887, também funcionou como um espaço de acesso à educação para negros, pois teve o funcionamento de classes noturnas para os associados e suas famílias. Os estudantes contavam com aulas de português, aritmética e geografia.<sup>97</sup>

Diante desses exemplos, é interessante pensar que o esforço de constituir no espaço da SPD a educação aos órfãos pode ser lido como uma estratégia de torná-los cidadãos em uma sociedade marcada pela restrição aos homens de cor. Os membros da SPD buscavam defender a instrução como uma forma de assegurar o voto negro, que era um instrumento importante de barganha. Havia um projeto político dos membros da SPD, que buscava garantir a cidadania, sobretudo em um novo regime que estava surgindo. Vejamos agora como estes indivíduos negociaram com autoridades baianas para garantirem determinados benefícios.

---

do século XIX no Brasil e na Bahia, ver: SHUELER, A.F.M. *Educar e Instruir: A Instrução popular na corte Imperial – 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*, Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; CORD, op. cit., 2012; SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. *Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

<sup>95</sup> SILVA, Jacinto. *No Tempo da Escravidão: Experiências de Senhores e Escravos em Bragança Paulista (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009, p. 104-116.

<sup>96</sup> VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O movimento abolicionista niteroiense, o Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos. In: SBHE, *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: [sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7). Acesso em: 25 de janeiro de 2018;

<sup>97</sup> PINTO, Ana Flavia Magalhaes. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014, p. 276.

## **2. O JOGO POLÍTICO DAS LIDERANÇAS DE COR: ALIANÇAS, CONFLITOS E REDES DE PROTEÇÃO**

A SPD se tornou um espaço importante de negociação entre lideranças de cor e políticos baianos, nas últimas décadas do século XIX. Alguns de seus associados, como Manoel Leonardo Fernandes, Marcolino José Dias, Manoel Raymundo Querino, Caetano de Mattos, Antônio José Bracete e outros, se destacaram como importantes lideranças e alcançaram um status de enorme prestígio entre os homens de cor da cidade de Salvador. Nesse capítulo, busco entender quais os sentidos das articulações dessas lideranças com figuras importantes da Bahia, sobretudo políticos liberais e abolicionistas. Pretendo investigar como aqueles trabalhadores negociaram e disputaram um projeto político para os homens de cor, com a intenção de alcançar direitos básicos como cidadania, educação e ajuda mútua.

### **2.1 Manoel Leonardo Fernandes e as articulações com os liberais**

Algumas lideranças da SPD constituíram redes de proteção, que além de envolver seus aliados dentro da associação, incluía os chamados “sócios protetores”. A categoria de sócio protetor era constituída, em sua grande maioria, por homens brancos, escolhidos pela capacidade de ajudar a associação, apesar de terem influência relativamente limitada nas operações internas da instituição. De acordo com o artigo 8º do estatuto de 1874, os sócios protetores eram “todas aquelas pessoas que por seu coração benfazejo, segundo suas altas representações, queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade”.<sup>1</sup> Entre eles estavam políticos e figuras influentes da sociedade baiana, como presidentes de província, senadores, deputados, desembargadores, advogados, militares, médicos e outros. Os dirigentes da SPD estabeleceram alianças com estes protetores, que eram sustentadas através de uma política de favores, acordos e relações de compromisso. Essas estratégias, na maioria das vezes, decidiam as disputas pelo controle da associação, pois aqueles que constituíam alianças mais consistentes com os protetores eram os que estavam mais blindados no poder e permaneciam mais tempo no comando da associação.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Estatuto da SPD de 1874. No estatuto de 1894, em seu artigo 9º, passou a ser inserida a categoria de “sócios beneméritos”, que eram “todas as pessoas que fizeram à Sociedade donativos não inferiores a 300\$000 ou relevantes serviços de iguais valor (sic)”. Ao contrário da categoria dos protetores, os beneméritos poderiam ser brancos ou negros, inclusive os próprios sócios efetivos da SPD.

<sup>2</sup> A prática de constituir protetores era uma herança das irmandades. É possível encontrá-los em confrarias negras, como o Rosário da freguesia de São Bartolomeu, no início do século XIX, na vila de Maragogipe, no

Esse foi o caso do marceneiro Manoel Leonardo Fernandes, um dos membros que mais assumiu cargos diretivos na SPD e protagonizou acirradas disputas pelo comando da associação, principalmente durante as décadas de 1860 e 1870. Manoel Fernandes foi remanescente da antiga Irmandade dos Desvalidos e assumiu na SPD os cargos de presidente, vice-presidente e 1º secretário. Na lista eleitoral da Freguesia da Sé, em 1878, havia declarado ter 50 anos de idade, solteiro e com uma renda anual de 500\$000 réis.<sup>3</sup> Morava ou trabalhava na antiga Ladeira do Aljube, próximo de onde hoje está o viaduto da Sé, esquina com a Ladeira da Praça.<sup>4</sup> Manoel Fernandes tinha ambições dentro da SPD e a sua presença no controle da associação rompeu com a hegemonia de um antigo grupo no poder. Era inegável sua atuação como uma forte liderança dentro da associação, provavelmente protegido por diversos políticos da época.

Na eleição da SPD do dia 25 de outubro de 1863, por exemplo, o então vice-presidente Manoel Fernandes protagonizou uma disputa com o grupo de Joaquim de Santana Gomes Ferrão. Naquela ocasião, Manoel Fernandes assumiu interinamente o cargo de presidente e foi o responsável por ter conduzido aquela eleição, tendo em vista que o titular do cargo, Joaquim Ferrão, estava impossibilitado de comparecer naquele dia, por motivo de doença. Sua presença presidindo uma sessão tão importante como aquela, despertou a desconfiança de antigas lideranças da SPD, que temiam perder a hegemonia e as prerrogativas no comando da associação, construídas através de alianças políticas cultivadas há algum tempo.

Durante a sessão da eleição de 1863, Manoel Fernandes foi duramente criticado por alguns sócios, por ter descumprido o estatuto, ao ter aceitado cédulas com votos de associados que não estavam presentes no dia da votação. Contudo, o que provocou maior confusão naquela sessão foi à decisão do vice-presidente de anular a chapa em que constava o nome do sócio suspenso Francisco das Chagas e Assis para o cargo de visitador. Houve muita confusão entre os membros, que se dividiram entre aqueles que estavam ao lado de Francisco Assis e os que não aceitavam a presença dele naquela chapa. Embora o vice-presidente solicitasse ordem diversas vezes, a sessão seguiu em um clima tenso, a ponto do sócio suspenso e seus correligionários – entre eles Bento Ignácio de Oliveira, Feliciano Primo Ferreira, Damião Cardoso da Costa, Pedro Ribeiro de Figueiredo, José Pedro do Sacramento e Gregório

---

Recôncavo baiano. Estes irmãos criaram o cargo de protetor, para ser ocupado por um branco nomeado pelo capelão. Em 1845, eram juízes de devoção da Irmandade do Rosário das Portas do Carmo o barão do Passé e o doutor Cassiano Gonçalves Ramos, além de outros importantes brancos baianos. Para mais informações, ver: REIS, op. cit., 1996, p. 12-13.

<sup>3</sup> *O Monitor*, Salvador, 30/07/1878, p. 2.

<sup>4</sup> MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak Administrativo e industrial da Bahia, para o anno de 1860*. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis & Cia, 1860, p. 323;

Joaquim de Santana –, se retirarem da sala das sessões, dizendo em protesto “que seus pés não se cruzavam mais na sociedade”. Ao final da sessão, Manoel Fernandes foi eleito presidente, junto com alguns sócios do seu grupo, que assumiram cargos importantes.<sup>5</sup>

No dia 27 de outubro, Manoel Fernandes enviou a lista com os nomes da nova diretoria para o presidente da Província, o conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que era sócio protetor da SPD.<sup>6</sup> Esse era um procedimento previsto pelo artigo 29, parágrafo 5º, do decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860, que dizia que os montepios seriam responsáveis pela eleição ou nomeação de seus quadros administrativos e cabia apenas ao governo da Corte ou presidentes das províncias, nomear entre os mais votados, quem iria presidir as associações.<sup>7</sup> Ou seja, apesar da eleição, cabia somente a autoridade máxima da província escolher quem realmente iria conduzir a instituição durante o exercício de um ano. Esse procedimento fazia parte de uma lógica de controle, no qual as autoridades escolhiam lideranças que fossem de sua confiança para conduzirem aquelas associações.

Esse controle do governo exigia das lideranças de cor um empenho em estabelecer boas relações com os presidentes da província, pois não bastava apenas serem eleitos pelos sócios e terem o apoio de seus aliados dentro da associação para chegarem ao poder, era necessário que sua capacidade de comando fosse reconhecida pela maior autoridade provincial. Havia nesse jogo político, relações estreitas entre a SPD e o Estado Provincial, no qual a associação se constituiu como uma instituição política importante no tabuleiro do poder. Desse modo, as disputas internas ganharam uma dimensão mais complexa, pois alguns sócios utilizaram essa lógica de dominação ao seu favor, para alcançarem posição de destaque dentro da instituição, em detrimento de seus rivais. De acordo com Júlio Braga, alguns desses sócios permaneceram durante muito tempo ocupando cargos na diretoria da SPD, por conta de “suas habilidades políticas, prestígio pessoal ou tino administrativo” e constituíram verdadeiras oligarquias na associação.<sup>8</sup>

No ano de 1863, os sócios que saíram insatisfeitos com o resultado da eleição, perceberam as possibilidades de negociação dentro dessa lógica de dominação, pois rapidamente se articularam com o presidente titular da SPD, Joaquim Ferrão, e enviaram um requerimento para a autoridade provincial, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, solicitando

---

<sup>5</sup> ASPD, ata da Assembleia Geral de 25/10/1863.

<sup>6</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação dos novos funcionários da Sociedade Amparo dos Desvalidos, eleitos em Assembleia Geral do dia 25/10/1863, enviada no dia 27/10/1863.

<sup>7</sup> BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, Tomo XXIII, Parte II, p. 1133-1134.

<sup>8</sup> BRAGA, op. cit., p. 55, 66-68.

intervenção para a realização de nova eleição. Joaquim Ferrão tomou partido desses membros e disse que os argumentos deles eram “plausíveis e razoáveis”, tendo em vista a “parcialidade demonstrada pela Mesa”, ao “fazer prevalecer uma lista ou chapa por ela imposta”. Ainda sugeriu a possibilidade dessa nova eleição ser realizada com assistência de alguma autoridade designada pelo presidente da Província, provavelmente como uma estratégia para acionar políticos que pudessem influenciar uma nova eleição a favor de seu grupo.<sup>9</sup>

Esse grupo de opositores era constituído basicamente pelos membros que saíram insatisfeitos na sessão do dia 25 de outubro. Francisco das Chagas e Assis, figura central na confusão daquele dia, participou das reuniões da Irmandade dos Desvalidos na década de 1840 e chegou a assumir o cargo de 2º solicitador.<sup>10</sup> Pedro Ribeiro de Figueiredo ocupou o cargo de porteiro/arquivista duas vezes (1862-1863; 1866-1867) e Damião Cardoso da Costa foi cobrador (1859-1860) e 1º secretário (1860-1861). Já José Pedro do Sacramento foi operário da oficina de carpinteiros do Arsenal da Marinha, assumiu os cargos de 2º cobrador (1859-1860; 1866-1867), e depois foi eleito presidente (1867). O sócio Bento Ignácio de Oliveira exercia o ofício de empalhador e havia sido 1º secretário (1855) e presidente (1860-1861).<sup>11</sup>

Um dos que mais se tem informações daquele grupo é Feliciano Primo Ferreira, que era filho de africana, residia na Ladeira da Conceição da Praia e estava inserido nas redes de sociabilidades dos candomblés.<sup>12</sup> Em seu inventário consta que possuía dois armazéns de madeira, com endereço na Ladeira da Preguiça, o que indica que fosse um comerciante deste ramo. Provavelmente era uma figura que tinha fortes contatos na cidade de Salvador, principalmente no meio dos trabalhadores da construção civil, o que lhe dava as credenciais necessárias para assumir cargos diretivos na associação, já que a maioria dos sócios eram dessa área. Possuía pelo menos um escravo, que talvez trabalhasse para ele nos armazéns.<sup>13</sup> Assumiu o cargo de 1º secretário (1845) na Irmandade dos Desvalidos e depois as funções de

---

<sup>9</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, requerimento assinado por Joaquim de Santana Gomes Ferrão em 26/10/1863.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 492, 1009, 1011, 1022.

<sup>11</sup> PIMENTA, Altino Rodrigues. *Almanak administrativo, commercial e industrial da Província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., Anno I, quarta parte, 1872, p. 35.

<sup>12</sup> CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, p. 257.

<sup>13</sup> APEB, Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11.

presidente (1852-1853), vice-presidente (1853-1854) e tesoureiro (1859-1860) da SPD. Faleceu no ano de 1868 e deixou apenas sua mãe como herdeira.<sup>14</sup>

No inventário de Feliciano ainda consta Joaquim Ferrão como seu inventariante, o que indica uma proximidade entre aquelas duas lideranças. Joaquim Ferrão era torneiro mecânico, também morava na Ladeira da Preguiça e, além de ter sido presidente naquela ocasião, havia ocupado os cargos de 1º secretário (1856-1858) e tesoureiro (1860-1861).<sup>15</sup> Tendo em vista sua forte influência dentro da instituição, pode ter sido ele quem influenciou, em 1861, na entrada de seu filho, Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, como sócio efetivo com apenas 17 anos de idade, o que contrariava as regras do estatuto, que apenas aceitava maiores de 18. Gregório era solteiro e, assim como seu pai, também trabalhava como torneiro mecânico e chegou a assumir, em 1861, o cargo de 2º secretário da SPD.<sup>16</sup>

As queixas desses opositores chegaram ao conhecimento da recém-eleita diretoria da SPD, liderada por Manoel Fernandes, que sinalizou não haver irregularidades nas eleições, pois o pleito havia sido decidido por maioria de votos e a associação não poderia ficar com os seus trabalhos parados.<sup>17</sup> Em resposta, o presidente da Província solicitou o encaminhamento de uma cópia da ata daquela eleição para ser examinada, mas a Mesa eleita acusou Joaquim Ferrão de fazer a cópia do documento em sua casa, sem passar por deliberação em sessão, o que era contra o estatuto.<sup>18</sup> Existia certo receio do grupo de Manoel Fernandes de uma possível manipulação dos fatos, que favorecesse os argumentos dos queixosos em seu objetivo de anular aquela eleição. Contudo, Joaquim Ferrão enviou a cópia da ata solicitada pela autoridade provincial e aproveitou a oportunidade para reiterar os motivos que levaram aquela oposição a solicitar uma nova eleição:

Cumpre-me declarar a Vossa Excelência, que semelhante ata deixou de ser aprovada pelas irregularidades, e oposições, que nela tiveram lugar, que por isso deixou de ser assinada por alguns sócios antigos, que contiveram presentes a discussão dela, por causa de tais irregularidades, e pelo descomportamento do Vice-Presidente [Manoel Leonardo Fernandes]: cujos argumentos de que ele se compõe são todos fabulosos [argumentos falsos], e compostos agora a contento dos opositores para se poder satisfazer a exigência de Vossa Excelência, que evidentemente dela verá o quanto se

<sup>14</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 662, 999; REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 120.

<sup>15</sup> MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., terceiro ano, 1857, p. 384.

<sup>16</sup> LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 457.

<sup>17</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício assinado pelo 1º secretário Manoel Salustiano Severiano Gomes em 05/11/1863.

<sup>18</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício de 27/11/1863, assinado pelo 1º secretário Manoel Salustiano Severiano Gomes, 2º secretário Guilherme Francisco Henrique, tesoureiro Antônio José Bracete, 1º cobrador João Theodoro da Soledade e o 2º cobrador João Pereira dos Santos Godinho.

tem procedido contra as disposições dos Estatutos, que rege a Sociedade, cuja ata não estando ainda lançada no respectivo livro, deu lugar a não ser com brevidade respondida e satisfeita a exigência de Vossa Excelência, e fazendo constar aos sócios, que me representaram a qual representação remeti a Vossa Excelência com o supradito officio, eles reprovaram completamente a composição em que se acha lançada a referida ata, que deixou de ser aprovada pelas ditas irregularidades, oposições sem fundamento, provável, e descomportamento do referido Vice-Presidente. Julgo ter assim satisfeito ao que me foi exigido por Vossa Excelência de quem espero, que faça à costumada justiça para exato cumprimento da ordem e dos Artigos dos Estatutos, que deve reger à Sociedade respectiva.<sup>19</sup>

Ao observar a disputa entre os dois grupos, é possível perceber que houve uma movimentação de ambos os lados para justificar o acesso ao espaço que pretendiam ocupar, através de um discurso que buscava obter simpatia e proteção da autoridade provincial. De um lado, os “sócios antigos”, liderados por Joaquim Ferrão, muito preocupados com a possibilidade de perderem a hegemonia no controle da associação, atacaram a gestão eleita e acionaram o presidente da Província, através de um discurso que denunciava o “descomportamento” e as supostas irregularidades promovidas pelo presidente eleito. Do outro lado, a diretoria eleita, comandada por Manoel Fernandes, se defendia e argumentava que inexistia razão para as queixas daquele grupo, pois todo o procedimento da eleição seguia as regras dos estatutos, e que, por sua importância, a SPD não poderia ter os seus trabalhos interrompidos.

Esse episódio revela uma disputa política complexa, que poderia ter relação com as inclinações partidárias dos sócios. Quando se instalou a SPD, como uma instituição civil, em 1851, após o racha entre os membros da Irmandade dos Desvalidos, no final da década de 1840, o Império brasileiro estava sob a influência dos conservadores no poder. Esse período é tratado pela historiografia como *tempo saquarema* (1843-1861), pois existia um projeto conservador de construção e consolidação do Estado imperial, no sentido da manutenção interna dos privilégios coloniais e construção de uma classe senhorial.<sup>20</sup> Figuras como Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe) e Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, presidiram a província da Bahia nessa época e foram matriculados como sócios protetores da SPD. Acredito que talvez o grupo de Joaquim Ferrão, que mantinha uma hegemonia desde a instalação da SPD em 1851, tenha se aproximado desses políticos ligados ao Partido Conservador naquele período e constituíram acordos para manter o controle da associação.

---

<sup>19</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, officio assinado por Joaquim de Santana Gomes Ferrão de 28/11/1863.

<sup>20</sup> Para mais informações sobre período de hegemonia política dos conservadores no Brasil, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

No entanto, algum tempo depois, com a perda da hegemonia política dos conservadores no Brasil e na Bahia, a partir do início da década de 1860, figuras como Manoel Leonardo Fernandes, ascenderam como fortes lideranças dentro da associação. Apesar de Manoel Fernandes ter vencido aquela disputa, as querelas com o grupo de Joaquim Ferrão não cessaram por aí, pois no ano de 1864, o então presidente, que agora contava com a proteção das autoridades legais, fez um discurso que conclamava os sócios a lutarem contra “aqueles que conosco deveriam partilhar as nossas fileiras”. Em um complemento desse mesmo documento, Antônio José Bracete, na época membro da Comissão de Contas e aliado de Manoel Fernandes, disse que a SPD durante seus dez primeiros anos como instituição civil, estava entregue aos cuidados de “meia dúzia de homens inexperientes, decrépitos e até analfabetos”, que administravam a associação como bem queriam. Bracete provavelmente estava se referindo ao grupo de Joaquim Ferrão. Acrescentou que graças ao decreto de 1860, que proporcionou através do governo a aprovação do estatuto da associação, já não era “aquela Sociedade decrepita e sim a Sociedade Protetora dos Desvalidos que socorre as viúvas e ampara seus órfãos”. Concluiu sua fala ao destacar que seu grupo foi responsável por ter “acabado com tudo quanto era de mau”, além de ter “acabado com este desleixo”, que era “arma mais miserável que há no mundo”.<sup>21</sup>

Antônio Bracete tinha cerca de 48 anos de idade na época, era solteiro e, assim como Manoel Fernandes, exercia o ofício de marceneiro.<sup>22</sup> Havia ocupado na SPD o cargo de tesoureiro (1862-1863) e depois assumiu as funções de arquivista (1864-1865). Em novembro de 1865, estava na lista dos sócios mais votados, enviada ao então presidente da Província Manoel Pinto de Souza Dantas, importante chefe político do Partido Liberal e sócio protetor da SPD, que o escolheu como presidente da associação naquele ano.<sup>23</sup> Havia sido guarda na Freguesia de Brotas desde 1839, uma espécie de inspetor de quartirão, onde também estava qualificado para eleições na época. Tinha muito orgulho de um batalhão ao qual serviu, ao que parece da Guarda Nacional, mas teve que pedir dispensa em agosto de 1864, pois já se encontrava na reserva por impossibilidade de serviço. Até o ano de 1859, era conhecido como

---

<sup>21</sup> De acordo com Klebson Oliveira, que foi responsável por transcrever diversas atas da SPD em sua tese de doutorado, este documento está dividido em duas partes, uma escrita por Manoel Fernandes e outra por Antônio José Bracete, durante a década de 1860, sem uma data específica. Acredito que o documento seja uma parte incompleta de algum relatório apresentado ao fim da gestão de Manoel Fernandes ou talvez seja uma ata de uma sessão magna para a eleição de 1864 ou 1865. As duas partes do documento podem ser consultadas em: OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 637-638, 1039.

<sup>22</sup> *O Monitor*, Salvador, 30/07/1878, p. 2.

<sup>23</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação dos novos funcionários enviada em 06/11/1865.

José dos Santos Bracete, mas por conta de ter aparecido na capital da Província outro indivíduo com este nome, vindo do Rio de Janeiro, em 1858, passou a se chamar Antônio José Bracete. Declarou em 1864, que até então nunca havia divulgado na imprensa a mudança de seu nome, “por ser um pobre artista” e que pouco importava que os outros o “chamassem Pedro ou Paulo”, porém “agora qualificado na freguesia da Sé e podendo ser procurado por alguém visto ser tempo de eleições”, achou melhor divulgar a mudança de seu nome.<sup>24</sup>

Imagino que Bracete e Manoel Fernandes tenham adquirido uma experiência que lhes garantiu acordos com autoridades da época, capaz de possibilitar a presença de ambos no comando da SPD. Com o gabinete liberal no poder e os chefes locais da província da Bahia fortalecidos, ambos ganharam confiança e assumiram uma postura de enfrentamento com os “sócios antigos” da associação. Ao depreciar os opositores em sua fala, Bracete tinha o objetivo de sensibilizar os sócios e os políticos locais para o engajamento de seu grupo na liderança da SPD, através do reconhecimento de suas capacidades de comando. Buscou diferenciar seus aliados de um tipo de indivíduo que era indesejado pelas autoridades. Construiu assim uma imagem alinhada com o ideal de uma liderança moralizada, instruída, qualificada em seu ofício, disciplinada e apurada com as leis de controle do Estado, ou seja, capaz de exercer sua cidadania política. Antes era apenas “um pobre artista”, que não se importava nem mesmo com a forma que era chamado, desconsiderando a própria identidade de seu nome, e só sentiu necessidade de divulgar a mudança, por conta das vantagens de sua inserção na dinâmica eleitoral daquela instituição. Agora, Bracete vislumbrava novas possibilidades de adquirir benefícios das autoridades políticas, como o acesso ao comando da SPD.

Algum tempo depois, em agosto de 1876, Manoel Fernandes protagonizou outra disputa pelo controle da SPD. Agora com o sócio Caetano de Mattos. Em certa medida, podemos dizer que essa querela foi decidida pelo nível de influência que os pleiteantes mantinham com os sócios protetores. Na época, Caetano de Mattos tinha cerca de 40 anos de idade, exercia o ofício de funileiro e tinha uma oficina na Rua do Corpo Santo.<sup>25</sup> Contou com o apoio de lideranças como Severiano Pedro da Silva, que também exercia a profissão de

---

<sup>24</sup> *O Alabama*, Salvador, 09/08/1864, p. 4.

<sup>25</sup> PIMENTA, Altino Rodrigues. *Almanak administrativo, commercial e industrial da Província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., Anno I, quarta parte, 1872, p. 25; ASPD, pedido de inscrição de Caetano de Mattos, indicado por Severiano Pedro da Silva, aprovado em 17/05/1893.

funileiro<sup>26</sup>, com oficina no mesmo endereço, além do pedreiro Manoel Francisco dos Santos, antiga liderança da SPD desde 1857.<sup>27</sup> Com a ajuda desses sócios, Caetano de Mattos assumiu interinamente a presidência e conseguiu influenciar a Assembleia Geral em uma deliberação que decidiu pela demissão de Manoel Fernandes, sob alegação de que o presidente titular não merecia mais a confiança da Assembleia, pois havia abandonado uma sessão sem justificar o motivo de sua saída.<sup>28</sup>

Naquele mesmo dia, compareceu o sócio protetor Albino Henriques da Silva, provavelmente a convite de Manoel Fernandes. Albino tinha em torno de 44 anos de idade, era casado, tinha filhos e exercia a profissão de tipógrafo.<sup>29</sup> Havia sido membro da Comissão Fiscal da Associação Tipográfica Baiana em 1871 e administrava o Diário da Bahia desde o ano de 1864, órgão ligado aos correligionários do Partido Liberal, especialmente nas figuras do Conselheiro Dantas, Rui Barbosa e do médico Sátiro de Oliveira Dias, todos protetores da SPD.<sup>30</sup> Ao que parece, Albino era um sujeito de grande influência nos meios da imprensa, da classe trabalhadora e das autoridades públicas, o que tornava conveniente para os interesses de Manoel Fernandes a sua presença na sessão daquele dia, provavelmente por terem construído há algum tempo uma relação de proteção.

Albino cumpriu bem o seu papel naquela sessão, manifestou apoio ao presidente Manoel Fernandes e registrou em ata que não existia número suficiente de sócios para se tomar qualquer deliberação. Ainda questionou as motivações para a realização da Assembleia, ao dizer que se o Conselho havia sido suspenso, o vice-presidente também deveria ser punido, pois era parte do mesmo Conselho. Em resposta, o grupo de Caetano de Mattos argumentou que o procedimento era considerado normal e declararam que o vice-presidente não tinha culpa de nada, pois nem sabia o que o resto do Conselho fazia. Além disso, destacaram outras causas que justificavam a demissão de Manoel Fernandes, como sua inadimplência com as mensalidades, a retirada de dinheiro do caixa para empréstimos e pagamentos desconhecidos, além das irregularidades nos últimos demonstrativos de receita e despesa. Com todos esses

---

<sup>26</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação nominal dos sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos que ingressariam no Liceu de Artes e Ofícios em 19/08/ 1872.

<sup>27</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manoel Francisco dos Santos em 20/10/1879, p. 1.

<sup>28</sup> ASPD, comunicado do vice-presidente Caetano de Mattos de 13/08/1876; ASPD, ata da Assembleia Geral de 20/08/1876.

<sup>29</sup> *O Monitor*, Salvador, 13/07/1878, p. 1.

<sup>30</sup> SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: INL/MEC, 1979, p. 29, 31, 39; ANDRADE, Humberto Santos de. *Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do XX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História, Assis, 2014, p. 57, 63.

argumentos em mãos, Caetano de Mattos realizou uma votação que decidiu por 9 votos contra 7 pela demissão do Conselho e a eleição de uma nova gestão, que o tinha como presidente.<sup>31</sup>

No dia 27 de agosto foi realizada outra sessão da Assembleia Geral, na qual Manoel Fernandes e seus aliados apresentaram um “protesto anulatório” em relação aos trabalhos da sessão anterior. Agora contra-atacavam o grupo de Caetano de Mattos, pois além de contarem com a presença de Albino Henriques da Silva, estava presente também na sessão o sócio protetor Antônio Carneiro da Rocha.<sup>32</sup> Este era filho do Major Nicolau Carneiro da Rocha, que também era sócio protetor da SPD. Tinha uma tradição política forte, pois havia ocupado o cargo de deputado provincial (1868-1869) e parece que naquele momento sua aproximação com os membros da SPD tinha algum interesse na busca de apoio para se eleger novamente, porque foi eleito para o mesmo cargo no ano de 1878 a 1881. Era uma figura importante e, assim como seu pai, tinha uma relação próxima com os liberais, pois haveria de ser ministro da Agricultura, no gabinete do Conselheiro Dantas, no ano de 1884.<sup>33</sup> Frequentou também durante a década de 1870, uma das mais importantes sociedades abolicionistas da capital baiana, a Sociedade Libertadora Sete de Setembro.<sup>34</sup>

Talvez a presença desses dois protetores, que tinham uma vasta rede de possibilidades políticas, tenha intimidado os opositoristas de alguma forma. Manoel Fernandes utilizou sua rede de proteção, construída há muitos anos à frente da instituição, para conseguir garantir o comando da SPD naquele momento, tendo em vista as investidas de Caetano de Mattos, apadrinhado por opositoristas, que provavelmente não estavam satisfeitos com a sua presença no poder. O grupo de Caetano de Mattos perdeu aquela briga em uma votação decidida por 14 votos contra 9, pela reprovação da eleição promovida para derrubar o presidente. Manoel Fernandes reassumiu a cadeira da presidência e reestabeleceu o domínio legal da diretoria.<sup>35</sup> Essa disputa, além de evidenciar mais uma vez o quanto Manoel Fernandes tinha uma relação próxima com políticos liberais, desde a década de 1860 – provavelmente mais forte na figura dos Carneiro da Rocha –, demonstra como as lideranças de cor constituíram e acionaram essas redes de proteção para atenderem os seus interesses.

Estes “novos sócios”, no qual fazia parte Manoel Fernandes, Antonio Bracete e outros, talvez tenham constituído alianças com os liberais, pois estes falavam aos grupos

---

<sup>31</sup> ASPD, ata da Assembleia Geral de 20/08/1876.

<sup>32</sup> ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 27/08/1876.

<sup>33</sup> ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930, Formato EPUB. São Paulo: FGV, 2015.

<sup>34</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 258.

<sup>35</sup> ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 27/08/1876.

subalternizados, como os negros, através de uma retórica do liberalismo, que invocava os conceitos de igualdade cívica, democracia política e os direitos de cidadania. De acordo com George Reid Andrews, em muitos países da América Afro-Latina, existia uma “política negra” organizada em torno de disputas entre os conservadores e liberais. Particularmente na América espanhola, havia uma inclinação das elites tradicionais, proprietárias de terras e comerciantes poderosos dos tempos coloniais, de se agruparem no Partido Conservador, que defendia a preservação da herança colonial, como o catolicismo, a hierarquia social e racial e as grandes propriedades rurais. Apesar do Partido Liberal também ter conseguido o apoio de latifundiários e grandes comerciantes, “seu principal apelo era a grupos sociais que haviam sido excluídos de posições de poder e privilégio durante o período colonial e que estavam agora procurando oportunidades para participar e ascender no novo mundo pós-independência”.<sup>36</sup> Portanto, é possível supor que as lideranças de cor da SPD, que ascenderam no período que os liberais ganharam força, talvez vislumbassem nessa retórica um possível caminho para executarem seu projeto de liberdade.

## **2.2 “Está aqui o negro zuavo baiano”: Marcolino José Dias no jogo político**

Outra liderança da SPD, que também tinha fortes ligações com figuras ligadas ao Partido Liberal foi o sócio Marcolino José Dias. Durante sua juventude, havia sido escravo do casal Manoel José Dias e Maria Angélica Dias, sendo libertado no ano de 1848.<sup>37</sup> Desde então, tornou-se uma figura popular na cidade de Salvador, conhecido por transitar em diversos espaços, como os candomblés, as festas de 2 de julho e as associações abolicionistas e de ajuda mútua. Ficou famoso pelos feitos na campanha do Paraguai ao se tornar capitão da Segunda Companhia dos Zuavos Baianos e pela sua forte militância no Partido Liberal. Marcolino conservou uma rede de proteção ao seu redor, construída muito antes de entrar na SPD. Em 1855, por exemplo, quando era guarda municipal da freguesia de Brotas, protagonizou uma querela com o inspetor Francisco de Moura Rosa, ao ter defendido um grupo envolvido com candomblé na região do Cabula, ameaçando agredir a autoridade, caso prendesse aqueles indivíduos. Insatisfeito, o inspetor prestou queixa ao chefe de polícia,

---

<sup>36</sup> ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 124-125.

<sup>37</sup> APEB, Judiciário, Livro de Notas n. 294, fl. 139. Agradeço a Lisa Earl Castillo por compartilhar esta fonte.

alertando sobre a postura omissa das autoridades em não prendê-lo e lembrou que “o referido crioulo Marcolino tem protetores, que por ele se empenham grandemente”.<sup>38</sup>

O interesse de Marcolino pela SPD se deu no início do ano de 1865, quando solicitou sua entrada, mas foi rejeitado.<sup>39</sup> Apesar de sua popularidade, provavelmente a condição de liberto pode não ter sido bem vista pelos membros da SPD, já que a instituição sempre buscou desvincular sua imagem da escravidão. No entanto, acredito que existia uma forte identificação de Marcolino com a SPD, pois dez anos depois, em dezembro de 1875, o agora capitão dos zuavos solicitou sua entrada novamente e foi aprovado como sócio efetivo da SPD. Na época, havia declarado ter 40 anos de idade, estar casado, com filho, exercia o ofício de alfaiate e morava na Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé.<sup>40</sup> A insistência em fazer parte de uma organização negra como a SPD pode ser interpretada como um indício importante da forte identidade racial que existia entre aqueles sócios, discussão que será retomada no próximo capítulo.

Antes de ingressar na SPD, Marcolino serviu na Guerra do Paraguai, em 1865. Naquela época, foi nomeado pelo presidente da Província Luís Antônio Barbosa de Almeida, para comandar a Segunda Companhia de Zuavos.<sup>41</sup> O presidente da Província foi sócio protetor da SPD, era desembargador e um importante chefe político do Partido Liberal na Bahia. Na ocasião, um correspondente conservador baiano do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, repudiou a decisão, pois acreditava que o novo tenente era um liberto que tinha uma reputação duvidosa. O autor anônimo ainda acusou Marcolino de trabalhar como capanga para os liberais, ao ameaçar opositores nas eleições da província, em troca de cargos públicos. De forma irônica, disse que por conta de seus serviços, “amarraram-lhe a banda de oficial, como se pretendessem com ela eliminar dos cartórios a carta de alforria!”. Acrescentou ainda que “uma província patriótica e heroica, como esta, não pode ver com satisfação dar-se uma banda de oficial a um homem que, tendo sido escravo, nada tem feito para nobilitá-la”. Não era fácil para a oposição conservadora, formada por homens brancos, aceitarem um homem de cor com influência no jogo político. Naquela época, com a Bahia

---

<sup>38</sup> REIS, João José. *Domingos Sodrê, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34-35.

<sup>39</sup> ASPD, ata da sessão do dia 08/01/1865; ASPD, ata da sessão do dia 05/02/1865.

<sup>40</sup> ASPD, pedido de inscrição de Marcolino José Dias de 04/12/1875, aprovado em 12/03/1876.

<sup>41</sup> Os zuavos foram companhias negras organizadas entre 1865 a 1867. A denominação e o formato dos uniformes era uma alusão aos regimentos dos zuavos franceses da Argélia. Para mais informações, ver: FELIX JÚNIOR, Osvaldo Silva. *Repensando a Guerra (a participação da Bahia na Guerra do Paraguai), 1865-1870*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009, p. 75; KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, nº 46, 2012, p. 130-131.

dominada pelos liberais, Marcolino esteve à frente do partido e se constituiu numa liderança negra importante, que assumiu uma postura partidária e ideológica.<sup>42</sup>

Além do presidente da Província, Marcolino tinha uma relação próxima com o coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalho, que havia sido tutor de seu filho e testemunha de seu casamento com Dorothea Rodrigo do Espirito Santo.<sup>43</sup> Carvalho também era sócio protetor da SPD e foi o responsável, em 1860, por liderar uma comissão, junto com Francisco Moniz Barreto e o presidente Manoel Leonardo Fernandes, para cumprimentar D. Pedro II e sua família em sua passagem pela província da Bahia.<sup>44</sup> O coronel era ligado ao Partido Liberal, importante articulador das companhias de Zuavos, principal idealizador da Sociedade Veteranos da Independência e da Sociedade Humanitária Abolicionista. Havia sido comandante superior reformado da Guarda Nacional, empregado aposentado da alfândega e tinha lutado como cadete na guerra pela independência.<sup>45</sup>

Além de Marcolino, outros sócios da SPD também assumiram o comando dos zuavos. Quando solicitou sua entrada na SPD, em 25 de outubro de 1875, o tenente João Francisco Barbosa de Oliveira havia declarado ser solteiro, com 45 anos de idade, marceneiro e morador na Rua do Rosário de João Pereira.<sup>46</sup> Barbosa comandou a Terceira Companhia de Zuavos e também manteve fortes ligações com Joaquim Carvalho, que além de ter prestado assistência no funeral do seu filho, aluno do colégio Atheneu, que havia falecido em 9 de julho de 1869, foi responsável por uma homenagem, em 1870, pela sua volta da guerra.<sup>47</sup> O tenente Barbosa não chegou a ocupar cargos de destaque na SPD, mas estava inserido no circuito clientelista, pois é possível encontrá-lo na lista geral de 1878 dos cidadãos que podiam votar na paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Declarou naquela época que vivia de negócios, provavelmente como uma atividade para complementar sua renda de marceneiro, pois não era fácil a vida de muitos ex-soldados.<sup>48</sup> Faleceu no ano de 1879 e recebeu homenagem dos sócios da SPD com uma missa no convento de São Francisco.<sup>49</sup>

Outro membro da SPD que esteve à frente dos Zuavos foi André Fernandes Galiza. Este sócio havia ingressado na associação em 21 de agosto de 1864 e como dominava mais a

---

<sup>42</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06/04/1865, p. 2; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/04/1865, p. 2; KRAY, op. cit., p. 142-144.

<sup>43</sup> ASPD, certidão de casamento de Marcolino José Dias e Dorothea Rodrigo do Espirito Santo Dias, 22/05/1888.

<sup>44</sup> P. de S., *Memorias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á provincia da Bahia*, Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim & Campos, 1867, p. 112-113.

<sup>45</sup> KRAAY, op. cit., p. 145; ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado na sessão de 14/11/1886.

<sup>46</sup> ASPD, pedido de inscrição de João Francisco Barbosa de Oliveira de 25/10/1875, aprovado em 14/11/1875.

<sup>47</sup> *O Alabama*, Salvador, 17/07/1869, p. 2; *O Alabama*, Salvador, 31/07/1870, p. 2.

<sup>48</sup> *O Monitor*, Salvador, 16/07/1878, p. 2.

<sup>49</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo da noite de 25/06/1879, aprovada em 16/07/1879.

leitura e a escrita que os outros membros, ocupou o cargo remunerado de escriturário.<sup>50</sup> Em junho de 1865, André Galiza havia colocado seu cargo à disposição, pois tinha sido convocado para “retirar-se desta Província para os Postos do Sul”. Pediu aos membros da SPD, como era de costume, “que na sua ausência visitasse aos seus filhos”.<sup>51</sup> Galiza saiu da província da Bahia como Tenente Comandante da Quarta Companhia de Zuavos.<sup>52</sup> Ao retornar, não se sabe quando, adquiriu uma roça nos arredores de Salvador, que talvez tenha sido obtida como recompensa através de conchavos com autoridades do governo por ter servido na guerra ou por outros serviços após seu retorno.<sup>53</sup> Galiza também estava inserido na dinâmica política eleitoral, pois, no ano de 1878, seu nome apareceu na lista dos cidadãos aptos para votarem na paróquia da Sé. Declarou na época ter 44 anos de idade, solteiro e com ofício de barbeiro.<sup>54</sup>

Militão de Jesus Pires foi outro sócio da SPD que esteve na guerra, como tenente comandante da Quinta Companhia de Zuavos. Este sócio teve uma trajetória curta dentro da instituição, ocupando apenas o cargo de tesoureiro (1861-1862) e não se tem informações dele após a guerra. A Quinta Companhia foi organizada e supervisionada pelo educador e futuro Barão de Macaúbas, o conservador Abílio César Borges, que havia adquirido na época oitenta espingardas para aquele efetivo.<sup>55</sup> Outro sócio foi Nicolau da Silveira, que havia comandado a 11ª Companhia de Zuavos, mas não assumiu nenhum cargo diretivo na SPD.<sup>56</sup> Ao ingressar na associação, no ano de 1859, declarou que tinha 25 anos de idade, casado e exercia o ofício de pedreiro.<sup>57</sup>

O caso de Marcolino talvez seja o mais emblemático, pois, segundo Manoel Querino, ele havia se destacado durante a campanha do Paraguai, o que levou a ser “elogiado por seus superiores pelo sangue frio e bravura com que se portava nos combates”. Durante a guerra, “coube-lhe a glória de fincar o pavilhão brasileiro na tomada do forte Curuzú, em 3 de setembro de 1866, bradando com entusiasmo: ‘está aqui o negro zuavo baiano’”, gesto importante que reiterou um pertencimento racial. Foi nessa ocasião que obteve a patente de capitão e o título de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, uma das mais importantes do Império.<sup>58</sup> Seu regresso, por conta de ferimento não especificado, rendeu no jornal *O Alabama* um

---

<sup>50</sup> ASPD, ata da sessão do dia 21/08/1864.

<sup>51</sup> ASPD, ata da sessão do dia 06/07/1865.

<sup>52</sup> KRAAY, op. cit., p. 132.

<sup>53</sup> *O Alabama*, Salvador, 19/11/1868, p. 2.

<sup>54</sup> *O Monitor*, Salvador, 28/07/1878, p. 2.

<sup>55</sup> KRAAY, op. cit., p. 132, 140.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>57</sup> LEITE, op. cit., p. 223.

<sup>58</sup> QUERINO, op. cit. p. 169-170;

registro dizendo que “o homem onde vai é acompanhado de uma multidão de povo”, sendo recebido na Bahia como uma espécie de herói de guerra.<sup>59</sup> Todos os anos se comemorava a sua volta, mandava celebrar missa em ação de graças e, à noite, realizava um baile em sua residência, onde recebia os convidados em seu traje de gala.<sup>60</sup>

Imagem 3 – Marcolino José Dias



Fonte: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

Depois da guerra, havia pouco espaço para os veteranos negros na sociedade. Ser soldado talvez representasse muito para os homens de cor, pois poderia ser a oportunidade de ascender na sociedade e exercer sua cidadania. Marcolino recebeu honrarias por serviços prestados na guerra e obteve o direito de usar a farda e de ser tratado como oficial. No entanto, o capitão dos zuavos constantemente teve que lutar pelo reconhecimento de seus serviços prestados, solicitando algumas vezes ao Ministério do Império, o direito a pensão por

---

<sup>59</sup> *O Alabama*, Salvador, 22/06/1867, p. 1; KRAAY, op. cit., p. 154.

<sup>60</sup> VARELLA, João. *Da Bahia que eu vi*. Salvador: Tipografia do Povo, 1935, p. 14.

seus serviços na guerra.<sup>61</sup> Buscou se inserir em vários espaços de Salvador, seja na SPD, na militância do Partido Liberal, através das campanhas abolicionistas ou nas festas de 2 de Julho. Há indícios sobre o seu retorno da guerra, que apontam que um dia despertara a curiosidade do presidente da Província, que ao vê-lo na praça com uniforme militar, armado e varrendo a rua, o havia julgado maluco. Ao ser questionado sobre o que fazia ali, Marcolino respondeu que era capitão do exército e havia servido na campanha do Paraguai, tinha família, estava sem emprego e pediu para o presidente lhe contratar.<sup>62</sup> Provavelmente por conta desse episódio, o capitão dos zuavos foi então nomeado porteiro da Biblioteca Pública.<sup>63</sup>

Sua trajetória lembra o conhecido Cândido da Fonseca Galvão, filho de africano forro, nascido na Bahia, também oficial do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, conhecido popularmente como Dom Obá II d'África. Apesar de também ser chamado de louco pelas elites letradas, era reverenciado como príncipe por uma considerável parcela da população da Corte, principalmente escravos, libertos e homens livres de cor, que compartilhavam de suas leituras de mundo, seus símbolos e ideias. Dom Obá esteve inserido nas redes de proteção dos políticos da Corte, sobretudo baianos ligados ao Partido Conservador, como Rio Branco, Bom Retiro e Cotegipe. Se constituiu como um canal entre a população de cor da Corte e as autoridades da época.<sup>64</sup> Galvão e Marcolino, apesar de estarem em posições opostas na disputa político-partidária entre liberais e conservadores, tinham muito em comum e talvez fossem conhecidos da campanha do Paraguai, pois, em 1877, o príncipe do povo solicitou um atestado ao capitão dos zuavos, provavelmente para comprovar suas ações durante a guerra, tendo em vista a constante luta dos ex-soldados para obterem o reconhecimento de seus feitos.<sup>65</sup>

Os posicionamentos e as alianças feitas por Marcolino despertaram inimizades de autoridades na capital baiana. Devido a saída do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos do poder e a elevação dos saquaremas, em julho de 1868, a situação de Marcolino na Província se tornou complicada. Na época, José Bonifácio Nascente de Azambuja havia saído do cargo de presidente da Província da Bahia dando lugar para Francisco Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço. Este era um forte político do Partido Conservador, senhor de engenho e, entre outros cargos públicos, havia sido Deputado Provincial por três vezes, Chefe

---

<sup>61</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 14/10/1871, p. 1; KRAAY, op. cit., p. 158.

<sup>62</sup> VARELLA, op. cit., p. 13-14.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 13

<sup>64</sup> Para mais informações sobre Cândido da Fonseca Galvão, ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>65</sup> *Correio da Bahia*, 26 de abril 1877, p. 2.

da Polícia e presidente da Província da Bahia (1848-1852), assumindo logo após os conservadores chegarem ao poder através do gabinete de Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda. Em 1868, Francisco Martins assumiu a província da Bahia mais uma vez, no gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, até o ano de 1871.<sup>66</sup>

Imagino que Francisco Martins tenha sido o pesadelo de Marcolino, principalmente por ter permanecido no poder da Província por quase quatro anos. O capitão dos zuavos por muito pouco escapou de uma tentativa de assassinato. Na noite de 23 de setembro de 1869, pelas redondezas da matriz de Santana, um indivíduo “meio mascarado”, utilizando “um lenço” para se manter no anonimato, armou uma tocaia para o capitão dos zuavos. Ao avistá-lo, a figura misteriosa desferiu diversas vezes golpes de faca contra ele, que defendeu-se com apenas uma bengala que sempre o acompanhava, como é possível ver na imagem 3. De acordo com uma carta anônima enviada para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, “com a coragem que o distingue, o bravo capitão dos zuavos evitou o assassino”. O saldo desse ataque foram os sinais de facadas no paletó e no chapéu do agredido. O correspondente do *Jornal do Commercio* duvidava que a polícia se esforçasse para identificar o culpado, pois a pretendida vítima era um “liberal e um dos que tem tomado aqui mais ativa parte em eleições pelo seu partido. Há muito juraram os dominadores [da província] dar-lhe uma lição de mestre”.<sup>67</sup>

Durante a década de 1870, Marcolino gozava de um prestígio popular que interessava aos liberais. Entre 1868 e 1878, os políticos ligados ao Partido Liberal haviam perdido a hegemonia no poder para os conservadores. Deste modo, os anos de 1870 foram marcados pela pressão oposicionista dos liberais, que liderados pelo Conselheiro Dantas, mobilizaram o apoio dos trabalhadores baianos. Naquele contexto, para retomarem a hegemonia da Província, os políticos liberais precisaram do apoio das lideranças da SPD para dialogarem com determinados grupos de votantes e conseguirem mão de obra livre comprometida com a ordem pública. Nesse processo, algumas daquelas lideranças de cor ganharam destaque na militância liberal.<sup>68</sup>

Em setembro de 1876 é possível encontrar Marcolino como oficial honorário na chapa do Club Liberal do curato da Sé, concorrendo como eleitor.<sup>69</sup> Quando os liberais retornaram ao poder, com o gabinete de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu a partir de 1878,

---

<sup>66</sup> BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Titulares baianos*. Salvador: s/d, datilografado, documento do Arquivo Público do Estado da Bahia, p. 127.

<sup>67</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/10/1869, p. 1.

<sup>68</sup> Sobre o contexto político daquele período, ver: LEAL, op. cit., 2009, p. 225-257.

<sup>69</sup> *O Monitor*, 23/09/1876, Salvador, p. 3.

Marcolino provavelmente retomou mais intensamente suas alianças políticas. Esteve entre os escolhidos eleitores em 1878, com significativos 410 votos, ao lado de políticos como Luís Anselmo da Fonseca, João Augusto Neiva, o Coronel Nicolau Carneiro da Rocha e o Comendador Dr. Domingos Rodrigues Seixas.<sup>70</sup> Em março de 1878, uma comissão composta de membros do Partido Liberal, incluindo o abolicionista Eduardo Carigé, entregaram uma espada de honra a Marcolino, “justo prêmio dos serviços que aos seus correligionários em particular e ao partido em geral tem prestado aquele cidadão”.<sup>71</sup> Este gesto corrobora para entendermos a importância que um liberto teve na dinâmica política da Bahia, mesmo com todas as pressões que existiam por parte de grupos políticos ligados aos conservadores, que não aceitavam sua presença em espaços de poder.

O capitão dos zuavos fez parte do movimento abolicionista e foi fundador, ao lado de Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé e Januário Martins, da Sociedade Libertadora Bahiana, no ano de 1883. A associação contava com figuras como os médicos Aristides Augusto César Espínola Zama e Luís Álvares dos Santos, bem como o farmacêutico Amaro de Lelis Piedade, que haviam sido sócios protetores da SPD. Além disso, o filho de Marcolino, Agostinho José Dias, atuou em ações mais enérgicas de resgate de escravos, promovidas pela associação. Na Libertadora Bahiana, Marcolino deve ter interagido com abolicionistas negros, como Manoel Querino, o engenheiro Theodoro Sampaio, Domingos Silva, Ismael Ribeiro e o sapateiro Manoel Roque.<sup>72</sup>

Esse capital político adquirido pelo capitão dos zuavos durante sua trajetória foi essencial para algumas conquistas da SPD. Apesar de ter ocupado apenas o cargo de vice-presidente (1879-1880 e 1886-1887) da SPD, sua atuação nos bastidores da instituição era muito forte. Em 1883, foi denunciado mais uma vez por agir como capanga dos liberais, agora a serviço do médico e político Domingos Rodrigues Seixas, junto com Marcelino “Bom Senhor”, Marciano de Oliveira e outros. De acordo com o autor da nota no jornal, o curato da Sé era chefiado pelo conselheiro Seixas e seu grupo político era formado pelo “galé, o bêbado, o jogador, o vagabundo, o ladrão, eram a ala direita do regimento que compunha o partido dos indivíduos que insultavam os adversários que não davam vivas ao yô-yô dantas!”.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> *O Monitor*, Salvador, 15/08/1878, p. 1.

<sup>71</sup> *O Monitor*, Salvador, 29/03/1878, p. 1.

<sup>72</sup> SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A Sociedade Libertadora Bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888). In *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Florianópolis, julho de 2015, p. 1-16.

<sup>73</sup> *Corsario*, Rio de Janeiro, 03/07/1883, p. 2.

Imagino que por esses supostos serviços prestados ao Conselheiro Seixas ou pela sua grande importância entre os políticos, Marcolino tenha negociado junto com os deputados provinciais Garcia Pires de Carvalho e Albuquerque e João Augusto Neiva, uma das conquistas mais importantes da SPD, a subvenção anual do governo da Província no valor de 1:000\$000 réis, como foi lembrado pelo presidente Amâncio Rodrigues Seixas em um dos relatórios da associação.<sup>74</sup> Isso significou muito, pois somente algumas associações recebiam estas subvenções, como aponta a lei orçamentária da Província da Bahia, entre os anos de 1865 a 1884.<sup>75</sup> Além disso, a SPD passava por um momento financeiro complicado, devido ao grande número de sócios inadimplentes, problemas com rendimentos em bancos e os gastos que vinha sofrendo com obras em suas propriedades.<sup>76</sup>

Em dezembro de 1886, Marcolino solicitou que não se alugasse o andar superior da sede na Rua do Bispo, Freguesia da Sé, pois seria usado em um projeto de asilo que estava sendo idealizado por ele, para os sócios que caíssem na indigência, solicitando, por isso, uma assembleia extraordinária para discutir o assunto, devido à existência de burocracias por parte do Império.<sup>77</sup> Em um documento, Marcolino mencionou que o asilo iria funcionar com ajuda de um médico que fosse sócio protetor para diminuir os gastos, cada asilado usaria uma vestimenta apropriada e os enfermeiros seriam os próprios asilados que estivessem em melhores condições, até a SPD conseguir contratar profissionais adequados, para que os sócios recebessem melhor tratamento. Era preciso que o sócio apresentasse uma petição do Conselho que provasse a necessidade de assistência.<sup>78</sup>

A construção de um asilo era um projeto antigo da SPD. Foi através dos protetores, que as lideranças da SPD conseguiram assistência legal e financeira para iniciar a construção, gestada durante a presidência de Joaquim de Santana Gomes Ferrão, mas que teve continuidade com a administração de Manoel Leonardo Fernandes, no ano de 1864. Na época, o projeto ainda contou com a ajuda do protetor Antônio Correia Machado, arquiteto e engenheiro da Província, que desenhou a planta e fez o orçamento para a obra. Apesar do Imperador ter concedido autorização para a construção do espaço, parece que o projeto não alcançou o objetivo esperado pelas lideranças, pois pouco foi comentado nos anos

---

<sup>74</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos de Setembro de 1882 a Setembro de 1883, apresentado pelo presidente Amâncio Rodrigues Seixas.

<sup>75</sup> SILVA, op. cit., 1998, p. 55.

<sup>76</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos de 1882 a 30/09/1883; ASPD, ofício de Manoel do Nascimento de Jesus de outubro de 1884.

<sup>77</sup> ASPD, requerimento de Marcolino José Dias de 10/12/1886.

<sup>78</sup> ASPD, condições para fundação do asilo apresentada por Marcolino José Dias em 18/03/1887.

posteriores.<sup>79</sup> Talvez Marcolino estivesse dando continuidade a um antigo desejo das lideranças da SPD de construir um asilo que fosse útil aos sócios em condições de indigência. Ao que parece, o projeto funcionou com uma relativa regularidade nos primeiros anos da República, pois é possível encontrar referências em atas e estatutos.<sup>80</sup>

Apesar de defensor dos ideais abolicionistas, Marcolino morreu aos 54 anos, meses antes de ver a abolição da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888.<sup>81</sup> Sua atuação na SPD foi importante para a construção de um espaço político, de pertencimento racial e de solidariedade. Nos festejos comemorativos da abolição, em meio à multidão, foi lembrado com o seu retrato pelo Batalhão dos Defensores da Liberdade, o qual comandava durante as festas de 2 de Julho.<sup>82</sup>

### **2.3 Quem se finge de doente é para ser visitado: um velho conhecido e as novas articulações na República**

No dia 3 de fevereiro de 1896, um antigo sócio da SPD solicitou auxílio financeiro por motivo de doença. O atestado médico anexado ao requerimento indicava que o solicitante havia sido diagnosticado com hepatite e necessitava de alguns meses de tratamento. O funcionário Presciano Praxedes Lopes, que ocupava o cargo de visitador, função importante na avaliação e distribuição dos benefícios aos requerentes, foi ao encontro deste sócio, mas não o encontrou em sua residência. Ao retornar, informou o ocorrido ao Conselho Administrativo, que, apesar do infortúnio, decidiu deliberar pela liberação do benefício almejado pelo sócio requerente.<sup>83</sup>

Cerca de um mês depois, foi convocada uma reunião extraordinária da Assembleia Geral, presidida pelo professor Hermenegildo Tertuliano Martins, para discutir se a diretoria deveria continuar ou não prestando os socorros àquele sócio. O indivíduo em questão, que antes havia alegado doença, tinha sido visto frequentando diversas festas pela cidade, como procissões, casamentos, até mesmo “perdendo parte da noite em passeios”. Naquela ocasião, esse comportamento dividiu as opiniões dos membros da SPD, alguns foram a favor da

---

<sup>79</sup> ASPD, ata da sessão do dia 02/08/1863; ASPD, ata da sessão do dia 16/08/1863; OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 566-569.

<sup>80</sup> ASPD, relatório apresentado a Assembleia Geral da Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo presidente da direção, Manoel do Nascimento de Jesus em 29/10/1889; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 17/08/1892, aprovada em 24/08/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 24/08/1892, aprovada em 21/09/1892.

<sup>81</sup> ASPD, certidão de óbito de Marcolino José Dias de 21/05/1888.

<sup>82</sup> BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003, p. 266.

<sup>83</sup> ASPD, pedido de socorro de Manoel Raymundo Querino, com atestado médico anexado, 03/02/1896; ASPD, ata da sessão ordinária, 04/02/1896, aprovada em 12/02/1896.

continuidade dos benefícios, enquanto outros queriam que a instituição interrompesse imediatamente os socorros ao sócio. O caso foi posto em votação, a maioria votou a favor da interrupção dos socorros e o presidente da Assembleia Geral declarou que o auxílio financeiro fosse interrompido.<sup>84</sup>

Um dos membros que votaram a favor do suposto enfermo era o alfaiate Ricardo Martins Ferreira, morador da freguesia de Santana.<sup>85</sup> Este sócio compartilhava da opinião de que era mais prudente, apesar da denúncia contra o solicitante, que “se continuasse a dar o socorro a fim de que a Sociedade não fosse prejudicada”. Ao final de uma sessão tensa, Ricardo Ferreira não se conformava com o resultado da votação e deixou registrado em ata “que ele votava em dar-se os socorros ao aludido sócio”, pois a entidade poderia perder bem mais, tendo em vista “que ele sendo todo do governo pode querer vingar-se da sociedade fazendo o governo cassar a subvenção”.<sup>86</sup> A advertência era pertinente, pois realmente o sócio tinha muitos aliados políticos e possuía certo prestígio na sociedade baiana. Tratava-se do intelectual Manoel Raymundo Querino.

Manoel Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, região do Recôncavo Baiano, em 1851. Exerceu as atividades de pintor, professor, escritor e atuou como funcionário público, na Secretária de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas e no Conselho Municipal. Era uma figura bem articulada na cidade de Salvador, pois estava inserido em diversos espaços, como os candomblés, as associações de trabalhadores, as sociedades abolicionistas, instituições intelectuais e de ensino, nos partidos políticos e nas irmandades religiosas. Foi diretor do clube carnavalesco Pândegos d’África e esteve à frente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), o Liceu de Artes e Ofícios, o Colégio de Órfãos de São Joaquim e a Academia de Belas Artes. Era apadrinhado por figuras ligadas ao Partido Liberal nos tempos do Império, como Manoel Correia Garcia e o já mencionado Conselheiro Dantas. Esteve envolvido na política partidária e criou a Liga Operária Bahiana, no período imperial, além de ter sido um dos fundadores do Partido Operário, na República, a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899).<sup>87</sup>

Desde 1877, quando ingressou pela primeira vez na SPD, com 26 anos de idade, o jovem Querino, que havia declarado ser solteiro, pintor e morava na Freguesia da Sé, tinha

---

<sup>84</sup> ASPD, ata da sessão extraordinária da assembleia geral de 09/03/1896, aprovada em 19/04/1896.

<sup>85</sup> ASPD, pedido de inscrição de Ricardo Martins Ferreira, 29/10/1879.

<sup>86</sup> ASPD, ata da sessão extraordinária da assembleia geral de 09/03/1896, aprovada em 19/04/1896.

<sup>87</sup> Sobre a trajetória de Manoel Querino, ver: LEAL, op. cit., 2009.

um curioso interesse pela associação.<sup>88</sup> Nesses primeiros anos de atuação na entidade, prestou serviços nos cargos de visitador e escriturário, mas por motivos que ainda não são muito claros, teve que se retirar da associação, por volta dos anos de 1880. Parece que sua relação com a SPD já estava um pouco desgastada, pois em julho de 1879 havia sido multado em 1\$000 reis “por faltas cometidas no cumprimento de seus deveres como escriturário”.<sup>89</sup> Além disso, em uma sessão do Conselho Administrativo, realizada em outubro de 1880, Manoel Querino havia dito ao já conhecido Marcolino José Dias, que tinha se retirado da SPD “porque não estava para satisfazer os caprichos do Senhor Presidente [Caetano de Mattos] e do Senhor 1º Secretário [Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne]”.<sup>90</sup> A atitude de Querino não era de se estranhar, pois como bem lembrou Wlamyra Albuquerque, “a ele comumente foi atribuída a pecha de imprevidente nas palavras e atitudes; um colecionador de desafetos”.<sup>91</sup>

Talvez as pesadas críticas e a relação um tanto complicada que Manoel Querino mantinha com os liberais naquela época, principalmente em relação ao seu padrinho político, o Conselheiro Dantas, bem como sua relação com o movimento republicano, tenha levado algumas das lideranças da SPD a não tolerarem sua presença no espaço da associação, sobretudo por conta da estreita relação cultivada por muitos dos sócios da SPD com políticos do Partido Liberal. Naquela época, Querino se posicionou de forma crítica, pois acreditava que os políticos tradicionais tinham estabelecido uma relação de tutela com a classe trabalhadora. Na sua concepção, a experiência da Liga Operária Bahiana foi frustrada, pois com o tempo acabou se tornando um espaço manipulado pelos interesses das autoridades. A partir disso, abraçou a causa republicana e tomou a iniciativa de assinar o Manifesto do Club Republicano, em 1878, que lançou candidatos para as eleições daquele ano.<sup>92</sup> Essa postura de Querino talvez não tenha sido bem vista pelos sócios da SPD, que buscavam adquirir benefícios justamente dessa relação de favor e proteção com as autoridades. Tudo o que as lideranças da SPD não queriam era um indivíduo que fosse anti-monarquista integrando seu quadro administrativo e mesmo social.

De acordo com Petrônio Domingues, muitas vezes a historiografia brasileira abordou os homens de cor, a partir “de uma perspectiva unilateral, sem apreender suas ambivalências,

---

<sup>88</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino de 15/10/1877, aprovado em 16/10/1877.

<sup>89</sup> LEAL, op. cit., 2009, p. 318-320. Apesar da autora ter referenciado a data do documento que indica que Manoel Querino havia sido multado, não foi possível encontrá-lo no acervo da SPD.

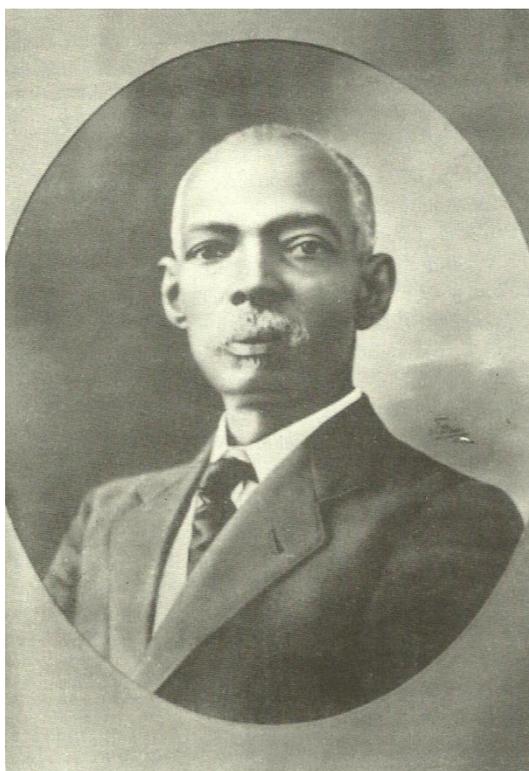
<sup>90</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 03/10/1880, aprovada em 24/10/1880.

<sup>91</sup> ALBUQUERQUE, op. cit., p. 222.

<sup>92</sup> Para mais informações sobre os posicionamentos políticos de Manoel Querino nesse período, ver: LEAL, op. cit., 2009, p. 227-257.

motivações e lógicas próprias”. Se para muitos homens de cor o regime monárquico foi “a única forma de governo apta a equacionar os impasses e dilemas da ‘raça estigmatizada pela escravidão’, proporcionando-lhe oportunidades econômicas e reconhecimento social, para outros, a melhor solução repousava no projeto republicano, com a retórica da liberdade, igualdade e fraternidade”.<sup>93</sup> Como foi visto até aqui, as principais lideranças da SPD, ou pelo menos aquelas que se posicionaram publicamente, tinham uma profunda relação com políticos monarquistas ligados ao Partido Liberal, sobretudo aqueles que tinham um discurso voltado para algumas pautas que beneficiavam a população negra, como educação, abolição e cidadania. Por outro lado, Manoel Querino apostou suas fichas na retórica de liberdade pregada pelos republicanos, o que gerou conflitos com as lideranças da SPD.

Imagem 4 – Manoel Querino



Fonte: Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Após seu afastamento, Manoel Querino buscou se reaproximar da associação em 1892, mas teve seus pedidos de readmissão negados, sendo aprovado apenas em agosto de

---

<sup>93</sup> DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 122.

1894.<sup>94</sup> Nessa época declarou que exercia o ofício de pintor, era “de cor preta”, casado, com 40 anos e residente na cidade de Palha, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.<sup>95</sup> Curiosamente, no ano seguinte à sua readmissão, foi eleito para o Conselho Administrativo, assumindo o cargo de relator, cuja tarefa era dar parecer em relação às solicitações de entrada de novos sócios na entidade. Cabe notar que todas as petições avaliadas por Querino entre abril e agosto de 1895 foram deferidas. Esta atitude pode ser interpretada como uma ferramenta de consolidação de alianças políticas, principalmente pelo seu interesse em retornar ao Conselho Municipal.<sup>96</sup>

Voltando ao ano de 1896, vejamos um pouco mais por que o sócio Ricardo Ferreira alertou aos demais que Manoel Querino, sendo envolvido com a política, poderia retaliar a Sociedade, dando um jeito de o governo cancelar o subsídio. Desde janeiro daquele ano, a SPD não recebia as subvenções do Estado, isso provavelmente preocupou Ricardo Ferreira, pois Querino poderia se tornar um empecilho para possíveis negociações com as autoridades. Nessa época, Querino fazia parte do Conselho Municipal, como suplente no cargo de conselheiro e provavelmente já fazia parte da Repartição de Obras Públicas, que depois passou a ser denominada de Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas.<sup>97</sup> Talvez o vínculo com este órgão, somado ao seu mandato no Conselho Municipal, tenham sido suficientes para ter despertado certa desconfiança por parte de algumas lideranças da SPD.

O problema com a subvenção do governo era assunto que preocupava várias associações naquele período. Em 27 de maio de 1896, o tesoureiro da SPD, Severino Carlos Ferreira, alertou ao presidente do Conselho Administrativo, Florêncio Friandes, que corriam boatos sobre uma possível mobilização de tesoureiros de várias associações, com abaixo assinado, para resolver a questão sobre as subvenções atrasadas. Como solução para a falta desse recurso, o tesoureiro achou conveniente que a SPD concedesse o título de sócio benemérito ao recém-eleito governador da Bahia, o Conselheiro Luiz Viana, pois era prática comum “para todas sociedades conceder-se título a estes personagens”.<sup>98</sup> Através dessa ação,

---

<sup>94</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino, 10/05/1892, indeferido em sessão de 11/05/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 11/05/1892, aprovada em 18/05/1892; ASPD, ofício encaminhado por Manoel Querino à SPD em 24/05/1892, reprovado em 25/05/1892; ASPD, ata do Conselho Administrativo de 25/05/1892, aprovado em 01/06/1892.

<sup>95</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Querino de 01/08/1894, aprovado em 22/08/1894.

<sup>96</sup> LEAL, op. cit., 2009, p. 318-320.

<sup>97</sup> LEAL, op. cit., 2009, p. 97; CASTELLUCCI, op. cit., 2015, p. 198.

<sup>98</sup> ASPD, ata da sessão ordinária de 27/05/1896, aprovada em 03/06/1896; ASPD, ata da sessão ordinária de 05/08/1896, aprovada em 12/08/1896; BUTLER, op. cit., p. 164-165.

os líderes da SPD buscaram consolidar uma nova rede clientelista com uma figura política importante no momento.

A intenção de contatar o recém-eleito governador da Bahia e a forma como os membros acionaram algumas autoridades para normalizar o recebimento da subvenção, pode ser interpretada como uma estratégia de consolidação de novas alianças em um novo contexto político. Provavelmente com a mudança de regime, a entidade ainda estivesse se rearranjando politicamente, pois as antigas lideranças políticas do Império haviam se enfraquecido e já não podiam ajudá-los como antes em seus interesses, pelo menos não naquele momento. De qualquer sorte, acionar algumas daquelas autoridades parece que foi eficaz na retomada dos subsídios da SPD, pois nos relatórios seguintes constam a normalidade no recebimento da subvenção.<sup>99</sup>

Foi dessa mesma forma, por exemplo, que as lideranças da SPD procederam, em 1893, quando acionaram o sócio protetor José Luís de Almeida Couto, antigo aliado da associação, para retomar um benefício do governo. Desde 1889, através do próprio Almeida Couto, e dos deputados imperiais, Francisco João Fernandes e o professor Antônio Bahia da Silva Araújo, que a SPD tinha a isenção da décima urbana, que era um imposto municipal por propriedade, em relação aos imóveis que compunham seu patrimônio. Com a mudança política da República, a SPD teve que solicitar novamente esta isenção em 1893. Agora como prefeito, o antigo abolicionista e líder do Partido Liberal, ainda inserido no sistema político, interferiu pessoalmente, enviando uma carta, em nome da SPD, para o Conselho Municipal, e no prazo de 48 horas o pedido de isenção foi aprovado.<sup>100</sup>

Kim D. Butler também analisou esse episódio em seu livro *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador* e interpretou a resistência das lideranças da SPD em relação às investidas de Manoel Querino, que se colocou como uma espécie de intermediário entre os trabalhadores de cor e as autoridades, como uma falta de confiança por parte dos sócios da SPD em relação ao governo de um modo geral. Butler acredita que a estratégia da SPD não era buscar benefícios de autoridades políticas, mas

---

<sup>99</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1895 a 1896, apresentado pelo Presidente do Diretório Florencio da Silva Friandes e aprovado em sessão de 23/10/1896, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1896, p. 10; BPEB, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1896 a 1897 apresentado pelo Presidente do Diretório João Francisco Regis d'Antão e aprovado em sessão de 01/11/1897, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1897.

<sup>100</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho, 28/08/1889; BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1998, p. 160-161. De acordo com a ata da sessão da Câmara Municipal de Salvador do dia 05/09/1893, foram isentas três propriedades que pertenciam a SPD. Agradeço a Jéssica Santos Lopes da Silva por ter identificado e fotografado a fonte no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS).

confiar em seu próprio empreendimento para garantir sua segurança financeira, tendo em vista o investimento da instituição em propriedades e nos rendimentos de valores depositados em bancos. No entanto, na página seguinte do seu livro, Butler se contradiz, justamente por reconhecer que a existência da patronagem como uma experiência política dos sócios da SPD, foi um fator que neutralizou uma mobilização racial mais coesa entre homens de cor em Salvador, discussão que iremos retomar no próximo capítulo.<sup>101</sup>

Acredito que os membros da SPD precisavam dos sócios protetores para garantir determinados interesses. Se existiu de fato uma suposta autonomia em que as lideranças de cor pudessem confiar plenamente em seus recursos próprios, não faria sentido distribuir títulos de homenagem a figuras importantes, com a intenção de adquirir benefícios, como ficou claro na fala do tesoureiro ao sugerir o nome de Luiz Viana. Ao mesmo tempo, quando se discutiu a possível suspensão da subvenção do governo, o presidente Florêncio Friandes alertou sobre a situação financeira da SPD, em 1896, ao chamar atenção para o fato de que os alugueis das propriedades e os rendimentos financeiros não serem suficientes para amparar as viúvas, os órfãos e os sócios socorridos por aquela instituição. Naquela ocasião, sugeriu que o tesoureiro procurasse casas para comprar, que pudessem gerar renda e que estivessem ao alcance do dinheiro em cofre da SPD. Ou seja, é difícil pensar que existisse uma autonomia financeira capaz de mantê-los completamente independentes das redes clientelistas. Como foi visto até aqui, os sócios da SPD construíram redes de proteção muito bem consolidadas, o que não significava que fossem desprovidos de uma margem de autonomia que lhes proporcionassem operar na política.<sup>102</sup>

Manoel Querino ainda retornou uma última vez a SPD, em 1913, aos setenta e quatro anos de idade, para solicitar uma pensão de aposentadoria. Na ocasião, se queixou de ter seus pedidos ignorados e criticou os dirigentes da SPD, ao dizer que “o povo brasileiro, proclamando Independência, deu prova de que eles não poderiam continuar sob a tutela feroz do Português, mas a Sociedade dos Desvalidos (sic) não aprendeu a lição e viveu como que fora do convívio social, sem representação”. De acordo com Butler, a última referência nesta fala de Querino, parece ser uma insatisfação em relação à resistência das lideranças da SPD em aceitá-lo como um representante ou talvez protetor da associação. Tendo em vista as poucas possibilidades de representação política dos sócios da SPD, devido às incertezas dos primeiros anos da República, Querino buscou se colocar como uma promessa de

---

<sup>101</sup> BUTLER, op. cit., p. 165-167.

<sup>102</sup> ASPD, ata da sessão ordinária de 10/06/1896, aprovada em 01/06/1896.

representação.<sup>103</sup> No entanto, prevaleceu uma antiga incompatibilidade nos modos de ação e na forma com que ambos reconheciam a luta dos homens de cor por melhores condições de vida. É possível perceber que a SPD se constituiu como um espaço de alianças políticas e partidárias, mas também como um ambiente de disputas pelo controle de um espaço de poder negro.

Curiosamente, a memória de Querino foi exaltada no espaço da associação em alguns momentos. Não se sabe ao certo a data da fotografia, mas até hoje permanece na sala de reuniões da SPD, um quadro de Querino, ao lado de abolicionistas importantes, como Luiz Gama e José do Patrocínio. Além disso, no século XX, a SPD manteve um local chamado *Centro Lútero Recreativo “Manoel Querino”*, que de acordo com o estatuto de 1956 foi utilizado para “o bem-estar social, com a realização de conferências, palestras, festivais, passeios de recreio, festas dançantes e jogos de salão”.<sup>104</sup> A relação de Querino com a SPD é um indicador das contradições que envolviam a luta política dos homens de cor, em que os projetos de liberdade foram construídos em um cenário de contradições, disputas, rivalidades e tensões cotidianas.

Nas estreitas avenidas de participação política e de cidadania, alguns negros como Manoel Leonardo Fernandes, Antonio José Bracete, Marcolino José Dias, Manoel Querino e outros, exploraram ao máximo os espaços de atuação possíveis. Esses indivíduos disputavam o jogo político e partidário do Segundo Reinado e dos primeiros anos da República, através de redes de proteção, que se constituíram em uma política institucional da associação. Essas estratégias consolidavam o poder de barganha de determinadas lideranças de cor, a partir de uma agenda específica para os negros. Ser sócio da SPD significava ter a possibilidade de uma atuação efetiva na política baiana daquele momento. Mais acima de tudo, ser sócio da SPD significava um orgulho pessoal da condição de homens de cor preta. No próximo capítulo vamos entender o que significava ser sócio da SPD e como foi constituída ali uma noção muito bem articulada de pertencimento racial.

---

<sup>103</sup> BUTLER, op. cit. p. 165.

<sup>104</sup> Apud BRAGA, op. cit., p. 43.

### **3. COR E RAÇA NA IDENTIDADE DOS SÓCIOS EFETIVOS**

Diferente de muitas associações de auxílio mútuo do século XIX, que tinham como elemento principal de identidade o ofício, ocupação ou origem, a SPD manteve uma identificação racial. Com sua instalação em 1851, e depois sua regularização, no ano de 1861, passou a se projetar uma identidade, que no início era constituída pela cor, através de elementos como valorização do trabalho, nacionalidade, morigeração, educação e bom comportamento. À medida que chegava ao fim da escravidão no Brasil, os membros da SPD passaram a dar uma abertura maior para a entrada de novos sócios, aceitando pardos e mestiços, e passou a assumir a ideia de raça, como uma categoria mais abrangente de identidade. Além disso, depois da abolição o número de sócios aumentou, o que indica uma procura maior dos homens de cor em relação a SPD. Nesse capítulo, busco entender quais eram os limites e as possibilidades de uma identidade racial constituída a partir de uma associação de ajuda mútua, em um dos centros escravistas mais importantes do Brasil.

#### **3.1 Identidade de cor nas últimas décadas da escravidão**

Durante a vigência da Lei dos Entraves (1860-1882), que tornou obrigatória a regularização das associações beneficentes no Brasil, o Conselho de Estado restringiu as possibilidades de atuação para os homens de cor em espaços associativos que pudessem congregar exclusivamente seus pares. Na Corte, o Conselho de Estado ficou responsável pela regularização dessas associações e recebia frequentemente pedidos que eram avaliados pelos conselheiros, na Seção dos Negócios do Império. Já nas províncias, os presidentes e seus funcionários avaliavam e fiscalizavam a instalação e o funcionamento dessas associações. Através desse controle, prevaleceu uma restrição às formas de constituição de identidades coletivas baseadas na cor.<sup>1</sup>

Nesse contexto, a SPD, na condição de uma associação beneficente, formada por trabalhadores que eram declaradamente de cor preta, se constituiu numa peculiaridade em todo o Império brasileiro. Como foi visto na introdução, as associações civis negras começaram a surgir com mais intensidade, no alvorecer da República, sobretudo no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Antes disso, os casos analisados por Sidney Chalhoub, da Sociedade Beneficente da Nação Conga, da Sociedade de Beneficência da

---

<sup>1</sup> Sobre a Lei dos Entraves, ver: LUCA, op. cit.; LACERDA, op. cit.

Nação Conga “Amiga da Consciência” e da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, são os poucos que nos ajudam a entender o associativismo negro nesse período.

Em março de 1861, a Sociedade Beneficente da Nação Conga, enviou seu estatuto para avaliação, cujo artigo 1º dizia que a associação seria composta por homens e mulheres “que pertençam à mesma nação, e que sejam livres, podendo ser admitidas em seu grêmio os filhos e filhas das mesmas nascidas neste Império, e que sejam de cor preta”.<sup>2</sup> Apesar de sua finalidade de beneficência, o Conselho de Estado, composto por Pimenta Bueno, Visconde de Sapucaí e o Marquês de Olinda, deu o seu parecer e rejeitou o funcionamento da associação. Entre os argumentos utilizados, destacaram que os critérios de admissão restritos a indivíduos “de cor preta” pertencentes a “Nação Conga”, eram desnecessários, pois isto seria “o predomínio da casta, e da cor, que não convém aprovar”. Pimenta Bueno ainda afirmou que, se “o sentimento real da pretendida sociedade é o da beneficência, ela deve alterar essas expressões e limitações porque a humanidade não se compõe só da cor preta”. Além disso, acreditavam não ser necessário a criação de uma sociedade específica que atendesse à Nação Conga, já que aqueles indivíduos, por serem residentes no Império Brasileiro, deveriam renegar sua origem africana.<sup>3</sup>

O único que se opôs ao parecer foi o Marquês de Olinda, que não identificou tantos problemas nos estatutos analisados. Ele não acreditava que uma associação formada por homens negros causasse problemas, já que sempre existiram iniciativas de irmandades de pretos ou de mulatos, sem que isso comprometesse a beneficência ou criasse rivalidades raciais. Achava até que a proibição desses espaços era o que realmente causaria possíveis problemas. Na verdade, Olinda reconhecia uma experiência antiga de constituição de identidades nas irmandades entre os homens de cor. Em resposta ao argumento de Olinda, Pimenta Bueno afirmou que não era conveniente aprovar associações de pretos, pois além dos “tais congos” serem “uma horda bárbara da África”, a “política ensina antes a regra de não falar-se nisso”. Sidney Chalhoub interpretou essa fala como uma das mais precoces manifestações de uma postura do “tipo de ideologia racial que fincaria raízes no Brasil a partir do último quartel do século XIX”, em que a “produção do silêncio sobre a questão racial parecia requisito essencial para forjar o ideal de nação ‘homogênea’”.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> CHALHOUB, op. cit., 2007, p. 225

<sup>3</sup> Ibidem, p. 229-230.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 230.

A formação de identidades raciais também foi alvo de críticas das autoridades no contexto de alistamento de homens de cor para servirem nas companhias negras como os zuavos, couraças e sapadores na época da Guerra do Paraguai, sobretudo nos anos de 1865 a 1867. Hendrik Kraay apontou que a experiência desses soldados “revela a complexidade da política racial do Estado brasileiro, que recorreu à mobilização de homens negros, mas não aceitou a identidade racial implícita no ato de organizar companhias negras”.<sup>5</sup> A mobilização para a guerra fazia parte de uma antiga tradição de serviço ao Estado por parte de homens de cor, que as autoridades rapidamente as rejeitaram, extinguindo as companhias negras no decorrer do ano de 1866. Assentar praça nessas corporações tinha um significado social específico para os homens de cor, pois esses indivíduos compartilhavam de uma identidade que os levavam a compor tais companhias em vez de seguir em outros batalhões, o que provocou certo receio das autoridades.<sup>6</sup>

Não é coincidência, como foi visto no capítulo anterior, que algumas lideranças e membros da SPD, como Marcolino José Dias, João Francisco Barbosa de Oliveira, André Fernandes Galiza, Militão de Jesus Pires e Nicolau da Silveira, tenham assumido cargos de comando nessas companhias negras. A experiência de compartilharem uma identidade de cor também perpassava outras instituições e talvez tenha ganhado significados específicos na SPD, principalmente com o fim da guerra, quando os espaços de atuação para os homens de cor passaram a ser mais restritos. Vale lembrar, que o famoso capitão Marcolino e Francisco Pedro do Bonfim, companheiros de militância no Partido Liberal, foram responsáveis por colocar na sala das sessões da SPD a efigie do Excelentíssimo Marechal Henrique Dias, no ano de 1882.<sup>7</sup> Esse tipo de homenagem reiterava uma identidade há muito tempo construída entre os homens de cor que serviram na companhia dos zuavos, na qual era evocada a memória de Henrique Dias, antigo combatente negro dos tempos coloniais.<sup>8</sup>

Como foi analisado por Chalhoub, essa censura em relação às identidades raciais permaneceu nos anos de 1870. Em 28 de julho de 1874, as lideranças de outra associação chamada Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”, solicitaram ao Conselho de Estado a aprovação de seus estatutos. No pedido, disseram que a instituição tinha sido fundada em 18 de fevereiro de 1872, com o objetivo de “socorrer os desvalidos e enfermos da supradita nacionalidade”. O principal requisito para ser membro era que o candidato pertencesse “à Nação Conga ou qualquer outra porém africana”. O Conselho de

---

<sup>5</sup> KRAAY, op. cit. p. 123.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>7</sup> ASPD, ata da Sessão Magna da Assembleia Geral do dia 29/10/1882.

<sup>8</sup> Sobre a memória de Henrique Dias entre os Zuavos, ver: KRAAY, op. cit., p. 135-137.

Estado foi unânime em rejeitar o pedido e argumentaram que a maioria dos sócios não sabia ler e nem escrever, que haviam erros nos estatutos e “que intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir escravos, o que não é permitido pelas leis”. Para Chalhoub, os conselheiros proibiram a associação de funcionar por conta dos perigos de se reconhecer a existência de clivagens raciais, o que levou aquelas autoridades a evitar que este tipo de identidade se exprimissem em práticas e instituições coletivas.<sup>9</sup>

Naquele mesmo dia, o Conselho de Estado recebeu também o pedido dos membros da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Para ingressar na associação era preciso “ter bom procedimento”, “ser maior de 14 anos” e “ser livre, liberto ou mesmo sujeito [isto é, escravo], de cor preta, de um ou outro sexo”. Ou seja, diferente da sociedade “da Nação Conga”, que deixava esse critério subentendido, a Associação dos Homens de Cor foi mais ousada e admitia abertamente escravos. Essa entidade, entre outros objetivos que eram comuns a várias sociedades da época, buscava promover a compra da liberdade de seus membros que estivessem escravizados. Se a sociedade “da Nação Conga” havia preocupado os conselheiros do imperador, essa “dos Homens de Cor” foi capaz de criar ainda mais tensão para aquelas autoridades, que dissimularam sua decisão de negar a aprovação, ao alegar mais uma vez o desconhecimento da leitura e da escrita dos proponentes.<sup>10</sup>

Os exemplos acima mostram que os conselheiros agiram através de um malabarismo retórico para proibir a instalação de associações negras na Corte. Ao final, o Conselho de Estado deixou muito claro as motivações para tal decisão, pois os homens de cor, na condição de livres, eram cidadãos do Império e não formavam uma “classe separada”. Para eles, a Associação dos Homens de Cor, assim como as da Nação Conga, era “dispensável”, pois poderia “trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político”. A experiência daqueles conselheiros, os levavam a supor que deveriam prevenir futuros problemas a serem causados pela formação de associações cuja identidade principal fosse a cor da pele.<sup>11</sup> Talvez eles entendessem que homens de cor reunidos numa corporação civil para atender suas demandas, fosse algo perigoso para os patrões, proprietários de terras e senhores de escravos, no contexto de crise do escravismo.

Wlamyra Albuquerque observou que as ações do Estado estavam pautadas pela racialização em relação aos homens de cor. Como a autora destaca, havia uma preocupação

---

<sup>9</sup> CHALHOUB, op. cit., 2007, p. 231-233.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 233-236.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 235-236.

com a “preponderância da raça africana no Brasil”, algo que ganhou contornos mais amplos em relação aos negros de um modo geral. Para a autora, as ações do Conselho de Estado expressavam o sentimento comum entre as autoridades da época “de não evidenciar os significados raciais que encobriam decisões políticas [...] principalmente diante do acirramento da rivalidade entre negros e brancos nos Estados Unidos e da quebra de legitimidade do escravismo no Brasil”. As autoridades brasileiras se orgulhavam da forma engenhosa com que conduziam o país sem criar rivalidades, ao dissimular qualquer tipo de menção às relações raciais.<sup>12</sup>

Nesse contexto, a SPD teve seus estatutos aprovados pelos presidentes da Província, em janeiro de 1861 e agosto de 1874.<sup>13</sup> Em seu artigo 1º do estatuto de 1874, dizia que só poderiam ser admitidos como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta, que esteja (sic) no caso de o ser, que tenham um meio lícito de onde tirem um lucro suficiente para subsistência, e que sejam de idade nunca menor de 18 anos, nem maior de 50, e cuja conduta seja regular”.<sup>14</sup> Apesar da existência de uma política do Estado que buscava impedir a formação de identidades coletivas com base na cor, os sócios da SPD estabeleceram estratégias para garantir sua identidade construída desde os tempos de irmandade. Diferentemente das associações negras que foram barradas pelo Conselho de Estado na Corte, as lideranças da SPD souberam lidar com esse controle e não enfrentaram nenhum tipo de censura que fosse capaz de proibi-los de se associar.

Os membros da SPD buscaram dar sustentação e legitimidade a sua identidade racial, através da constituição de um perfil de sócio, que estivesse relacionado a um trabalhador nacional, qualificado em um ofício, morigerado e alfabetizado. Para ser admitido como sócio efetivo da SPD, de acordo com o artigo 4º do estatuto de 1874, o candidato deveria enviar um requerimento ou pedido de inscrição, que passasse por uma avaliação rigorosa do Conselho Administrativo, através de votação em cédulas fechadas, sem assinatura, a respeito da boa ou má conduta do candidato. Nesse requerimento, tinha que declarar seu ofício ou profissão, naturalidade, estado civil, residência, idade e número de filhos. Através de uma amostragem de 332 desses pedidos de inscrição enviados à SPD, entre os anos de 1848 a 1895, Tânia Lobo

---

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE, op. cit., p. 77.

<sup>13</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do governo da Província, maço 972, ofício encaminhado por Bento Ignácio de Oliveira para o presidente da Província com ata da sessão do dia 07/01/1861; APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício enviado por Bento Ignácio de Oliveira e Damião Cardoso da Costa para o presidente da Província em 07/06/1861; APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do governo da Província, maço 972, ofício encaminhado por Manoel Leonardo Fernandes para o presidente da Província em 19/10/1874.

<sup>14</sup> Estatuto da SPD de 1874.

e Klebson Oliveira chegaram à conclusão de que os sócios eram, em sua grande maioria, brasileiros, naturais da Bahia, solteiros e com poucos filhos, de idade entre 18 e 39 anos e ocupados em profissões manuais especializadas.<sup>15</sup>

Na tabela abaixo, elaborada por Lobo e Oliveira, a partir de amostragem, é possível perceber que 193 (58,1%) candidatos declararam ser de cor preta. No entanto, existe um número considerável de 139 (41,9 %) requerimentos, em que não consta nenhuma declaração sobre a cor, o que levou os autores a ponderarem que esses candidatos tivessem sido movidos pelo raciocínio de que era consenso que os aspirantes a sócios fossem homens de cor, sendo dispensável qualquer menção a sua condição racial. Além disso, acredito que a não declaração da cor estivesse relacionada também com a obrigatoriedade deste item que passou a existir apenas em 1894. De acordo com os autores, não foi possível identificar em sua amostra nenhuma denominação de “cabra” ou “pardo”, categorias que indicavam mestiçagem, e nem mesmo a existência de candidatos que fossem brancos, o que permite dizer que não existiu nenhuma flexibilização para a admissão de indivíduos que não fossem pretos, o que parece só ter ocorrido nos últimos anos de século XIX, quando aparentemente a SPD passou a admitir a entrada de mestiços.<sup>16</sup>

Tabela 1 – Declaração de cor

<b>Cor</b>	<b>Número de indivíduos</b>	<b>%</b>
Crioulo	60	18.1
Preta	133	40.1
Não declarada	139	41.8
Total	332	100.0

Fonte: LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 449.

De acordo com os requerimentos de entrada na SPD da década de 1850, compilados por Douglas Guimarães Leite, é possível perceber que a maioria dos candidatos a sócios se identificavam como “crioulos”.<sup>17</sup> Nas décadas seguintes, ao que parece o termo “preto” passou a figurar como uma identificação mais frequente entre aqueles indivíduos. Para João José Reis, o termo “preto” na Bahia da primeira metade do século XIX, era designado na maioria dos casos aos africanos, enquanto que o termo “crioulo” era usado para indicar os negros nascidos no Brasil. Na segunda metade do século XIX, a designação de “preto” passou

<sup>15</sup> LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 444-445, 459.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 449.

<sup>17</sup> LEITE, op. cit., p. 218-223.

aos poucos a abarcar igualmente africanos e descendentes de africanos.<sup>18</sup> Imagino que a presença de indivíduos que se identificassem como “pretos” ou “crioulos” entre os candidatos a sócios da SPD, tenha adquirido um sentido mais próximo dos negros nascidos no Brasil, pois era permitido na SPD apenas o ingresso de trabalhadores nacionais. Da amostragem utilizada por Lobo e Oliveira, 242 (72.9 %) candidatos declararam ser de origem “brasileira”, enquanto que 28 (8.4 %) se identificaram como “cidadão brasileiro” e 62 (18.7 %) não declararam sua origem, o que levou os autores a concluir que os sócios da SPD nessa época eram majoritariamente brasileiros, com a possibilidade de que houvesse alguns africanos.<sup>19</sup>

Para Hebe Mattos, ao analisar os escravizados das lavouras cafeeiras do Sudeste brasileiro, a utilização da qualificação “preto” ou “negro” indicava a condição jurídica de escravo ou forro, no sentido pejorativo e ofensivo.<sup>20</sup> Lilia Schwarcz, ao analisar a imprensa do período abolicionista, chegou à conclusão que em São Paulo nos anos que antecederam o 13 de maio de 1888, cheios de fugas e revoltas de escravos, e de acirramento ideológico entre abolicionistas e escravistas, o termo “preto” adquiriu um significado mais neutro, enquanto que o termo “negro” ganhou um sentido pejorativo.<sup>21</sup> Talvez esse sentido mais negativo dos dois termos, tenha permeado o pensamento dos membros do Centro Operário da Bahia, que, de acordo com Aldrin Castellucci, ao consultar os necrológicos dos jornais, devido ao fato de muitos deles terem nascido durante o período escravista, foram identificados – ou se identificavam – como “pardos”, pois essa designação possibilitaria a eles escapar de uma memória ligada ao cativo.<sup>22</sup> Os membros da Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia, talvez seguindo este mesmo raciocínio, se identificavam em sua grande maioria com a denominação de “pardo”.<sup>23</sup> No entanto, é possível perceber que nos casos dos candidatos a membros da SPD, 133 (40.1 %) assumiram justamente a “cor preta”, o que nos leva a pensar que essa designação tenha ganhado um sentido diferente para aqueles indivíduos.

A identidade de preto pode ter adquirido um sentido positivo, principalmente em oposição ao significado pejorativo da designação “negro”. Tal assertiva comprova-se, por

---

<sup>18</sup> REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003, p. 23; Idem. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, nº 24 (2000), p. 233;

<sup>19</sup> LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 446-447.

<sup>20</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 101-102.

<sup>21</sup> SCHWARTZ, Lília M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 195-196.

<sup>22</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Classe e Cor na Formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, nº 41, 2010, p. 119.

<sup>23</sup> SILVA, op. cit., 1998, p. 29-33;

exemplo, quando em 1870, uma das lideranças mais importantes da SPD, o marceneiro José Pedro da Silva Paraguassu, protagonizou uma situação curiosa, na qual foi ofendido por um carroceiro varredor de rua, que todos os dias o chamava de “negro” e desferia outras ofensas, por conta do lixo que era jogado indevidamente na rua. Quando percebeu a forma como estava sendo tratado, Paraguassu se dirigiu ao carroceiro e disse que “sua obrigação era apanhar o cisco da rua” e caso visse alguém despejar lixo de forma indevida, que mandasse chamar o fiscal do município para executar as medidas cabíveis. Em resposta, o carroceiro chamou Paraguassu de “negro, filho da p...” e ainda o ameaçou dizendo “que não cagasse mais regra”, se não “lhe quebrava a cara”. O jornal *O Alabama* registrou o acontecido e deixou claro que reconhecia Paraguassu como um homem “de cor preta [...] cidadão honesto e proprietário”, que havia sido ofendido com aquelas palavras, que se constituíam na “mais nojenta descompostura que se pode ouvir”.<sup>24</sup>

O curioso é que o mesmo carroceiro, algum tempo depois, se desentendeu com um senhor chamado Marcolino J. da C. Pitta, também por conta da sujeira na porta de sua casa. De acordo com o jornal *O Alabama*, o carroceiro se dirigiu em tom grosseiro àquele proprietário e disse que caso acontecesse de novo de sujar a rua, teria que multá-lo. Em resposta, Marcolino Pitta disse que não pagaria e desafiou o carroceiro que chamasse quem quisesse, pois não havia sujado a rua. Insatisfeito, o carroceiro rebateu da seguinte forma: “Hei de chamar sua mãe, aquela p..., branco de m...; sai para a rua, filho da p... que te meto o cabo de vassoura pela boca até sair pelo c...”. Tal caso chama atenção, pois o carroceiro estava muito bem antenado com as categorias raciais e percebia a sociedade estruturada em linhas raciais. Além disso, em nenhum momento foi levado em consideração pelo jornal que ele tivesse razão na discussão. Pelo contrário, o tom da denúncia foi no sentido de demonstrar que o indivíduo fazia parte de uma classe de “homens turbulentos e de péssima conduta”.<sup>25</sup>

O caso de Paraguassu chama atenção, pois é muito representativo de como os membros da SPD eram bem vistos pela imprensa e pelas autoridades da época, na condição de homens de cor preta. Para a elite baiana, os pretos da SPD que exerciam a atividade qualificada em seus ofícios, que estabeleciam contato direto com políticos e que tinham um relativo poder econômico, eram diferentes de indivíduos como o carroceiro anônimo, que teve a audácia de ofender tanto Paraguassu, “cidadão honesto”, como Marcolino Pitta, homem branco que em momento algum perdeu a razão diante de um carroceiro. Para conquistar esse status, as lideranças da SPD há muito tempo engendravam a construção de uma imagem de

---

<sup>24</sup> *O Alabama*, Salvador, 03/05/1870, p. 2.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

trabalhadores qualificados, morigerados e alfabetizados, elementos que deram legitimidade social para identidade de cor dos sócios da SPD. Pretendiam se distinguir do restante da população, considerados como perigosos e indesejados.

Na tabela abaixo, é possível perceber que a SPD foi uma associação formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, principalmente aqueles ligados a construção civil. Da amostra utilizada por Lobo e Oliveira, apenas 10 indivíduos não declararam sua ocupação, ou seja, uma percentagem de 3.0%. Os autores observaram que esse número irrisório de sócios que não declararam sua ocupação, em comparação com os percentuais de não declaração de origem, de naturalidade e de cor, que foram bastante altos, demonstra que a preocupação em declarar a profissão era um indicador de que a SPD, assim como outras associações da época, dependia da contribuição financeira de seus associados.<sup>26</sup> Acrescento que essa preocupação em indicarem o ofício ou ocupação, fez parte da estratégia utilizada por aqueles indivíduos para darem sustentação a sua identidade de cor, através de um perfil de trabalhador qualificado.

Tabela 2 – Declaração de ocupação

Ocupação	Número	%
Pedreiro	91	27.4
Carapina	61	18.4
Alfaiate	38	11.4
Marceneiro	37	11.1
Sapateiro	23	6.9
Carpinteiro	9	2.7
Ferreiro	6	1.8
Professor	6	1.8
Barbeiro	5	1.5
Funileiro	5	1.5
Artista	4	1.2
Cabeleireiro	4	1.2
Charuteiro	4	1.2
Torneiro	4	1.2
Calafate	3	0.9
Cozinheiro	3	0.9
Latoeiro	2	0.6
Negociante + “vive de negócio”	2	0.6
Pintor	2	0.6
Tanoeiro	2	0.6
Cabouqueiro	1	0.3
Chapeleiro	1	0.3
Dourador	1	0.3
Embarcadiço	1	0.3

<sup>26</sup> LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 452.

Encadernador	1	0.3
Entalhador	1	0.3
Ferrador	1	0.3
Gravador	1	0.3
Músico	1	0.3
Sirgueiro	1	0.3
Serrador	1	0.3
Não declarada	10	3.0
Total	332	100.0

Fonte: LOBO; OLIVEIRA, op. cit., p. 451.

Além da qualificação profissional, a alfabetização também era requisito essencial para ser sócio da SPD, apesar de não ter sido critério registrado nos estatutos. No ano de 1880, Damião Teixeira, natural de Salvador, 38 anos de idade, solteiro, morador na freguesia de São Pedro, Rua da Força, solicitou mais de uma vez sua entrada na SPD. Esse candidato exercia a profissão de carpina e naquele momento também trabalhava como empregado na “companhia de indústria”. Seu pedido foi rejeitado em 21 de novembro de 1880, pela unanimidade de 7 votos, o que demonstrava que era quase um consenso a rejeição em relação àquele tipo de candidato. Acredito que essa decisão tenha sido tomada provavelmente por conta de o candidato ser analfabeto, tendo em vista que não assinou seu pedido de inscrição, que foi subscrito a rogo por Manoel Anastácio Cajueiro.<sup>27</sup> Como já foi discutido em outro momento dessa dissertação, existia um critério implícito para admissão de sócios que dominassem minimamente a leitura e a escrita, principalmente por conta da força que ganhavam os debates em torno do letramento como requisito essencial para exercer a cidadania durante o Segundo Reinado. A escrita foi um elemento de afirmação social e para os membros da SPD era necessário garantir que eram diferenciados naquela sociedade.

De acordo com Aldrin Castellucci, esses trabalhadores de ofício, também conhecidos como artistas, artífices ou artesãos era o setor mais qualificado, mais remunerado e com maior formação escolar da classe operária. Esses indivíduos possuíam uma relativa autonomia, pois tinham suas próprias ferramentas e oficinas de trabalho, ou seja, era uma mão de obra difícil de ser substituída, o que proporcionava uma margem de negociação interessante com os patrões e políticos da época. Tais qualidades faziam desses trabalhadores, um grupo apto a exercer seus direitos políticos, como eleitores e até como candidatos à ocupação de mandatos eletivos.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> ASPD, pedido de inscrição de Damião Teixeira de 01/08/1880, indeferido em 21/11/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 21/11/1880; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 27/08/1880, aprovada no dia 29/08/1880.

<sup>28</sup> CASTELLUCCI, op. cit., 2010, p. 94.

Além do esforço para manter um perfil de trabalhadores qualificados e alfabetizados, nas avaliações dos pedidos de inscrição era levado em consideração também o bom comportamento do candidato. Em alguns casos, quando não eram muito conhecidos entre os sócios, passavam por uma pesquisa feita pelo 1º secretário. Em outubro de 1878, o 1º secretário Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne avaliou o pedido de inscrição de Francisco Xavier de Assis e registrou que recebeu boas informações acerca do candidato, destacando que o mesmo era “trabalhador”, com “muito bom comportamento” e “bom chefe de família”.<sup>29</sup> No mesmo mês, o marceneiro Raimundo Felipe de Oliveira, natural de Salvador, solteiro, foi aprovado como sócio efetivo, tendo em vista que seu comportamento estava de acordo com os artigos 1º e 4º do estatuto de 1874, pois “além de ser morigerado tem um estabelecimento de sua arte própria”, assim como apresentava ser “muito trabalhador”.<sup>30</sup>

O bom comportamento muitas vezes era comprovado através das redes de sociabilidades dos trabalhadores. Muitos daqueles indivíduos já se conheciam. Em 20 de dezembro de 1877, o marceneiro José do Rosário Senna, 28 anos de idade, solteiro, ao ser aprovado como sócio, foi avaliado pelo 2º secretário Francisco Pedro do Bonfim, que deu o parecer informando que o candidato era “morigerado e muito trabalhador”, pois conhecia ele há anos e sempre o viu “agenciando o meio de vida para si e sua família”.<sup>31</sup> Felix Sabino dos Santos, 33 anos de idade, sapateiro, solicitou sua entrada como sócio efetivo no dia 26 de agosto de 1879. Em resposta, o 1º secretário Faustino disse que conhecia o candidato, pois sempre o via trabalhando na porta de sua loja no Taboão, não “constando que tenha os maus costumes”.<sup>32</sup> Naquele mesmo ano, José Augusto Trigueiro de Lima, de “cor preta”, solteiro, 26 anos, pedreiro, morador no Taboão, conhecido de muitos anos do 1º secretário Faustino, foi aprovado e considerado “bom cidadão morigerado para o público”, sendo “amigo de quase todos os sócios desta digna associação”.<sup>33</sup>

Em 29 de setembro de 1879, o 1º secretário Faustino comunicou ao presidente da SPD, que não precisava apurar informações sobre os candidatos Manoel Olavo dos Anjos e Tertuliano José Monteiro, pois já os conhecia.<sup>34</sup> Manoel era casado, 35 anos de idade e proprietário de uma loja de cabelereiro ao largo do Teatro.<sup>35</sup> Já Tertuliano, 25 anos de idade,

---

<sup>29</sup> ASPD, pedido de inscrição de Francisco Xavier de Assis de 22/10/1878, aprovado no dia 25/10/1878.

<sup>30</sup> ASPD, pedido de inscrição de Raimundo Felipe de Oliveira de 22/10/1878, aprovado no dia 27/10/1878.

<sup>31</sup> ASPD, pedido de inscrição de José do Rosário Senna de 20/12/1877, aprovado em 20/12/1877.

<sup>32</sup> ASPD, pedido de inscrição de Felix Sabino dos Santos de 26/08/1879, aprovado em 06/09/1879.

<sup>33</sup> ASPD, pedido de inscrição de José Augusto Trigueiro de Lima de 15/10/1879, aprovado em 23/10/1879.

<sup>34</sup> ASPD, parecer dado pelo 1º secretário Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne de 29/09/1879, em relação aos pedidos de inscrição de Tertuliano José Monteiro e Manoel Olavo dos Anjos.

<sup>35</sup> ASPD, pedido de inscrição de Manoel Olavo dos Anjos de 17/09/1879, aprovado em 01/10/1879.

havia casado há pouco tempo e era oficial de carapina.<sup>36</sup> No mesmo ano, o pedreiro Olavo Teixeira Serafim, natural de Salvador, solteiro, 32 anos de idade, morava na Rua do Rosário de João Pereira, Freguesia de São Pedro, foi avaliado pelo 1º secretário Faustino, que disse que não o conhecia, o tendo visto apenas “trabalhando na estrada nova, em uma obra que estão a construir”. Apenas aprovou a entrada do requerente, pois “com ele estava o muito digno sócio Simeão Estrelista Cezimbra”, que passou todas as informações sobre o sujeito.<sup>37</sup>

Existiam também casos em que os candidatos frequentavam outros espaços associativos, o que poderia facilitar a sua aprovação. Em 8 de outubro de 1879, o alfaiate Romão Alves de Souza, 40 anos de idade, casado, com três filhos, foi aprovado como sócio efetivo, pois além de ser conhecido do 1º secretário Faustino e ser considerado um “ótimo cidadão morigerado”, era associado há anos a Sociedade Montepio dos Artífices.<sup>38</sup> Naquele mesmo mês, o também alfaiate Miguel Archanjo de Queiros, de “cor preta”, viúvo, 33 anos de idade, um filho, morador à Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé, também era conhecido do 1º secretário Faustino. Este informou que conhecia o indivíduo “desde sua infância por ser íntimo amigo dos seus progenitores e do referido candidato”. Além disso, ambos frequentavam as mesmas associações e, segundo o 1º secretário, o candidato tinha “um comportamento digno de louvor”.<sup>39</sup>

Em alguns casos, eram solicitados do candidato atestados escritos que comprovassem seu bom comportamento. O alfaiate Ricardo Martins Ferreira, quando solicitou sua entrada, em outubro de 1879, declarou que era solteiro, tinha uma filha, era natural de Salvador, 36 anos de idade, morador à Rua do Alvo, Freguesia de Santana.<sup>40</sup> Em 5 de outubro de 1880, provavelmente a pedido do Conselho Administrativo da SPD, Ricardo requereu um atestado de bom comportamento ao seu antigo mestre do ofício, o capitão Faustino Rodrigues das Chagas. Este confirmou que Ricardo havia aprendido a profissão de alfaiate com ele e durante o período apresentou bom comportamento.<sup>41</sup> Além disso, Ricardo solicitou também um atestado de bom comportamento ao subdelegado do 1º Distrito da Freguesia de Santana, Luís Antônio de Mendes, que respondeu assegurando a moralidade e a boa conduta do candidato

---

<sup>36</sup> ASPD, pedido de inscrição de Tertuliano José Monteiro de 17/09/1879, aprovado em 01/10/1879.

<sup>37</sup> ASPD, pedido de inscrição de Olavo Teixeira Serafim de 30/09/1879; ASPD, resposta do 1º secretário ao pedido de inscrição de Olavo Teixeira Serafim de 26/10/1879.

<sup>38</sup> ASPD, pedido de inscrição de Romão Alves de Souza de 08/10/1879, aprovado em 12/10/1879.

<sup>39</sup> ASPD, pedido de inscrição de Miguel Archanjo de Queiros de 12/10/1879, aprovado em 23/10/1879.

<sup>40</sup> ASPD, pedido de inscrição de Ricardo Martins Ferreira de 29/10/1879, indeferido em 21/11/1880.

<sup>41</sup> ASPD, atestado de bom comportamento de Ricardo Martins Ferreira de 05/10/1880, comprovado por Faustino Rodrigues das Chagas no dia 06/10/1880.

durante o período que morou naquela região.<sup>42</sup> Apesar de apresentar os dois atestados, seu pedido para ingressar na SPD foi rejeitado por 5 votos contra 2, no dia 21 de novembro de 1880.<sup>43</sup> Ricardo só conseguiu ingressar na SPD, depois de muita insistência, na década de 1890, quando passou a existir uma abertura maior de sócios, o que vamos discutir mais adiante.<sup>44</sup>

Vale destacar ainda, que diferentemente das associações negras barradas pelo Conselho de Estado na Corte, as lideranças da SPD tiveram o cuidado de não associar sua imagem com a escravidão, o que pode ter contribuído com a legitimidade social que aquele grupo pretendia alcançar para dar sustentação a sua identidade de cor. Em 1886, por exemplo, Francisco Xavier de Sá Ribeiro, solteiro, 45 anos de idade, trabalhava como marceneiro, mas ao mesmo tempo exercia a atividade de ganhador. Em 21 de junho, foi discutido pelo conselho da SPD o seu requerimento e o secretário Felipe Benício expressou sua opinião ao dizer que “não duvidava ser o candidato marceneiro, porém que não concordava ser este admitido sócio em virtude do trabalho que presentemente se ocupa”. Apesar de reconhecer que era uma ocupação lícita, Benício compartilhava da opinião de que o Conselho não devia aceitar “pessoas que se ocupem em trabalho de ganhador”. O tesoureiro José Augusto reiterou o discurso de Benício e acompanhado de outros sócios, afirmou que a associação “não devia aceitar pessoas para ela já entrando como ganhador, pois não ficava bem para a Sociedade”.<sup>45</sup>

O trabalho ao ganho foi característico da escravidão urbana na maior parte do Oitocentos. Desde meados do século XIX, era uma atividade exercida em sua maioria por escravos, submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado. Na década de 1880, os libertos passaram a ser maioria entre os ganhadores, com o seu controle feito pelo Estado. Lysie Reis também analisou esse episódio protagonizado por Francisco Xavier e estabeleceu uma correlação entre as formas de agremiação dos ganhadores, que se expressavam através dos cantos, e as maneiras de se associar dos trabalhadores qualificados nas associações de ajuda mútua. Para a autora, o fato dos trabalhadores de ofício estarem agrupados proporcionava um status que os diferenciava, daqueles que se agrupavam nos cantos, muitas vezes servindo “de ganho” a um senhor. Apesar de os ganhadores circularem com mais liberdade e também estarem regulamentados pelo poder público, os cantos eram

---

<sup>42</sup> ASPD, atestado de bom comportamento de Ricardo Martins Ferreira de 06/10/1880, comprovado pelo subdelegado Luís Antônio de Mendes no dia 06/10/1880.

<sup>43</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo do dia 21/11/1880.

<sup>44</sup> ASPD, pedido de inscrição de Rodrigo da Costa Lima, Joaquim José de Santana, Eleutério Fortunato do Sacramento, Francisco da Costa Lima, Ricardo Martins Ferreira e Domingos Francisco da Silva de 10/12/1886.

<sup>45</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho de 21/06/1886; BRAGA, op. cit., p. 56.

estigmatizados pela condição de espaços aglutinadores de escravos e africanos.<sup>46</sup> Nesse sentido, a presença de Francisco Xavier não era boa para a manutenção da identidade positiva de cor da SPD. O curioso é que em agosto de 1894, Francisco Xavier solicitou novamente sua entrada na SPD. Dessa vez, registrou ser de “cor preta”, com 40 anos de idade, solteiro e agora exercia a atividade de carapina. Apesar de não se ter certeza se foi aprovado, a iniciativa de Francisco Xavier de insistir para ingressar na SPD revela a importância que aquele espaço tinha para os negros naquela época, principalmente no contexto do pós-abolição.<sup>47</sup>

Imagem 5 – Membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais no Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife (1880)



Fonte: CORD, op. cit., p. 406.

Postura semelhante foi adotada pelos membros da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do Recife Oitocentista. Marcelo Mac Cord observou que aqueles artífices negros buscavam se alinhar com os princípios da “civilização” e do “progresso”. No entanto, apesar de enfrentarem a lógica dos ideólogos racistas, “eles próprios não defendiam quaisquer critérios genéricos de ‘igualdade’”. Para Mac Cord, existem dois indícios que justificam esse ponto de vista. Primeiro, “os artífices de cor da associação utilizavam estratégias destinadas a dissociá-los dos estigmas da escravidão”. Ao analisar a fotografia acima, feita pelos sócios, Mac Cord entende que aqueles homens de cor sinalizavam que o negro era o *outro*. Os que ali estavam não eram ex-escravos, nem libertos, tinham uma ocupação profissional e não amedrontavam a ordem. O segundo indício apontado por Mac

<sup>46</sup> REIS, op. cit., 2012, p. 210-211. Para mais informações sobre os ganhadores, ver: REIS, op. cit., 2000; MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis* (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

<sup>47</sup> ASPD, pedido de inscrição de Francisco Xavier de Sá Ribeiro de 01/08/1894.

Cor, diz que “apesar de mestres e operários integrarem o mundo do trabalho, na foto os sócios efetivos pareciam ser ‘iguais’ aos capitalistas que os proletarizavam”. As roupas solenes dos sócios efetivos também indicavam sua superioridade diante dos recifenses que tinham reles ocupações manuais. A Sociedade era extremamente seletiva e reprovava o ingresso desse tipo de candidato “desqualificado” em suas fileiras.<sup>48</sup>

É possível perceber então que nas últimas décadas da escravidão, para dar legitimidade a sua identidade de cor, não era qualquer preto que poderia fazer parte da SPD. Essa associação buscou agregar trabalhadores que fossem brasileiros, estivessem em ocupações especializadas, possuíssem bom comportamento e dominassem a leitura e a escrita. Esses critérios de pertencimento foram importantes para aqueles homens de cor, pois davam sustentação e legitimidade a sua identidade. Com o fim da escravidão e do Império, no alvorecer da República, com a emergência das ideias racialistas, as lideranças da SPD deram um sentido diferente a sua identidade, dando forma a um tipo diferenciado de negro.

### **3.2 “Estas cenas rebaixam a nossa raça e a nossa Sociedade”: raça e racialização no pós-abolição**

No dia 17 de junho de 1894, na sede da SPD, localizada no largo do Cruzeiro de São Francisco, o sócio Felipe Benicio foi acusado de tentar agredir os membros da diretoria durante sessão da Assembleia Geral. Na ocasião, apesar de Benicio ter sido contido por alguns associados, houve um tumulto generalizado na sala de reuniões, onde alguns sócios se “achavam de cadeiras em punho” e gritavam “foras ao senhor presidente”. Diante daquele caos, um dos associados saiu com o nariz ensanguentado, o que fez o presidente Manoel Anastácio Cajueiro, declarar que não podia continuar com a sessão.<sup>49</sup> A briga repercutiu no jornal *Gazeta de Notícias*, que informou o quanto alguns sócios “exaltaram-se ao ponto de travar-se um grande pugilato em plena rua”. Disseram que aquelas cenas eram “bastante deprimentes” e não condiziam com o conceito “de povo ordeiro e civilizado”.<sup>50</sup>

Não se sabe ao certo as motivações da confusão, que supostamente teria sido iniciada por conta da atitude de Felipe Benicio. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, esse sócio tinha grande prestígio entre os membros da SPD, devido a sua trajetória de conquistas para a associação. Entrou para o quadro de sócios da SPD em 28 de agosto de 1881 e declarou

---

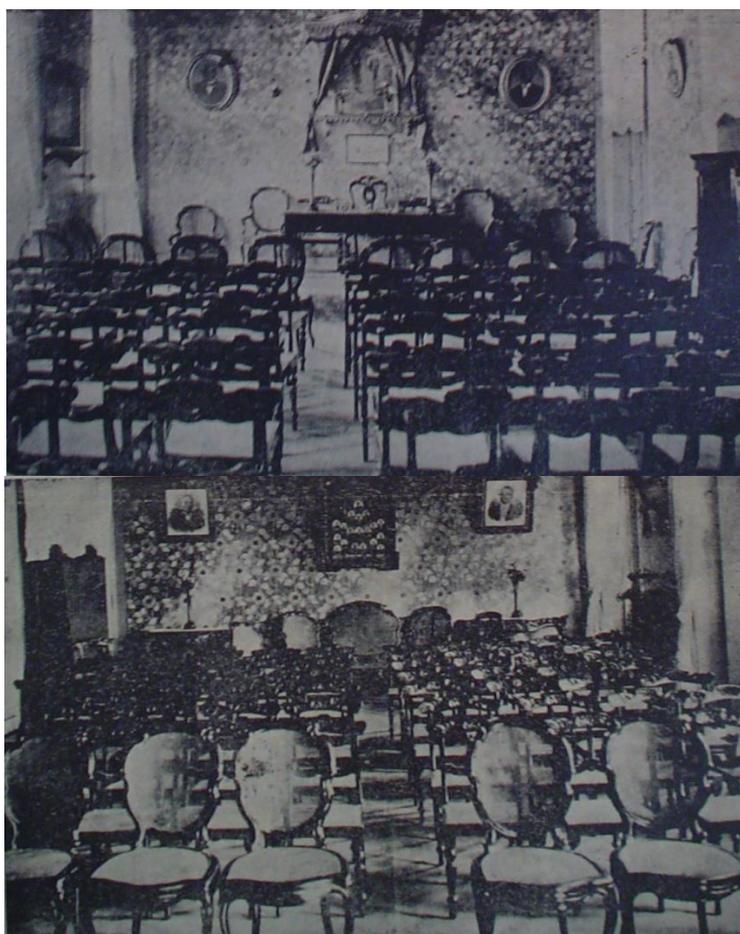
<sup>48</sup> CORD, op. cit., 2012, p. 409.

<sup>49</sup> ASPD, ata da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 17/06/1894, aprovada em 23/09/1894.

<sup>50</sup> *Gazeta de Notícias*, Salvador, 18/06/1894. Agradeço a Marcelo Remilson Bouças da Silva pela gentileza de ter identificado e fotografado esta fonte no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

em seu pedido de inscrição ser solteiro, “crioulo”, com 32 anos de idade e ocupava o ofício de carpinteiro, como empregado na casa comercial do Tenente Coronel Aristides Novis, importante sócio protetor da SPD. Além disso, morava à Rua dos Barbeiros, Freguesia de São Pedro. Era uma figura importante na SPD e ocupou os cargos de presidente, vice-presidente e secretário. Por ter trazido grandes conquistas para a instituição, chegou a receber homenagens com um retrato na sede da associação.<sup>51</sup>

Imagem 6 - Sala de reuniões do sobrado no Largo do Cruzeiro de São Francisco



Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 9, 13.

No final do mês de junho, em outra sessão da Assembleia Geral, o assunto voltou a ser discutido e Benício protestou contra o trecho da ata que dizia que ele desacatou o senhor presidente e membros da Assembleia. Diante da reclamação, Severiano Pedro da Silva pediu

---

<sup>51</sup> ASPD, pedido de inscrição de Felipe Benicio de 06/08/1881, aprovado em 28/08/1881; ASPD, ata da sessão magna em Assembleia Geral do dia 10/12/1893.

aos membros da Assembleia que consentissem “na modificação da ata a fim de não ficar nos anais da Sociedade esta página triste visto ter esperança que não há de reproduzir-se cena de igual teor”. Em seguida, Terencio Aranha Dantas pediu a palavra e complementou a discussão com uma fala muito reveladora. De acordo com o que foi registrado em ata,

ele [Terencio Dantas] pelo respeito que consagra a sua raça e a esta corporação faz o mesmo pedido visto que estas cenas rebaixam a nossa raça e a nossa Sociedade perante as nossas irmãs e perante público demonstrando que os homens pretos não sabem-se ou fingem não saberem-se conduzir perante a civilização a ponto da imprensa publicar (Gazeta de Noticias) que o nosso proceder depunha dos foros de um povo civilizado.

Tal fala surtiu efeito, pois através de votação, os pedidos para modificar a ata foram aprovados pelo presidente Manoel Cajueiro.<sup>52</sup>

O autor da fala, Terencio Dantas, foi uma liderança de cor que teve uma atuação intensa na associação durante a década de 1890. Assumiu a presidência na Assembleia Geral e alguns cargos no Conselho Administrativo, como presidente e secretário. Por conta das conquistas que trouxe para a SPD, chegou a receber o título de sócio benemérito em janeiro de 1896. Fez parte também da administração da Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas, do Gabinete Artístico e do Centro Operário da Bahia. Terencio Dantas entendia naquele momento que a ideia de raça poderia ser um critério importante para assegurar uma mobilização em torno de uma identidade de grupo. Apoiado pelos membros da SPD procurou construir uma narrativa de harmonia entre eles, no sentido de demonstrar que a solidariedade entre os homens de cor superava suas divergências pessoais. Por isso Terencio Dantas chamou atenção sobre a importância dos homens de cor provarem sua capacidade de se “conduzir perante a civilização”.<sup>53</sup>

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a ideia de raça surge em um momento específico do Brasil, 1871 a 1930, através de teorias raciais pautadas em princípios biológicos, mas com uma forte interpretação social, sendo objeto de justificativa para projetos por parte da elite.<sup>54</sup> Para Walter Fraga Filho, o termo “raça” começa a aparecer nos documentos como definidor da condição do liberto, ao satisfazer as pretensões de reforçar e

---

<sup>52</sup> ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral aprovada em 28/10/1894.

<sup>53</sup> ASPD, comunicado da Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas de 12/06/1894; ASPD, convite para o aniversário da Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas de 25/05/1893; ASPD, comunicado do Gabinete Artístico de 29/10/1893; ASPD, ata da sessão da Assembleia Geral de 12/01/1896, aprovada em 08/03/1896.

<sup>54</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 17.

manter intactas novas políticas de controle sobre toda a população afrodescendente.<sup>55</sup> Segundo Wlamyra Albuquerque, existiu um processo de racialização que, embora dissimulado, foi essencial para o surgimento de diversos critérios de cidadania e para o estabelecimento de lugares sociais distintos.<sup>56</sup> Muitos homens de cor, como os membros da SPD, resignificaram a ideia de raça e construíram uma identidade positiva no pós-abolição. Enquanto “raça” era mobilizado pelas elites intelectuais para desqualificar os negros, os associados da SPD entendiam como uma qualidade que os diferenciava.

Além da inserção do termo “raça” no vocabulário político dos membros da SPD, o critério em relação à cor foi reforçado por seu caráter quase que intocável. Enquanto que o estatuto de 1874 não obrigava os candidatos a declararem sua cor, o de 1894, em seu artigo 4º, revelava que o item cor passava a ser obrigatório nas avaliações para a entrada dos novos sócios e de forma incisiva, no artigo 69, passava a ser considerado um critério “perpétuo e inviolável”.<sup>57</sup> Como foi visto na seção anterior, enquanto que no período do Império as avaliações dos candidatos passavam pela observação de sua ocupação, comportamento, nacionalidade e nível de escolaridade, durante os primeiros anos da República, ganhou força uma avaliação mais detida no critério racial, com uma possível abertura para pardos e mestiços.

Em 28 de setembro de 1892, por exemplo, o sapateiro Heleodoro Catilina do Espírito Santo, solteiro, 23 anos de idade, de “cor preta” e morador na Rua da Valla, teve sua condição racial contestada.<sup>58</sup> O visitador Faustiniiano Fernandes de Oliveira, que tinha pouco mais de 40 anos de idade, era casado, sapateiro e sócio da SPD desde 1879<sup>59</sup>, não identificou o candidato a sócio como um homem de cor preta e convenceu o resto do Conselho que havia uma dúvida sobre a condição racial daquele indivíduo, sendo adiada a decisão por votos para avaliar o caso do requerente.<sup>60</sup> No dia 5 de outubro, foi lido um comunicado do 1º secretário do Conselho Administrativo, Jacinto Francisco de Andrade, em defesa de Heleodoro, no qual declarou que fosse “aprovada a entrada do suplicante, em vista dos seus pais serem de cor preta”, no que foi decidido, através de votação, pela aprovação do candidato.<sup>61</sup> A dúvida dos

---

<sup>55</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 349-350.

<sup>56</sup> ALBUQUERQUE, op. cit., 2009.

<sup>57</sup> Estatuto da SPD de 1894.

<sup>58</sup> ASPD, pedido de inscrição de Heleodoro Catilina do Espírito Santo de 21/09/1892, aprovado em 05/10/1892.

<sup>59</sup> *O Monitor*, Salvador, 01/08/1878, p. 2; ASPD, pedido de inscrição para ser readmitido de Faustiniiano Fernandes de Oliveira de 30/04/1879, aprovado em 04/05/1879.

<sup>60</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 21/09/1892, aprovada em 28/09/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 28/09/1892, aprovada em 05/10/1892.

<sup>61</sup> ASPD, comunicado de Jacinto Francisco de Andrade de 05/10/1892; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Protetora dos Desvalidos de 05/10/1892, aprovada em 12/10/1892.

sócios em relação à cor do candidato, além de revelar que não existia um consenso entre os dirigentes da SPD sobre os diferentes critérios de classificação racial, demonstra que talvez Heleodoro fosse um mestiço, o que pode ter confundido o Conselho, já que durante toda a trajetória da SPD os critérios de admissão dos sócios não abriam margem para a entrada desse tipo de candidato.

Em 5 de fevereiro de 1896, o pedreiro Thomé Alves Lima, 40 anos de idade, solteiro, “de cor preta”, com residência na baixa do Barbalho, Subida do Jacaré, Freguesia de Santo Antônio, solicitou sua entrada na SPD. A comissão formada por Matheus Cruz, Jacinto Marciano Nazareth e Cyrino Euzébio do Patrocínio, declarou que o suplicante estava apto a fazer parte da associação.<sup>62</sup> No dia 12 de fevereiro, o então presidente Florêncio da Silva Friandes declarou que tinha mandado barrar a entrada do candidato, “por não ter o redator da Comissão Fiscal visto” que ele era “um pouco claro”. No entanto, destacou que o redator fez o exame e expôs a sua opinião, talvez convicto de que algum dos membros conhecesse aquele cidadão.<sup>63</sup> Ou seja, além de não existir uma classificação racial muito nítida entre as lideranças da SPD naquele momento, esses casos revelam também que existiu uma alternância entre os critérios de avaliação, através da ascendência do candidato, no caso de Heleodoro, ou a partir do fenótipo, como aconteceu com Thomé.

Deste modo, a SPD, que na maior parte do século XIX reivindicou uma identidade de cor, fechada, que não admitia mestiços, passou a se abrir com o fim da escravidão, ao admitir uma classificação que ia além do fenótipo, ao reivindicar também a ascendência. Se a associação passou a aceitar possíveis mestiços, como Heleodoro e Thomé, significa que a noção de raça, no final do XIX, se somou ao critério da cor. A ideia de raça passou então a se tornar um critério mais abrangente de identidade, que passaria a assimilar também os mestiços. Esse foi o mesmo processo que Iacy Maia Mata identificou no caso de Cuba, no contexto de conspirações antiescravistas e anticoloniais, entre os anos de 1864 a 1881. Antes os revoltosos se organizavam separadamente em organizações negras e mulatas e depois se criou uma categoria mais abrangente que foi denominada como “raça de cor”.<sup>64</sup>

Os casos acima direcionam também ao seguinte questionamento: qual motivo levaria Heleodoro e Thomé, que talvez pudessem se passar por brancos, a tomarem a iniciativa de fazer parte de uma associação de homens de cor preta, em um contexto de grande discriminação racial? A resposta dessa pergunta, talvez seja a chave para entender a

---

<sup>62</sup> ASPD, pedido de inscrição de Thomé Alves Lima de 05/02/1896, aprovado no mesmo dia.

<sup>63</sup> ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 12/02/1896, aprovada em 19/02/1896.

<sup>64</sup> MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

importância que esses indivíduos davam a sua condição racial, como um critério de identidade relevante para legitimar um espaço de solidariedade para os trabalhadores de cor preta. Ser sócio efetivo da SPD, desde o Império, implicava em vantagens que o espaço poderia proporcionar. A busca pela associação se intensificou entre os homens de cor com fim da escravidão, pois era uma oportunidade de se diferenciar em um contexto de racismo científico que rebaixava as qualidades dos negros.

Não custa lembrar que nas últimas décadas do século XIX, a cidade de Salvador tinha em torno de 129.109 habitantes, sendo que 112.641 eram livres e 16.468 eram escravos. Entre a população livre, os homens eram em torno de 59.819, mais que as mulheres, que contavam 52.822. A população livre era de 95.637 habitantes, divididos da seguinte forma: 30,9% brancos, 43% mulatos, 23,5% negros e 2% caboclos.<sup>65</sup> Ou seja, mais da metade da população em Salvador era formada por homens livres de cor. Mesmo com um grande número de negros livres na cidade de Salvador, constituindo mais da metade, a SPD não foi uma associação tão procurada, o que só iria acontecer com mais intensidade após a abolição.

Do ano de 1850 até 1862, a SPD teve uma redução de 118 para 82 sócios.<sup>66</sup> De 1871 até 1875, passou de 86 para 101 associados.<sup>67</sup> Este número reduzido, em comparação com outras associações da época, como a Sociedade Montepio dos Artistas que teve a entrada de 863 associados para mais ou menos o mesmo período<sup>68</sup>, preocupou o presidente Caetano de Mattos em seu relatório trimestral, apresentado em 1877, ao lamentar que naquele ano só houvesse entrado apenas um sócio. Atribuiu o problema “a grande agitação, e desordem que tem reinado nesta Sociedade”. Muito otimista, registrou que tinha “fé em Deus que outro Presidente mais feliz, e mais inteligente” pudesse “acalmar os ânimos, daqueles que afastando-se dos limites sociais, se manifestam contra o progresso desta digna Sociedade”.<sup>69</sup> Em setembro de 1883, o presidente Amâncio Seixas também registrou em seu relatório a entrada de apenas um sócio naquele ano e lastimou “que os homens desta população não tenham ainda reconhecido os fins humanitários desta pia Instituição”.<sup>70</sup> No ano de 1886, o

---

<sup>65</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 110, 120.

<sup>66</sup> AINSR, lista de sócios em dia com as mensalidades da SPD no ano de 1850; AINSR, lista de sócios em dia com as mensalidades da SPD no ano de 1862.

<sup>67</sup> APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, relação de sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentada em 23/05/1871; ASPD, ata da sessão do Conselho Administrativo de 23/05/1875.

<sup>68</sup> SILVA, op. cit., 1998, p. 53

<sup>69</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado pelo presidente da mesma, no trimestre findo, em 09/07/1877.

<sup>70</sup> Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos de 1882 a 30/09/1883.

mesmo presidente Amâncio lamentava mais uma vez “que de tantos sócios que temos estejamos reduzidos a tão pequeno número”.<sup>71</sup>

Após o fim do trabalho escravo no Brasil, os números mudaram, a SPD teve um aumento considerável de sócios. De acordo com Júlio Braga, na primeira década após a abolição, a SPD tinha admitido 243 novos sócios.<sup>72</sup> Já os dados da historiadora Kim D. Butler, apontam que a SPD, entre 1888 e 1938, teve um aumento significativo de associados, totalizando 792 novos sócios.<sup>73</sup> Aldrin Castellucci traz esses dados mais detalhados e demonstra que no ano de 1895 até 1899, a SPD passou de 325 sócios para 394. De 1909 até 1923, houve uma diminuição de sócios, de 337 para 243, o que pode estar relacionado com o início das implantações por parte do Estado de políticas públicas para seguridade social.<sup>74</sup> Esses dados são significativos, pois associações como a Montepio dos Artistas, por exemplo, uma das mais importantes na época, na última década do século XIX até os anos de 1930, viu o número de entrada de novos sócios cair para 400.<sup>75</sup>

Este fluxo de novos membros na SPD talvez seja um indicador da busca dos negros em se diferenciar, diante da manutenção de antigas hierarquias sociais da época da escravidão. No alvorecer da República, alguns anos após a abolição, os negros tiveram espaços de atuação cerceados, seja na política, no exercício de sua cidadania e no mercado de trabalho, por ser difundida a ideia de serem bárbaros e primitivos, ou seja, incapazes de serem civilizados, por conta de seu passado escravista. O processo de racialização, que buscou estabelecer lugares inferiores para os negros na sociedade, fez com que uma parcela dos homens de cor se juntassem. O racismo e as hierarquias raciais acabaram aproximando os negros, que por sua vez positivaram a ideia de raça. A marginalização dos homens de cor foi um fator para a construção de sua identidade.

No entanto, a autora norte-americana Kim D. Butler sustenta a ideia que a presença de uma ação ou militância coletiva em torno de uma identidade racial, principalmente no período pós-abolição, só ganhou popularidade em São Paulo, e muito pouco em Salvador. De acordo com a autora, a população de cor em Salvador era composta de muitas comunidades menores, algumas até provindas dos grupos construídos com base nos laços de “nações” surgidos durante a escravidão. Para ela, esse caráter fragmentário da população de cor em Salvador, proporcionou que não se desenvolvesse uma identidade racial coesa, como em São Paulo. Ao

---

<sup>71</sup> ASPD, relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentado na sessão de 14/11/1886.

<sup>72</sup> BRAGA, op. cit., p. 55.

<sup>73</sup> BUTLER, op. cit., p. 159

<sup>74</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, nº 4, 2010, p. 75-76.

<sup>75</sup> SILVA, op. cit., 1998, p. 53.

invés disso, o que norteou as ações dos homens de cor de Salvador, sobretudo os membros da SPD, foi o modelo de patronagem, através da cultura política do clientelismo. Como uma espécie de princípio orientador para os sócios da SPD, que estabelecia uma distinção entre os membros do grupo e as autoridades, a patronagem, segundo Butler, serviu para neutralizar uma possível mobilização baseada na ideia de cor ou raça.<sup>76</sup>

Acredito que a comparação entre São Paulo e Salvador, merece ser lida com cuidado. Parece que Butler desconsidera que a SPD era uma instituição que sobreviveu ao período escravista, quando existiu uma forte política do governo de proibição de qualquer identidade coletiva baseada na cor, como foi demonstrado no decorrer da dissertação. Ou seja, é difícil pensar numa organização que conservou durante boa parte do século XIX o critério racial para a admissão de seus membros, como uma instituição que não construiu uma ação coletiva através de um princípio ligado ao critério de cor e/ou raça. A SPD estabeleceu uma espécie de solidariedade negra dentro das possibilidades que lhe eram postas, diante de uma vigilância e um controle do Estado.

Quando menciono as possibilidades que estavam disponíveis para aqueles trabalhadores de cor na associação, me refiro justamente à prática da patronagem. Uma coisa não exclui a outra. O modelo da patronagem não neutralizou a solidariedade baseada em um critério racial. Não é porque esses indivíduos estavam dentro do jogo político do clientelismo, como foi visto no capítulo anterior, negociando frequentemente com autoridades políticas da época, benefícios para a associação, que eles não se reconhecessem enquanto trabalhadores negros. Muito pelo contrário, o jogo político foi uma ferramenta importante para conseguirem angariar recursos necessários e se capitalizarem politicamente para manterem uma instituição que, de fato, com todos os problemas que enfrentaram, garantia direitos básicos para aqueles trabalhadores de cor.

A experiência dos sócios da SPD é complexa e deve ser lida a partir dos sentidos que estes indivíduos atribuíram a sua condição de trabalhadores livres de cor. O caráter pluriclassista da SPD, sem um fechamento nítido em torno de uma profissão específica, criou demandas para a instituição que iam além das demandas de uma determinada classe. Ser sócio da SPD trazia privilégios para um grupo específico de trabalhadores de cor, que além de lutarem constantemente pela sobrevivência, estavam dispostos a usufruir de sua cidadania nas últimas décadas do século XIX.

---

<sup>76</sup> BUTLER, op. cit., p.162.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 14 de setembro de 1932, a equipe do jornal *A Tarde* fez uma matéria especial sobre as comemorações do centenário de fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Era por volta das 13:00 horas, em uma quarta-feira, quando a equipe, ao ingressar no espaço da associação, notou uma movimentação entre os associados com os preparativos para as festas do centenário da associação. Geralmente as cerimônias de aniversário da SPD eram cheias de pompa e reuniam figuras ilustres. Em seu relato, o representante do jornal descreveu como as paredes estavam bem pintadas, os móveis envernizados e a sede estava “decorada com gosto artístico”. Na ocasião, a equipe foi recebida pelo presidente do diretório, Juventino da Silva Costa, que deu todas as informações sobre a associação. Naquele momento, diferente dos sócios da segunda metade do século XIX, os membros reivindicavam o ano de 1832 como fundação da associação, possivelmente como uma forma de legitimar o espaço como o mais antigo, dando sustentação a sua importância no século XX.<sup>1</sup>

Na matéria, o autor além de descrever toda a preparação do aniversário, menciona os feitos da instituição em toda sua trajetória e destaca que aqueles “homens de cor que povoaram a Bahia, vários séculos antes da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que os emancipou e os integrou, definitivamente, na *comunhão social do Brasil*, sempre e invariavelmente mantiveram o espírito associativo e de proteção coletiva”.<sup>2</sup> Esse caráter associativo mencionado pelo autor da matéria, foi uma das características mais importantes da SPD. A prevenção contra possíveis adversidades, como doenças, invalidez, velhice ou prisão, através de socorros, pensões e aposentadorias, assim como o amparo destinado às viúvas e os órfãos, foram importantes para os trabalhadores livres de cor, nas últimas décadas do século XIX. Esses indivíduos constituíram em suas experiências um projeto de liberdade, através de um espaço de solidariedade negra e ação política, capaz de trazer dignidade e orgulho pessoal a um grupo específico de negros.

Os homens livres de cor da SPD foram sujeitos de sua própria história, dos seus próprios destinos, dos seus sonhos e dos seus infortúnios. Nesta dissertação, não busquei colocar esses sujeitos em uma perspectiva idealizada. Foram sujeitos complexos, que não

---

<sup>1</sup> *A Tarde*, Salvador, 15/09/1932, p. 2. Agradeço a Barbara Santana Nogueira por ter identificado e fotografado esta fonte no setor de jornais raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

podem ser encaixados em um pensamento único e não formavam um bloco monolítico. Pelo contrário, eram sujeitos complexos, plurais, heterogêneos, ambíguos, contraditórios, que travaram várias batalhas e disputas em prol do que eles acreditavam ser o melhor caminho para conquistas de direitos previdenciários e assistência social. Os homens livres de cor da SPD não foram apenas subalternizados, pois agiram dinamicamente de forma articulada e organizada. Foram capazes de inventar e reinventar seus espaços de união, solidariedade e ação coletiva. A partir dessa mobilização conquistaram seu espaço na sociedade soteropolitana de forma digna, respeitosa e cidadã.

Imagem 7 – Sessão Solene de 16 de setembro de 1932



Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 3.

Enquanto muitas categorias de trabalhadores se organizavam cada um à sua forma, aqueles homens de cor projetaram na SPD expectativas em relação a uma ajuda mútua que abarcasse trabalhadores de cor preta. A garantia de um futuro assegurado fazia parte dos projetos de liberdade daqueles trabalhadores livres de cor. Eles sabiam que existiam demandas específicas para os pretos e a SPD era um espaço ideal para a constituição de um projeto de liberdade entre livres e libertos.

## **FONTES**

### **Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (AINSR)**

- Lista de sócios em dia com as mensalidades da SPD no ano de 1850;
- Lista de sócios em dia com as mensalidades da SPD no ano de 1862.

### **Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)**

- Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306;
- Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11;
- Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do governo da Província, maço 972.

### **Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD)**

#### **Documentos entre os anos de 1862 a 1899:**

- Atas das sessões do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral;
- Atestados médicos;
- Correspondências;
- Demonstrativos de receita e despesa;
- Estatutos (1874 e 1894);
- Pedidos de inscrição;
- Pedidos de socorro;
- Pedidos de pensão;
- Relatórios.

### **Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)**

#### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:**

##### **a) Periódicos:**

- *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06/04/1865;
- *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/04/1865;
- *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/10/1869;
- *Diario do Rio de Janeiro*, 14/10/1871;
- *O Monitor*, Salvador, 29/03/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 13/07/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 16/07/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 23/07/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 28/07/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 30/07/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 01/08/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 15/08/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 23/09/1876;
- *Correio da Bahia*, Salvador, 26/04/1877;

- *Corsario*, Rio de Janeiro, 03/07/1883;
- b) Almanques:**
  - MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., terceiro ano, 1857;
  - MASSON, Camillo de Lellis. *Almanak Administrativo e industrial da Bahia, para o ano de 1860*. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis & Cia, 1860;
  - PIMENTA, Altino Rodrigues. *Almanak administrativo, commercial e insdustrial da Província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., Anno I, quarta parte, 1872;

### **Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)**

#### **Setor de periódicos raros:**

- a) Leis:**
  - *Colleção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 1, 1860;
  - *Colleção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, 1860;
  - *Colleção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, v. 2, 1860.
- b) Relatórios:**
  - Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1895 a 1896, apresentado pelo Presidente do Diretório Florencio da Silva Friandes e aprovado em sessão de 23 de outubro de 1896, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1896.
  - Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1896 a 1897 apresentado pelo Presidente do Diretório João Francisco Regis d'Antão e aprovado em sessão de 1º de novembro de 1897, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1897;
  - Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1897 a 1898, apresentado por Pedro Jorge de Oliveira, Presidente do Diretório, em assembleia geral de 29 de novembro de 1898, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1898;
  - Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao exercício de 1898 a 1899, apresentado pelo Presidente do Diretório Tito dos Santos Recife, em assembleia de 28 de novembro de 1899, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1899;
  - Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos apresentado pelo Presidente do Diretório Affonso João Maria de Freitas, exercício de 1899 a 1900, aprovado em sessão de Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 1901, Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1900;
- c) Periódicos:**
  - *A Tarde*, Salvador, 15/09/1932;

### **Biblioteca Virtual Consuelo Pondé (BVCP)**

**a) Periódicos:**

- *O Alabama*, Salvador, 09/08/1864;
- *O Alabama*, Salvador, 22/06/1867;
- *O Alabama*, Salvador, 19/11/1868;
- *O Alabama*, Salvador, 17/07/1869;
- *O Alabama*, Salvador, 31/07/1870;

**Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB)**

**a) Periódicos:**

- *Gazeta de Notícias*, Salvador, 18/06/1894;

**Outros:**

- Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930, Formato EPUB. São Paulo: FGV, 2015.

ANDRADE, Humberto Santos de. *Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do XX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História, Assis, 2014,

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, 2010, p. 12-22.

\_\_\_\_\_. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cad. AEL*, v. 6, n.10/11, 1999, p. 42-68.

BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1998.

BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.

BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.

BULÇÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Titulares baianos*. Salvador: s/d, datilografado, documento do Arquivo Público do Estado da Bahia,

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015.

\_\_\_\_\_. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, nº 4, 2010, p. 40-77.

\_\_\_\_\_. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, n. 41 (2010), p. 85-131.

CASTILHO, Ataliba de; TORRES, Maria Aparecida; CIRINO, Sônia (Orgs.), *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, 2007.

CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, p. 213-257.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para uso das Famílias, contendo a descrição das causas, symptoms e tratamento das molestias; As receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, vol. 1 e 2.

CORD, Marcelo M. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_.; BATALHA, Claudio H. M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de.; GOMES, Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2014, vol. 34, n.67, p. 251-281

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1997.

FELIX JÚNIOR, Osvaldo Silva. *Repensando a Guerra (a participação da Bahia na Guerra do Paraguai), 1865-1870*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

\_\_\_\_\_. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: revista de história*, n. 1 (2007), p. 144-170.

KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, nº 46, 2012, 121-161

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITE, Douglas Guimarães. “*Mutualistas, graças a Deus*”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Organização negra em Pelotas: características e evolução (1870-1950). In: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. São Leopoldo: OIKOS, 2007, v. 1.

LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990.

MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvaor, 2006.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) - UNICAMP, Campinas, 2014.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *As associações de homens de cor e a imprensa negra paulista*. Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006.

QUERINO, Manuel R. *A raça africana*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.3 (1996), p. 7-33.

\_\_\_\_\_. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, n° 24, 2000, p. 199-242.

\_\_\_\_\_. *Rebelião Escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, Eliane Maia dos. *Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 – 1887)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. (Org.). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII E XIX)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. *Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Jacinto da. *No Tempo da Escravidão: Experiências de Senhores e Escravos em Bragança Paulista (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A Sociedade Libertadora Bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888). In *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Florianópolis, julho de 2015.

SILVA, M. C. B. C. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: INL/MEC, 1979,

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHUELER, A. F. M. *Educar e Instruir: A Instrução popular na corte Imperial –1870 a 1889*. Dissertação. Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SOUZA, Ana Paula de. *Aspectos históricos sobre a educação da população negra ex-escravizada no Brasil pós-abolicionista*. Monografia (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. São Paulo: PUC, 2006 (Tese de Doutorado).

VARELLA, João. *Da Bahia que eu vi*. Salvador: Tipografia do Povo, 1935.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 2002.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O movimento abolicionista niteroiense, o Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos. In: SBHE, *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: [sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7). Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, nº 58, 2009, p. 291-315.

\_\_\_\_\_. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, nº 4, 2010, p. 23-39.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)*. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

## **ANEXOS**

### **Anexo I – Estatuto de 1874**

#### **TÍTULO I**

##### **Da Sociedade e seus fins.**

**Art. 1º.** – Podem ser admitidos sócios efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta, que esteja no caso de o ser, que tenham um meio lícito de onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência, e que sejam de idade nunca menor de 18 anos, nem maior de 50, e cuja conduta seja regular.

#### **TÍTULO II**

##### **Do número de sócios e sua admissão.**

**Art. 2º.** – O número dos sócios será ilimitado, e os mesmos sócios serão uns efetivos e outros protetores.

**Art. 3º.** – A Sociedade Protetora dos Desvalidos tem os fins seguintes:

§ 1º. – Socorrer em comum aos sócios que caírem em indigência, ou que, por algum acontecimento desastroso, se acharem privados de adquirirem a indispensável subsistência.

§ 2º. – Cuidar da subsistência e educação dos filhos dos sócios que falecerem, os filhos legítimos, e naturais que forem perfilhados, na forma da lei, até a idade de 18 anos completos; só gozarão desse benefício as filhas dos sócios em quanto se não casarem ou tiverem outro qualquer amparo, e os filhos até chegarem à idade de 18 anos.

§ 3º. – Prestar alimento às viúvas dos mesmos sócios, com a quantia de 8\$000 mensais, em quanto elas tiverem disso necessidade e viverem na honestidade, que o público e a sociedade exigem.

**Art. 4º.** – Para ser admitido sócio deverá o candidato dirigir, por intermédio do 1º. Secretário, um requerimento ao conselho, para ser entregue na primeira sessão; o requerimento do candidato deverá conter e declarar sua arte ou ocupação, naturalidade, estado, residência, idade e número de filhos.

**Art. 5º.** – O requerimento de que trata o artigo antecedente será entregue pelo 1º. Secretário ao presidente, para o conselho dar seu voto em cédulas fechadas, sem assinatura, a respeito da boa ou má conduta do candidato.

**Art. 6º.** – Serão admitidos por sócios aqueles candidatos que forem aprovados pela maioria de votos, na forma do artigo antecedente; todavia os candidatos aprovados pelo conselho não

serão considerados sócios sem que tenham pago suas entradas, assinado o termo de sua admissão e prestado o juramento que adiante será determinado.

**Art. 7º.** – O juramento, de que trata o artigo antecedente, é o candidato pondo a mão sobre o livro do Santo Evangelho, e dizendo o seguinte: juro cumprir religiosamente com os deveres impostos pelos estatutos desta Sociedade, à qual me ligo d'ora em diante, com o firme propósito de trabalhar para a estabilidade e progresso da mesma, como sócio zeloso, que hei de ser, assim Deus me ajude.

**Art. 8º.** – Os sócios protetores poderão ser todas aquelas pessoas que por seu coração benfazejo, segundo suas altas representações, queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade, os quais se assinarão em um livro que a Sociedade tem para esse fim.

### **TÍTULO III**

#### **Das obrigações e direitos dos sócios**

**Art. 9º.** – Pagar de entrada 15\$000 e de mensalidade 1\$000, no primeiro dia de cada mês; aceitar os empregos para os quais forem eleitos ou nomeados, e só poderão escusar-se ou demitir-se por motivos justos e que sejam atendidos pela Sociedade; participar à mesma sessão ou ao presidente dela imediatamente a moléstia ou acontecimento desastroso de algum sócio, para se providenciar a respeito.

§ 1º. – Pagar as multas em que forem condenados por falta de cumprimento de seus deveres, sem exceção dos membros do conselho.

§ 2º. – Os sócios são obrigados a instalar o ramo que o conselho julgar necessário para a missa de sua Padroeira, cuja quantia será marcada pelo conselho – 1\$000.

**Art. 10** – Os direitos dos sócios são os seguintes:

§ 1º. – Requerer os socorros necessários quando as circunstancias assim o exigam.

§ 2º. – Para este socorro, se o conselho julgar conveniente, em vista da informação do visitador, será dada a quantia 7\$500 em cada quinzena.

§ 3º. – Propor qualquer cousa útil e de vantagem para a Sociedade, e mesmo para algum dos sócios, cujas circunstancias assim o exigam, discutindo-se as propostas que forem postas em discussão, tendo pedido ao presidente e obtido a palavra.

§ 4º. – Votar, quer nas eleições e quer em quaisquer outros objetos, que se puser em votação.

§ 5º. – Em caso de prisão, em quanto não for condenado por algum dos crimes infamantes, mencionados no Código Criminal do País, requerer o socorro, o qual será de 8\$000 mensais.

**Art. 11** – São obrigados todos os sócios a acompanharem enterros de mulher, mãe e filhos dos sócios que estiverem no caso; os que deixarem de assim fazer sofrerão uma multa de 1\$000, pois todos serão por uma circular avisados logo que o conselho tenha a devida participação; e ficará dispensado desta multa aquele que apresentar motivos justos, e todo aquele que na qualidade de sócio, ou por desamor à Sociedade, ou por não levar em conta a lei, chegar a ter três notas, ficará suspenso por um mês, perdendo o que lhe é devido.

**Art. 12** – Os sócios efetivos ou protetores terão seu diploma assignado pelo presidente e os duos secretários.

**Art. 13** – O sócio que não tiver conseguido a palavra é obrigado a conservar-se em silencio e guardar o respeito devido, portando-se com a decência necessária à manutenção da boa ordem na Sociedade, e obtendo a palavra deverá portar-se da maneira seguinte.

§ 1º. – Aquele sócio que obtiver a palavra deverá falar com toda a moderação e civilidade possíveis, e não usará de expressões atacantes e indecentes, sobre o que deverá ser chamado à ordem pelo presidente por se ter afastado dos limites da discussão, que deve atender e obedecer respeitosamente.

§ 2º. – Todo sócio que tiver maltratado a outro sócio com palavras injuriosas ou com vias de facto, será repreendido em sessão pelo presidente, e pela terceira vez será notado com sua culpa à margem do termo de sua admissão.

§ 3º. – Todavia as repreensões e notas não terão lugar senão por decisão à pluralidade de votos dos sócios reunidos em sessão, e quando haja empate decidirá o presidente.

**Art. 14** – O sócio que depois de ter sido repreendido três vezes não se corrigir, deverá ser por deliberação da assembleia privado de aparecer nas sessões pelo tempo que a mesma assembleia julgar conveniente, cuja deliberação se notará à margem.

#### **TÍTULO IV**

**Art. 15** – Os empregados da Sociedade serão: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um 2º. Dito, um tesoureiro, um visitador, um arquivista e dois cobradores.

§ 1º. – Haverá uma comissão de contas, a qual será composta de três membros, eleitos com o conselho.

**Art. 16** – Estes empregados serão eleitos em cada ano, e terá lugar a eleição no último domingo do mês de Outubro, em reunião de assembleia geral, e por votação em cédulas fechadas e assignadas no verso delas (a assinatura é a seguinte: - para a eleição).

**Art. 17** – O presidente mandará o secretário anunciar o convite da assembleia geral, a qual tem de reunir-se de três em três meses para tomar parte nos feitos do conselho e aprovação de seus relatórios.

§ 1º. – Deverá depois da missa da nossa Padroeira, que tem lugar na última domingo do mês de outubro proceder-se a votação dos novos empregados, lavrando-se a competente acta de todos que forem votados, cujos nomes serão publicados pelo presidente, se forem legitimamente aprovados.

## **TÍTULO V**

### **Das obrigações do presidente**

**Art. 18** – Ao presidente cumpre fazer o seguinte:

§ 1º. – Fazer reunir no primeiro domingo do mês de Novembro a assembleia geral para fazer inventariar tudo quanto à Sociedade pertencer.

§ 2º. – Rubricar os livros da mesma Sociedade, assignar as atas e mais papeis em que constarem as decisões do conselho e da assembleia geral e diploma dos sócios.

§ 3º. – Abrir e encerrar as sessões, conceder a palavra aos sócios que pedirem, por três vezes em regra, na matéria que estiver em discussão.

§ 4º. – Marcar antes de encerrar a sessão as matérias que se tiver de tratar na sessão seguinte.

§ 5º. – Pôr em discussão a matéria de que se deve tratar e pôr em votação as que estiverem suficientemente discutidas.

§ 6º. – Dirigir bem os trabalhos, e manter a ordem, declarando o que houver ocorrido ao conselho e à assembleia geral.

§ 7º. – Nomear as comissões que o conselho julgar conveniente para dar algum parecer sobre o objeto que a Sociedade necessitar, devendo elas ser compostas de três ou cinco membros.

§ 8º. – Convocar as sessões do conselho ou da assembleia geral a requerimento de algum sócio.

§ 9º. – Suspende as sessões quando nos argumentos não guardem os sócios o respeito devido, e moderação.

§ 10º. – Mandar retirar da sala das sessões o sócio que perturbe a ordem dos trabalhos e no caso de resistência ficará suspenso digo sujeito ao art. 13 e seus parágrafos.

**Art. 19** – O presidente apresentará um relatório de três em três meses na ocasião em que se reunir a assembleia geral, e no fim de seu exercício um relatório geral contendo toda receita e

despesa, entrada de sócios, bem como o desempenho dos trabalhos dos membros do conselho e empregados.

§ 1º. – O presidente, logo que receber requerimento de algum sócio, que se ache enfermo, mandará o visitador informar o estado dele, depois do que lhe parecer, arbitrará ao sócio o socorro de que trata o § 2º. Do art. 10.

§ 2º. – O presidente logo que receber requerimento de qualquer viúva dos sócios, que prove com documentos, mandará o visitador informar o seu estado e depois da informação, se julgar conveniente, mandará dar-lhe o que determina o § 3º. Do art. 3º.

**Art. 20** – Por falecimento dos sócios não sendo casados, tem direito à pensão mãe ou irmã honesta.

§ 1º. – As viúvas, mães e irmãs dos sócios, que em companhia deles tiverem vivido, ou sob seus cuidados, são as que tem direito aos socorros da Sociedade.

**Art. 21** – As obrigações dos secretários são as seguintes:

§ 1º. – Ao primeiro secretário cumpre fazer todas as correspondências da Sociedade.

§ 2º. – Receber e dirigir ao conselho requerimentos dos candidatos que lhe forem entregues para serem admitidos sócios.

§ 3º. – Participar aos candidatos sua aprovação e admissão.

§ 4º. – Fazer em ordem alfabética a lista dos sócios em um livro que haverá para esse efeito.

§ 5º. – Lançar e assignar conjuntamente com os mais sócios os termos de admissão, e fazer nestes as notas à margem que o conselho determinar, e assim pela mesma forma os termos de demissão em um livro, que haverá para todos estes termos, e bem assignar com o presidente os diplomas dos sócios, que forem admitidos.

§ 6º. – Servir de escrutador nas eleições juntamente com o presidente.

§ 7º. – Lançar as entradas e saídas em outro livro contendo a receita e despesa da Sociedade.

§ 8º. – Entregar ao cobrador a lista dos sócios que se forem admitindo para deles cobrar-se as contribuições respectivas, quando eles sócios não tragam de pronto, como lhes cumpre, ao cofre da Sociedade, carregar no livro dos mensais dos sócios pagamentos que tiverem sido feitos.

**Art. 22** – Os livros de que trata o artigo antecedente serão guardados na casa da Sociedade, e não poderão ser daí tirados senão em virtude de decisão da assembleia.

**Art. 23** – Ao segundo secretário cumpre fazer o seguinte:

§ 1º. – Lançar as contas do tesoureiro depois de aprovadas em um outro livro, que para isso haverá, e assiná-las juntamente com tesoureiro.

§ 2º. – Fazer as atas das sessões; e sendo aprovadas assiná-las em um livro, que para isso terá em seu poder e que apresentará nas sessões para serem tiradas quaisquer dúvidas que houver.

**Art. 24** – Das obrigações do tesoureiro:

§ 1º. – O tesoureiro deve fazer a receita dos fundos da Sociedade, e dar-lhe o destino que o conselho deliberar.

§ 2º. – Dar conta no fim de cada três meses, e todas as vezes que o conselho ou a assembleia determinar, por julgar necessário.

§ 3º. – Não poderá dispor dos fundos sociais, senão em virtude de resolução e determinação da Sociedade, e de ordem posterior assignada pelo presidente e os dois secretários da mesma Sociedade.

§ 4º. – Toda a despesa feita fora deste preceito, não será atendida e será à custa do tesoureiro que a fizer.

§ 5º. – Haverá um cofre com três chaves das quais uma será depositário o presidente, outra o tesoureiro e outra o 1º. Secretário, sendo o referido cofre guardado onde a Sociedade determinar.

§ 6º. – O cofre não pode ser aberto senão em sessão, por deliberação do conselho.

§ 7º. – Estes empregados de que fala o § 5º. São responsáveis pelas faltas que houver no cofre, de cujas chaves ficarão de posse.

**Art. 25** – Do visitador:

§ 1º. – Ao visitador cumpre visitar os sócios que se acharem doentes, presos ou em qualquer arte, por acontecimento desastroso, para informar à Sociedade ou ao presidente, para providenciar-se a respeito.

§ 2º. – Também lhe cumpre visitar as famílias dos sócios que falecerem para informar-se do estado delas, e se dar providencias necessárias.

§ 3º. – Fazer todas as explorações, diligencias e avisos de que a Sociedade lhe encarregar; e as participações serão por escrito.

**Art. 26** – Ao arquivista cumpre:

§ 1º. – O arquivista será obrigado a zelar todos os moveis e conservá-los asseados, e a sala das sessões; cumprir as ordens que lhe forem dadas pelo presidente, a bem dos trabalhos da Sociedade, e ter aberta a sala pelas 9 horas da manhã, ou às que forem marcadas pelo conselho.

**Art. 27** – Do cobrador:

§ 1º. – Ao cobrador cumpre avisar todos os sócios as sessões, logo que receba participação do primeiro ou segundo secretário, que esteja em exercício, para reunião das sessões extraordinárias; além dos anúncios.

§ 2º. – Receber dos sócios que estiverem devendo à Sociedade.

§ 3º. – Passar recibos entregando ao tesoureiro tudo quanto receber dos sócios, exigindo dele tesoureiro o recibo necessário que deve ser conferenciado pelo secretário com o livro respectivo de receita e despesa todas as vezes que a Sociedade julgar preciso.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 28** – As sessões da assembleia geral poderão ser abertas e continuar com seus trabalhos tendo o número de vinte e cinco sócios, e no caso de urgência se farão com aqueles sócios que se acharem presentes.

**Art. 29** – As sessões do conselho terão lugar todos os domingos do mês; começarão às 11 horas da manhã e serão encerradas às 2 horas da tarde impreterivelmente.

**Art. 30** – Todas as decisões ou deliberações tomadas pelo conselho ou pela assembleia geral, serão pela maioria de votos dos sócios reunidos em sessão, e eles não poderão falar mais que três vezes sobre o mesmo objeto.

§ 1º. – Nenhum sócio poderá sair da cidade sem participar por escrito ou verbalmente ao presidente, e não participando será punido pelas faltas de comparecimento que cometer, na forma dos estatutos, assim como o que adoecer e não participar não poderá ser visitado.

§ 2º. – Nenhum sócio poderá por motivo algum deixar de votar sobre qualquer ponto, a cuja decisão tenha assistido.

**Art. 31** – Nas atas das sessões o secretário declarará os votos pró e contra as decisões tomadas, que serão feitas por escrutínio ou cédulas fechadas sem assinatura.

**Art. 32** – Todos os meses o conselho é obrigado a inspecionar os fundos sociais que a ele estão confiados.

§ 1º. – O sócio que tiver sido eleito para membro do conselho ou outra qualquer comissão depois que aceitar e não cumprir as obrigações marcadas, ficará sujeito ao que dispõe o art. 11.

§ 2º. – O sócio que tiver duas notas no livro desta Sociedade não poderá em tempo algum assumir o cargo de presidente; sim outro qualquer cargo, em vista do art. 11 dos estatutos.

**Art. 33** – De toda falta que houver é responsável o conselho que mal especulou e fiscalizou o balanço que recebeu, salvo, se provar que dolo na entrega.

**Art. 34** – O presidente não está isento de levar alguma nota quando deixar de cumprir ou de mandar cumprir os preceitos dos estatutos; assim como os empregados que cometer defeito no exercício e cumprimento de seus deveres, que cause prejuízo e descrédito à Sociedade, será repreendido e despedido dela, se por maioria de votos assim se julgar conveniente.

**Art. 35** – Todo o empregado que cometer defeito no exercício e cumprimento de seus deveres, que cause prejuízo e descrédito a Sociedade, será repreendido e despedido dela, se por maioria de votos assim se julgar conveniente.

**Art. 36** – O empregado que faltar as sessões sem participação ao presidente, pagará 1\$000 de multa.

**Art. 37** – O sócio que sem motivo justo participado ao conselho deixar de pagar quatro meses de sua mensalidade será suspenso do gozo de todos os direitos que lhe são relativos; entrará no gozo, pagando o que estiver devendo.

§ 1º. – O sócio que dever um ano, quando pague terá ainda trinta dias de penalidade, nos quais não terá direito a nada.

§ 2º. – Os sócios só terão direito aos socorros designados no § 1º. Do art. 3º. Depois que tiverem seis meses de sócio.

**Art. 38** – Fica eliminado todo aquele sócio que contar cinco anos de debito de suas mensalidades.

**Art. 39** – Serão eliminados da Sociedade todos os sócios que prevaricarem, ou que depois de advertidos se tornarem incorrigíveis.

**Art. 40** – A todos os sócios é permitido demitir-se da Sociedade, participando motivadamente aos secretários da mesma para estes fazerem constar à Sociedade, fazendo-se as notas necessárias.

**Art. 41** – Os sócios demitidos ou excluídos da Sociedade não podem em tempo algum reclamar a joia e mensalidade que tiverem pago, e serão obrigados a pagar o que estiverem devendo à mesma Sociedade.

**Art. 42** – Os fundos da Sociedade serão postos em giro, já a prêmio, compras de casas e outras especulações que ofereçam melhor conveniência e vantagens a bem da Sociedade, com as seguranças precisas conforme o tempo aconselhar.

**Art. 43** – Nenhum sócio será admitido sem a informação do conselho.

**Art. 44** – Se fará a eleição do novo conselho com os sócios que se acharem presentes ao meio dia.

**Art. 45** – Negócios de circunstancias nunca serão decididos na primeira sessão, ficando esperados para a segunda, sendo novamente avisados os sócios que faltarem, sob pena de pagarem a multa de que trata o art. 36.

**Art. 46** – Todos aqueles sócios que contarem dezoito anos desde suas entradas na Sociedade, tendo cumprido bem os seus deveres de sócio, bem desempenhado os cargos de que tiverem sido incumbidos, ficarão gozando todas as regalias garantidas pelos nossos estatutos, sem pagarem mais nada à Sociedade, só sim a finta da missa para nossa padroeira.

§ 1º. – Todos aqueles indivíduos que quiserem ser sócios e gozarem das mesmas garantias entrarão com a quantia de 200\$000 de uma vez.

§ 2º. – Todo o sócio que não tiver a antiguidade de dezoito anos e queira remir-se, contará o que tem pago à Sociedade e dará o que faltar para completar a quantia de 200\$000.

**Art. 47** – O conselho fará as despesas dos sócios com o rendimento do ano anterior; bem entendido unicamente as mensais, e mais rendimentos que houver, menos as entradas dos sócios, que serão acumuladas ao capital.

**Art. 48** – As faltas dos empregados serão supridas pelos imediatos em votos.

§ 1º. – As participações que não alegarem moléstias ou ausências deixam de ser valiosas depois de exceder a três sem interrupção, e portanto os sócios levarão uma nota de outras tantas faltas; as faltas de comparecimento aos enterros estão sujeitas à mesma nota, além da multa assim como qualquer outra infracção dos estatutos.

**Art. 49** – Todo o produto e rendimento da bolsa de caridade e multa dos sócios de ora em diante será destinado para adjutório da educação dos órfãos que pertencerem à Sociedade.

**Art. 50** – Por falecimento de algum sócio necessitado ou sem meios, a Sociedade é obrigada a dar a quantia de 25\$000 para as despesas que deve se fazer com o enterramento e as tochas que forem precisas.

§ 1º. – Depois do enterramento do sócio a Sociedade é obrigada a assistir à missa do sétimo dia, que se mandará celebrar por alma do falecido embora sua família tenha de fazer o mesmo pelo seu descanso eterno.

§ 2º. – Por falecimento de alguma pensionista da Sociedade dar-se-á a quantia de 200\$000 para seu enterramento.

**Art. 51** – Os 25\$000 de que fala o artigo antecedente serão dados à pessoa encarregada do enterro, e no caso que o falecido ou falecida não tenha quem administre o enterro, o conselho da Sociedade é obrigado a fazê-lo

**Art. 52** – Os sócios não poderão, na casa das sessões ou em outro qualquer lugar, estar reunidos em número de três, tratando de negócios políticos, só aqueles que são tendentes aos fins da mesma Sociedade, e quando o contrário fizerem ficarão sujeitos ao art. 11.

**Art. 53** – Formar-se-á um regimento interno quando a Sociedade julgar necessário que a segurança dos contratos e as responsabilidades dos empregados, as penas correccionais e tudo quanto entender à polícia, administração e guarda do cofre.

**Art. 54** – O candidato que não tiver a idade referida no art. 1º. Só poderá entrar, pagando oito anos de mensalidades adiantados.

§ 1º. – O sócio que por velhice, aleijamento ou cegueira ache-se privado de adquirir a sua subsistência, estando no gozo de seu direito, fica gozando o que dispõe o § 3º. Do art. § 3º.

**Art. 55** – Fica ao arbítrio do presidente nomear um procurador para conciliação de pendencias judiciais que forem da Sociedade, quando assim seja preciso de combinação com o conselho.

**Art. 56** – Haverá doze livros rubricados e encerrados pelo presidente, a saber: um denominado matricula, outro de mensais, outro de entradas e saídas, contendo a receita e despesa, outro de termos para os que se tenham de lavrar, outro de lançar contas, outro de atas das sessões, um para lançar os despachos, outro para os termos de contratos, outro de notas, outro de prestar contas, outros de abecedário, outro para os sócios protetores.

**Art. 57** – O sócio que tenha exercido algum cargo da Sociedade, findo o tempo, ou sido exonerado temporária ou definitivamente, será obrigado a fazer imediata entrega de todos os objetos existentes em seu poder para o de seu sucessor, acompanhando uma relação exata e informante de tudo quanto estava a seu cargo e do tempo que ocupou.

§ 1º. – O conselho não poderá aceitar penhores de ouro ou prata quer de sócios, quer de estranhos.

**Art. 58** – Da comissão de contas:

§ 1º. – Á comissão de contas cumpre: examinar as atas do conselho e as contas apresentadas pelo mesmo, bem como a legalidade de seus documentos.

§ 2º. – Rever os livros em que forem lançadas as escriturações afim de ver se estão com clareza e se os empregados exercem bem os seus deveres, bem como os livros que estiverem em mão do escriturário.

§ 3º. – Apresentar nas sessões da assembleia geral um parecer emitindo sua opinião sobre o seu exame.

**Art. 59** – Os presentes estatutos só serão reformados na parte em que a experiência mostrar que se opõem aos fins da Sociedade e não poderá ter execução essa reforma sem aprovação do governo da Província, na forma da lei.

**Art. 60** – Ficam sem vigor quaisquer outras disposições contrárias aos presentes estatutos.

## **Anexo II – Estatuto de 1894<sup>1</sup>**

### **CAPITULO 1º**

#### **Da Sociedade e seus fins.**

**Art. 1º.** – A Sociedade Protetora dos Desvalidos, instalada na Bahia em 29 de outubro de 1851, sob a proteção de Nossa Senhora do Amparo, é a reunião de todos os Brasileiros de cor preta.

**Art. 2º.** – A Sociedade será composta de número ilimitado de sócios, efetivos e beneméritos, e tem por fim adquirir donativos, mensalidades, benefícios e pensão, um capital que será convertido em apólices da dívida pública e estadual, ou em propriedades (dando estas maior resultado), ou colocando em qualquer estabelecimento bancário, para a pratica da beneficência.

**Art. 3º.** – A Sociedade terá para sua maior fiscalização a Assembleia Geral, que no 1º domingo depois do dia da sua sessão solene elegerá entre si uma Mesa composta de um Presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, e um Conselho Administrativo, composto de um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um arquivista, um visitador, e cinco membros para a comissão fiscal.

### **CAPÍTULO 2º**

#### **Da admissão de sócios e seus deveres.**

**Art. 4º.** – A admissão de sócio será feita por um requerimento ou proposta ao Conselho Administrativo, declarando idade, estado, profissão, morada e cor do candidato, podendo o Conselho, quanto à idade e saúde, pedir os documentos que julgar conveniente.

**Art. 5º.** – Não será admitido para sócio quem padecer de moléstias crônicas, ou defeitos físicos.

**Art. 6º.** – O candidato aprovado para sócio receberá participação do 1º secretário, para satisfazer sua joia e assignar o termo de sua admissão, o que será dentro de prazo de 30 dias a contar da data da comunicação; findo este prazo, só poderá ser admitido fazendo nova proposta.

**Art. 7º** – O candidato rejeitado não poderá ser admitido no mesmo ano social.

**Art. 8º** – Aos sócios cumpre:

§ 1º. – Pagar: de 18 a 50 anos a joia de 12\$000 sendo 1\$000 para seu diploma.

§ 2º. – Não se admite pessoas com mais de 50 anos para sócios.

§ 3º. – Pagar a mensalidade de 1\$000 no dia 1º de cada mês.

---

<sup>1</sup> É preciso ressaltar que este estatuto não apresenta qualquer indicação de que tenha sido aprovado. Deste modo, considero como um esboço.

§ 4º. – Depositar na Bolsa de caridade o que podem, em todas as reuniões da Assembleia Geral.

§ 5º. – Aceitar os cargos para que forem eleitos ou nomeados, salvo escusa legal apreciada pelo Conselho.

**Art. 9º.** – Sócios beneméritos são todas as pessoas que fizeram à Sociedade donativos não inferiores a 300\$000 ou relevantes serviços de iguais valor, os quais assignarão em um livro que a Sociedade terá para este fim.

§ 1º. – Os sócios efetivos que satisfação as disposição do artigo 2º também gozarão do título de sócios beneméritos.

§ 2º. – Estes títulos serão concedidos pela Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO 3º**

**Art. 10** – Ao sócio compete:

§ 1º. – Requerer socorros quando doente ou impossibilitado do trabalho.

§ 2º. – Propor o que for mais útil e de vantagem para a Sociedade.

§ 3º. – Votar nas eleições ou em qualquer medida posta em votação.

§ 4º. – Usar da palavra quando lhe for concedida pelo Presidente, guardando todas as atenções devidas.

§ 5º. – Portar-se com decência nas sessões e respeitar os funcionários no exercício de seus cargos.

§ 6º. – Promover a entrada de sócios efetivos, quanto estiver ao seu alcance; para maior desenvolvimento da Sociedade.

**Art. 11** – Os socorros para os sócios serão de 30\$000 mensais, pagos adiantadamente em duas prestações descontando-se a sua mensalidade

§ 1º. – O sócio que for socorrido por mais de 6 meses será considerado pensionista até que se restabeleça

§ 2º. – Os sócios pensionistas receberão 15\$000 mensais, em uma prestação.

**Art. 12** – As viúvas ou filhos legítimos e legitimados de sócios terão de pensão 10\$000 mensais.

**Art. 13** – Os sócios que forem pensionistas, por não poderem trabalhar, casando-se, suas viúvas e filhos não terão direito a pensão alguma.

**Art. 14** – Ficam suspensos dos benefícios da Sociedade:

§ 1º. – Os sócios que deverem 3 meses de mensalidades, entrando no gozo deles logo que satisfação.

§ 2º. – As viúvas que contraírem segundas núpcias.

§ 3º. – Os filhos maiores de 18 anos e as filhas de 25 e as que casarem antes desta idade.

**Art. 15** – Perdem o direito de sócios:

§ 1º. – Os que pedirem a sua demissão por escrito.

§ 2º. – Os que deverem um ano de mensalidades, sendo advertidos pela Secretaria e não satisfazerem.

§ 3º. – Quando os sócios forem advertidos pelo secretário, excedendo 30 dias de um ano serão demitidos sem direito a reclamação

§ 4º. – Os que causarem prejuízo à Sociedade nos seus haveres e os que escreverem artigos em jornais, informando a Sociedade.

§ 5º. – Os que ofenderem moralmente ou fisicamente, a qualquer membro do Conselho ou da Assembleia Geral.

**Art. 16** – Os sócios demitidos perdem todos os direitos que tiverem na Sociedade.

**Art. 17** – Os sócios demitidos por se acharem incurso nos §§ 1º e 2º do art. 15 poderão ser readmitidos de conformidade com os arts. 4º, 5º, 8º e 52 destes Estatutos.

## **CAPÍTULO 4º**

### **Do Conselho Administrativo.**

**Art. 18** – O Conselho administrativo de que trata o art. 3º será composto de 7 membros

**Art. 19** – Ao Conselho compete:

§ 1º. – Receber, zelar e bem administrar os fundos sociais, pelos quais serão todos os membros responsáveis;

§ 2º. – Ordenar as despesas necessárias, dar pensões as viúvas ou filhos de sócios e os sócios que forem julgados pensionistas.

§ 3º. – Julgar os requerimentos dos candidatos para sócio por escrutínio secreto.

§ 4º. – Exigir do candidato os documentos que forem preciso para sua aprovação.

§ 5º. – Apresentar à Assembleia Geral, de 3 em 3 meses, um balancete da receita e despesas; e no fim do ano social um relatório impresso de todas as ocorrências havidas, cuja exposição será feita pelo presidente.

§ 6º. – Facilitar à comissão fiscal todos os documentos que ela pedir para o bom desempenho de seus deveres.

§ 7º. – Nomear e demitir os empregados quando for conveniente.

§ 8º. – Tomar todos os meses contas ao tesoureiro, que as prestará documentadas, podendo, em caso de falta, suspendê-lo do exercício, até a decisão da Assembleia Geral, que convocará logo pontualmente no prazo de 15 dias.

§ 9º. – Constituir-se sempre em a maioria de seus membros.

§ 10º. – Velar sobre os sócios que se recolherem à casa de Abrigo.

§ 11º. – Conceder o título de sócio benemérito às pessoas que o merecerem de conformidade com o art. 9º destes estatutos.

§ 12º. – Fazer depositar nos estabelecimentos bancários as quantias que julgar conveniente.

§ 13º. – Reunir-se nas quartas-feiras para as sessões ordinárias, e extraordinárias todas as vezes que for preciso.

§ 14º. – Dar competente resolução as propostas que lhe forem dirigidas por algum sócio.

§ 15º. – Nomear uma comissão no impedimento do tesoureiro, para tratar do enterro do sócio, na falta de pensão de sua família; não podendo gastar mais de 50\$000.

**Art. 20** – O membro do Conselho que sem alegar motivos não comparecer a quatro sessões consecutivas, será considerado como tendo resignado o cargo, sendo o presidente obrigado a convidar o suplente imediatamente.

**Art. 21** – O Conselho não poderá emprestar a sala de suas sessões para ato algum sem autorização da Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO 5º**

### **Das obrigações dos Membros do Conselho.**

**Art. 22** – Ao Presidente cumpre:

§ 1º. – Designar a hora da abertura das sessões, presidi-las e regular as discussões, e declarar as suas decisões.

§ 2º. – Rubricar os livros da Sociedade, atas das sessões, e mais papeis que consignarem do Conselho.

§ 3º. – Assignar os diplomas dos sócios juntamente com o 1º secretário e o tesoureiro.

§ 4º. – Autorizar as despesas de qualquer natureza, ordenadas pelo Conselho ou pela Assembleia Geral.

§ 5º. – Nomear as comissões extraordinárias para representarem a Sociedade e dar o seu voto de desempate nas questões do Conselho.

§ 6º. – Convocar extraordinariamente o Conselho quando se fizer preciso.

§ 7º. – Velar nos interesses da Sociedade e exato cumprimento dos deveres dos funcionários.

**Art. 23** – Ao vice-presidente compete:

Parágrafo único – Substituirá o Presidente em suas faltas e impedimentos, com as mesmas atribuições.

**Art. 24** – Ao 1º secretário compete:

§ 1º. – Receber toda correspondência dirigida ao Conselho, apresentá-la na primeira sessão, ou comunicá-la ao Presidente quando houver matéria urgente.

§ 2º. – Assignar os diplomas de sócios com o presidente e o tesoureiro.

§ 3º. – Fazer toda correspondência da Sociedade.

§ 4º. – Participar ao candidato sua aprovação, em mão.

§ 5º. – Corresponder-se com o 1.º Secretário da Assembleia Geral, e dar-lhe os apontamentos precisos para a reunião da mesma Assembleia.

§ 6º. – Comunicar com sócios que estiverem compreendidos no § 2º do art. 15.

§ 7º. – Fazer o lançamento das contas do tesoureiro com toda clareza.

§ 8º. – Ocupar a cadeira de presidente na falta deste e do vice-presidente.

§ 9º. – Comunicar ao 2º secretário quando não possa comparecer.

**Art. 25** – Ao 2º secretário compete:

§ 1º. – Fazer as atas das sessões, e lança-las depois de aprovadas, no livro competente.

§ 2º. – Substituir o 1º secretário nos seus impedimentos.

§ 3º. – Fazer toda a escrituração na falta de Escriturário.

**Art. 26** – Ao tesoureiro compete:

§ 1º. – Responder pelas quantias existente em seu poder, as quais não excederam de 100\$000.

§ 2º. – Ter no cofre essa quantia para as despesas ordinárias, ficando as chaves uma em seu poder, outra no do Presidente e outra no do 1º secretário.

§ 3º. – Pagar as despesas ordenadas pelo Conselho e fará com rendimentos da Sociedade e só poderá ter este dinheiro em mão.

§ 4º. – Apresentar ao Conselho, no fim de cada mês, um balancete da receita e despesas.

§ 5º. – Participar ao Conselho, os sócios incursos no § 2º do art. 15

§ 6º. – Cobrar qualquer quantia a que a Sociedade tenha direito.

§ 7º. – Remeter ao Conselho uma contagem com todos os documentos, quando, impedido por qualquer motivo, não possa continuar no exercício de suas funções, fazendo logo entrega de todos os fundos e documentos ao seu sucessor.

§ 8º. – Apresentar nas reuniões de Assembleia a Bolsa de caridade.

§ 9º. – Tratar do enterro do sócio em falta de pensão de sua família.

§ 10º. – Assinar os recibos e diplomas de sócios.

**Art. 27** – Ao Visitador compete:

§ 1º. – Visitar os sócios que se acharem doentes, presos ou detidos por acontecimentos desastrosos a fim de orientar ao Conselho, nas providencias que convier dar a respeito.

§ 2º. – Visitar a família do sócio que falecer, para informar-se do estado dela e ministrar esclarecimento ao Conselho.

§ 3º. – Entregar ao sócio em caso de moléstia os socorros que tiver direito.

**Art. 28** – Ao Arquivista compete:

§ 1º. – Inspeccionar os trabalhos do asseio da casa e dirigi-lo.

§ 2º. – Ter arquivados todas as atas e outros quaisquer documentos.

§ 3º. – O Arquivista é responsável pelos móveis e utensílios da Sociedade, pelas chaves da porta principal, só podendo abrir por ordem do Presidente da Assembleia e do Conselho e todas as vezes que for preciso fazer o asseio da casa.

## **CAPÍTULO 6º**

### **Da Assembleia Geral.**

**Art. 29** – A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios efetivos no gozo de seus direitos.

**Art. 30** – Julgar-se-á constituída a Assembleia Geral, logo que estejam presentes vinte cinco sócios no gozo de seus direitos e no caso de urgência ou segunda reunião, com vinte sócios.

**Art. 31** – As reuniões da Assembleia, serão ordinárias, extraordinárias e solenes.

**Art. 32** – As ordinárias serão de 3 em 3 meses; as extraordinárias as que forem convocadas pelo Conselho, pela Comissão Fiscal, ou por 10 sócios no gozo de seus direitos; as solenes serão as de aniversário que será no dia 1.º de novembro, ou outra que for sua importância mereça este nome.

**Art. 33** – A Assembleia compete:

§ 1º. – Eleger no 1.º domingo depois do aniversário as Mesas da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo, e a Comissão Fiscal, em uma só lista com as declarações precisas.

§ 2º. – Resolver todas as questões sujeitas a sua deliberação, julgar os relatórios, demonstrativos e o parecer da Comissão fiscal.

§ 3º. – Tomar conhecimento do estado financeiro da Sociedade e deliberar sobre ele conforme o tempo aconselhar.

§ 4º. – Suspender ou demitir os membros do Conselho quando não cumprirem bem seus deveres.

§ 5º. – Conceder demissão ao membro do Conselho que a pedir, alegando razão justa.

§ 6º. – Suspender ou demitir o sócio que desobedecer ou maltratar algum membro do Conselho ou da Assembleia, ou qualquer outro sócio no recinto da Sociedade.

**Art. 34** – As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maiorias de votos.

**Art. 35** – Nenhuma deliberação tornar-se-á em contrária oposição a estes Estatutos, salvo se for em benefício da Sociedade.

## **CAPÍTULO 7º**

### **Das atribuições da Mesa da Assembleia Geral.**

**Art. 36** – Ao Presidente compete:

§ 1º. – Presidir a todos os trabalhos e manter a ordem nas discussões, podendo suspender as sessões e só continuá-las quando esteja restabelecido a ordem.

§ 2º. – Conceder a palavra aos sócios que o pedirem.

§ 3º. – Fazer retirar do recinto da Sociedade o sócio que depois de chamado a ordem por mais de uma vez não atender.

§ 4º. – Dar posse aos nomes eleitos 8 dias depois da eleição.

§ 5º. – Dar o seu voto de desempate sobre as matérias em discussão, e rubricar as atas das sessões.

§ 6º. – Mandar convocar a Assembleia por meio de anúncios públicos, todas as vezes que se fizer preciso ou a requerimento de 10 sócios no gozo de seus direitos e a pedido da Comissão fiscal.

**Art. 37** – Aos vice-presidentes competem:

Parágrafo único – Substituírem ao Presidente nos seus impedimentos.

**Art. 38** – Ao 1.º Secretario compete:

§ 1º. – Comunicar ao Conselho todas as deliberações da Assembleia Geral, e enviar-lhe as atas das sessões, depois de aprovadas, para serem lançadas no livro competente.

§ 2º. – Remeter os officios, requerimentos e documentos que forem apresentados à Assembleia, depois de terem resolução definitivas.

§ 3º. – Assinar todas a correspondências dirigidas ao Conselho e fazer as convocações para reunião da Assembleia quando lhe for ordenada pelo Presidente.

**Art. 39** – Ao 2º Secretário compete:

Parágrafo único – Organizar as atas das sessões, remetê-las com brevidade ao 1.º Secretario para serem dadas as providências e substituí-las nos seus impedimentos.

## **CAPÍTULO 8º**

### **Da Comissão Fiscal**

**Art. 40** – A Comissão Fiscal será composta de cinco membros que não façam parte das mesas do Conselho ou da Assembleia, e a ela compete:

§ 1º. – Fiscalizar as atas apresentadas pelo Conselho e seus documentos; e bem assim o arquivo, a escrituração, o estado financeiro da Sociedade.

§ 2º. – Fiscalizar as sessões do Conselho quando entender conveniente e pedir os esclarecimentos e documentos que julgar preciso para ver se os membros do Conselho desempenham bem os seus cargos.

§ 3º. – Fazer reunir a Assembleia Geral por intermédio do seu Presidente, para apresentar as medidas que julgar a bem da Sociedade.

§ 4º. – Apresentar nas sessões ordinárias um parecer do exame que fizerem e do estado financeiro da Sociedade.

§ 5º. – Dar parecer sobre as questões que pelo Conselho forem sujeitas ao seu juízo.

§ 6º. – Dar parecer sobre os requerimentos dos candidatos e assistir as sessões do Conselho com a diretório ao menos uma vez por mês e serão responsáveis pelo que houver.

## **CAPÍTULO 9º**

### **Dos Pensionistas e das Pensionistas.**

**Art. 41** – São pensionistas os sócios que estando no gozo de seus direitos cegarem, aleijarem ou terem qualquer outra moléstia que os impossibilite de adquirir os meios de subsistência.

**Art. 42** – São também pensionistas as mulheres dos sócios efetivos.

**Art. 43** – São igualmente pensionistas os filhos menores até 18 anos e as filhas que se conservarem solteiras, até a idade de 25 anos.

## **CAPÍTULO 10º**

### **Disposições Gerais.**

**Art. 44** – O ano social começará no dia 1.º de outubro e terminará no dia 30 de Setembro do ano seguinte, em que será fechado o balanço do ativo e passivo, que será assignado pelo Conselho.

**Art. 45** – A sessão de aniversario será no dia 1.º de novembro.

**Art. 46** – O Conselho não poderá dispender com o aniversario quantia superior a 150\$000.

**Art. 47** – O sócio que ausentar-se da capital participará ao Conselho.

**Art. 48** – Os sócios demitidos perdem o direito ao capital que tiverem na Sociedade.

**Art. 49** – Nenhuma matéria de importância será decidida numa única sessão.

**Art. 50** – Os sócios que deverem seis meses de mensalidades só terão direito a socorros 30 dias depois de estarem quites.

**Art. 51** – O sócio que estiver preso terá de pensão 15\$000 mensais; sendo condenado por mais de um ano ficará a juízo da Assembleia Geral.

**Art. 52** – Os sócios só terão direito a receber benefícios da Sociedade um ano depois de sua admissão.

**Art. 53** – Quando o sócio efetivo completar 18 anos sem interrupção com a contribuição de suas mensalidades está remido.

**Art. 54** – O candidato que quizer, ao entrar para a Sociedade, ser considerado remido, pagará de uma só vez a quantia de 200\$000.

**Art. 55** – Haverá um Servente, e um Cobrador que serão nomeados pelo Conselho, dando o Cobrador uma fiança.

**Art. 56** – Haverá tantos livros quantos o Conselho julgar necessários.

**Art. 57** – Pelo falecimento de qualquer sócio mandará o Presidente, entregar a sua família 50\$000 para seu enterro.

**Art. 58** – Haverá um cofre com 3 chaves para guarda o dinheiro destinado as despesas.

**Art. 59** – Haverá um regulamento interno para a casa de Abrigo, e um regimento interno

**Art. 60** – Todos os anos 3 dias depois do aniversário, o Conselho mandará celebrar uma missa por alma de todos os sócios falecidos no ano decorrido.

**Art. 61** – Nenhum dos membros do Diretório, e da Comissão fiscal poderão ser reeleitos por motivo algum.

**Art. 62** – Os sócios remidos terão a mesma pena que os efetivos.

**Art. 63** – Nenhum sócio poderá assistir as sessões do Conselho, salvo se for chamado pelo Conselho para alguma explicação.

**Art. 64** – Pelo falecimento de viúvas e filhos pensionistas de sócios receberão 35\$000.

**Art. 65** – O Conselho não poderá funcionar depois do aniversário.

**Art. 66** – O Tesoureiro não poderá retirar dinheiro algum do estabelecimento, sem procuração do Diretório.

**Art. 67** – O Diretório não poderá dispor dos fundos sociais sem autorização da Assembleia Geral.

**Art. 68** – Todas as obras que o Diretório tenha de fazer serão posta a concorrência, sendo de 100\$000 para cima.

**Art. 69** – Estes Estatutos só poderão ser reformulados pela Assembleia Geral cinco anos depois de sua publicação, menos o Art. 1.º, que será perpetuo e inviolável.

**Art. 69** – Ficam revogados todos os antigos Estatutos logo que estes sejam aprovados.

Estado da Bahia, e Sala das Sessões da Sociedade Protetora dos Desvalidos, 8 de Outubro de 1894.

A Comissão

### Anexo III – Sócios efetivos (1851-1899)

Nome	Cor	Idade	Estado Civil	Filhos	Profissão	Endereço	Entrada
Abílio Mendes da Conceição	Preto				Alfaiate		1892
Adão da Conceição Costa	Crioulo	36			Sapateiro	Rua dos Perdões	1886
Adolfo do Espírito Santo							
Adriano de Souza Lopes							
Afonso Domingos dos Santos	Preto	29			Pedreiro	Ladeira da Praça, Freguesia da Sé	1893
Afonso João Maria de Freitas		36	Solteiro		Pedreiro	Fonte Nova do Desterro, Freguesia de Santana	1887
Agapito Lamartine de Andrade							
Agostinho Antônio da Costa							
Agostinho Caio de Menezes	Preto	22	Solteiro		Operário da oficina de carpina do Arsenal da Marinha	Freguesia de Santo Antônio	1893
Albino Francisco Borges							
Alexandre Antônio dos Santos							
Alexandre da Cruz Silva							
Alexandre Miguel de Araújo	Preto	26	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1894
Alexandre Paulino da Costa	Preto	22	Solteiro		Cabeleireiro	Maciel de Baixo, Freguesia da Sé	1896
Alfredo Vaz de Carvalho							
Alvelino da Costa Ribeiro	Crioulo		Solteiro		Oficial de alfaiate		
Alvino Paulo do Bonfim	Preto	26	Solteiro				1891
Amâncio Benedito dos Passos					Alfaiate		1865
Amâncio Pacifico dos Anjos							
Amâncio Rodrigues Seixas							1868
Amaro da Silva Berlinque		38	Solteiro		Oficial de sapateiro		1857
Amaro Juvêncio de Aguiar	Preto	32	Solteiro		Artista	Rua do Bom Gosto, Freguesia da Vitória	1898
Ambrósio Ferreira de Santana	Preto	21			Pedreiro	Rua da Poeira, Freguesia de Santana	1894
Ambrósio Manoel Saldanha		28	Solteiro		Marceneiro	Rua da Ordem Terceira de São Francisco, nº 20	1898
Américo Barros Coelho							
Américo Cardoso de Vasconcelos	Preto	31			Alfaiate	Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1881
Ananias Antônio de Sousa		38	Solteiro		Marceneiro	Rua da Preguiça	1893
Anastácio Vicente Vianna	Preto	41	Casado		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	1896
André Avelino Alves dos Santos							
André Avelino do Carmo		27	Solteiro		Alfaiate	Rua das Portas do Carmo	1877
André Fernandes Galiza							
André José Raphael							
André Pereira da Silva	Preto	39	Solteiro		Gravador	Tororó, Rua do Moinho	1887
André Purcino do Sacramento							
André Ribeiro de Araújo	Preto	40	Solteiro		Torneiro		
André Xavier de Araújo							
Ângelo Custodio Ayres Barbosa	Preto	34	Casado	02 filhos	Pedreiro	Alto da Mesquita, Freguesia de Santana, 2º Distrito, no Tororó	1881
Ângelo da Rocha Argolo	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santana	1893

Ângelo Porfírio dos Santos de Jesus		30	Solteiro		Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1883
Anízio Almeida da Costa						
Anselmo José de Campos						
Antão Abade da Cruz						
Antônio Apolinário Dias	Preto	35	Casado	Marceneiro	Rua das Portas do Carmo, Freguesia da Sé	1894
Antônio Epifânio dos Reis		33	Casado		Cruz do Cosme, Freguesia de Santo Antônio	1898
Antônio Eustáquio de Lima						
Antônio Germano Alves de Campos		37	Solteiro	Pintor		1892
Antônio J. Boa Morte		25	Solteiro	Oficial de pedreiro		
Antônio João Nepomuceno	Preto	30	Solteiro	Pedreiro	Rua da Valla, Freguesia da Rua do Passo	1894
Antônio José Bracete		30	Solteiro	Marceneiro		1854
Antônio José do Nascimento	Preto	28	Solteiro	Torneiro	Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1893
Antônio José Pinheiro		39	Solteiro	Pedreiro		1898
Antônio Lisboa Miranda Cerqueira		33	Solteiro			1854
Antônio Luiz Alpiniano de Mello		30	Solteiro	Charuteiro	Rua do rio de São Pedro, Freguesia da Vitória	1894
Antônio Manoel de Argolo	Preto	28	Casado	Alfaiate	Portas do Carmo	1894
Antônio Moreira do Bonfim	Preto	29	Solteiro	Pedreiro	Rocinha da Lapa, Freguesia de São Pedro	1893
Antônio Nicanor de Alcântara Bispo	Preto	29	Solteiro	Latoeiro	Tororó, Freguesia de Santana	1894
Antônio Raimundo de Araújo	Preto	29	Casado	Sapateiro	Rua do Fogo, Freguesia da Penha	1894
Antônio Rodrigues da Silva						
Antônio Rodrigues da Silveira						1867
Antônio Roza do Bonfim	Preto	18		Carapina	Freguesia de Santo Antônio	1892
Arthur Manoel dos Passos	Preto	29	Casado	Carapina	Rua dos Barris, Freguesia de São Pedro	1894
Astério Argolo Pacifico						
Atanásio Rozendo do Espírito Santo	Preto	29	Solteiro	Marceneiro	Rua da Valla, Freguesia da Rua do Paço	1898
Athanasio da Cruz Lacerda						
Augusto Faustino Furtuoso da Silva						
Augusto Francisco de Araújo						1865
Augusto Francisco de Assis	Crioulo	24	Casado	Oficial de serrador		1853
Aurélio Joaquim de Santa Cecília						
Avelino Maris de Souza	Preto	35	Solteiro	Carapina		1886
Balbino de Araújo Sá Barreto			Casado			
Balbino Pedro da Silva	Preto	29	Solteiro	Carapina	Rua do Barbalho	1894
Barnabé Manoel do Sacramento						
Bartolomeu Correia	Preto	40	Casado	Pedreiro		1887
Bartolomeu Mathias Barbosa						
Bartolomeu Mathias da Silva						
Basílio Calisto de Santa Tereza						

Basílio Gomes							
Basílio Vieira de Mattos							
Bellarmino de Alcântara							
Benedito Cyriaco							
Benedito da Silva Corrêa	Crioulo	28	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Benedito Diniz dos Passos	Preto	27	Solteiro		Carapina	Rua do Cravo, Freguesia de Santana	1898
Benedito Joaquim Constantino	Preto	29	Solteiro		Calafate	Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo	1894
Benigno Antônio de Pádua							
Benjamin Leôncio da Silva	Preto	24	Solteiro		Carapina	Santo Antônio da Mouraria	1898
Bento Ignácio de Oliveira							
Bento Luiz dos Santos	Preto	30	Casado		Carapina	Itapagipe, Freguesia da Penha	1894
Bento Xavier da França		26	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1892
Benvenuto Ladislau do Sacramento	Preto	38			Marceneiro		1896
Benvenuto Pereira dos Reis	Preto	38	Solteiro		Funileiro	Rua do Passo	1893
Bernabé Manoel do Sacramento							
Bernardino João de Freitas	Preto	20	Solteiro		Pedreiro	Jacaré, Freguesia de Santo Antônio	1894
Bernardo Francisco de Matos							
Bernardo José do Nascimento							
Bibiano Soares Cupim	Preto	30	Casado			Rua de Santo Antônio da Mouraria, Freguesia de Santana	
Boaventura Francisco da Luz							
Boaventura Manoel do Espírito	Preto	39	Solteiro		Ferreiro	Rua Direita de Santo Antônio	1893
Boaventura Monção Ferreira							
Brasiliano Theodoro da Soledade	Preto	18	Solteiro		Funileiro	Rua da Valla	1893
Brasílio Antônio dos Santos	Preto	38	Solteiro		Pedreiro	Rua do Funil, Freguesia de Santo Antônio	1898
Bruno Eustáquio do Sacramento	Preto	28	Solteiro		Carapina	Rua de São José, Freguesia de Santo Antônio	1894
Caciano Marcelino da Silva	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Rua Nova de São Pedro, nº 71	1898
Caetano Coelho dos Passos		32	Solteiro		Alfaiate	Rua do Caquende	1881
Caetano de Mattos	Preto	40	Casado		Funileiro	Freguesia de São Pedro	1892
Caetano Porfirio da Silva Campos	Preto	36			Pedreiro		1887
Caetano Severiano de Jesus	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Estrada da Boiada, Freguesia de Santo Antônio	1893
Calisto Domingos da Silva	Preto	38	Solteiro		Sapateiro	Freguesia da Sé	1880
Calisto Gaudêncio de Mattos	Preto	45	Viúvo		Maquinista		1898
Camillo José do Espírito Santo	Preto	30	Solteiro		Carapina	Rua do Bispo, Freguesia da Sé	1893
Camillo Luiz de Mello							
Candido Maximiano de Jesus	Preto	29	Solteiro		Ferreiro	Rua de Santo Antônio	1893
Carlos Manoel Rozeno							
Cassiano José de Carvalho		45	Solteiro		Sapateiro	Rua do Saldanha, Freguesia da Sé	1880
Cecílio Marcolino do Carmo	Preto	22	Solteiro		Cabelereiro	Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio	1896
Celestino da Costa Lima		33	Solteiro		Funileiro	Freguesia de Santana	1883
Cesário da Silva Gomes	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1894
Cesário José da Silva	Crioulo	35	Solteiro		Oficial de carpina		
Christovão Florêncio Gomes	Preto	29	Solteiro		Consertador de Pianos	Rua dos Capitães, Freguesia da Sé	1893

Christovão Florêncio Lopes							
Christovão José Dias	Preto	39	Solteiro			Quinta das Beatas, Freguesia de Brotas	1896
Cipriano Miguel da Silva	Preto	30	Casado		Calafate	Rua do Genipapeiro, Freguesia de Santana	1894
Cipriano Noberto do Espírito Santo	Preto	22			Encadernador	Fonte do Desterro, Freguesia de Santana	1894
Cipriano Sancho Teixeira	Preto	19	Solteiro		Alfaiate		1889
Cirilo Leopoldino Maciel	Preto	40	Solteiro		Carapina	Rua da Valla, Freguesia da Rua do Passo	1898
Cirilo Marques de Oliveira	Preto	18	Solteiro		Entalhador	Rua da Mesquita, ao Tororó Grande, Freguesia de São Pedro	1894
Clarimundo Araújo Ferreira	Preto	26	Solteiro		Alfaiate	Rua dos Adobes, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1886
Claudio Alexandre de Andrade	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de São Pedro	1893
Cláudio de Paula Pinto	Preto	32	Solteiro			Estrada das Boiadas, Freguesia de Santo Antônio	1898
Cláudio José Gomes					Marceneiro		
Clemente José Francisco da Silva	Preto	32	Solteiro		Tamanqueiro	Rua do Bispo, nº 04, Freguesia da Sé	1898
Constantino Eliseu dos Anjos							
Constantino José Alves	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Jogo do Lourenço, Freguesia de Santana	1893
Constantino Nabuco	Preto	35	Casado		Pedreiro	Rua do Bispo, Freguesia da Sé	1880
Cornélio Alves de Oliveira	Preto	21	Solteiro		Carapina	Rua da Matança, Freguesia de Santo Antônio	1898
Cosme das Virgens							1864
Cosme Lourenço de Oliveira	Preto	49	Casado		Pedreiro	Rua dos Adobes, freguesia de Santo Antônio	1896
Cosme Manoel da Cruz	Preto	23	Solteiro		Pedreiro	Rua da Mangueira	1893
Cosme Victorino dos Santos	Preto	25	Solteiro		Carapina	Santo Antônio	1893
Crescentino Júlio do Nascimento	Preto	26	Solteiro		Ferreiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1893
Cypriano do Bonfim Grillo							
Cyriaco Manoel de Santana	Preto	22	Solteiro		Pedreiro	Pau Miúdo, Freguesia de Santo Antônio	1896
Cyrino Eusébio do Patrocínio							
Damáσιο Cecílio do Nascimento	Preto				Pedreiro	Rua do Tijolo, Freguesia da Sé	1896
Damáσιο da Costa Farias							
Damáσιο José da Silva							
Damião Alberto da Silva		32	Solteiro	01 filha	Pedreiro	Cais Dourado	1881
Damião Alberto da Silva Filho		32	Solteiro	02 filhas	Pedreiro	Freguesia da Sé	1883
Damião Cardoso da Costa		39	Solteiro		Oficial de carpina		
Damião Lisboa	Crioulo	41	Solteiro		Pedreiro		
Daniel Joaquim dos Santos							
Datiro José de Oliveira		39	Casado	Com filhos	Carapina	Freguesia de São Pedro	1886
Dativo de Souza Porto							
Dativo Moniz Soledade	Preto	39	Solteiro		Pedreiro	Rua D. José, Freguesia da Sé	1893
David Manoel de Seixas	Preto	28	Casado		Marceneiro	Areal de Cima, Freguesia de São Pedro	1898
Delphino Arvellos Bottas	Preto	23			Ferreiro	Tororó, Freguesia de Santana	1894
Deocleciano Domingos de Santa Izabel							1892
Deocleciano Eustáquio							
Deocleciano Eustáquio das Dores							

Desiderio Antônio Alves							
Dionísio José de Santana Bandeira		34	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de São Pedro	1880
Dionizio Alves Bispo da Costa	Preto	23	Solteiro		Carapina	Freguesia de Santana	1894
Dionizio dos Santos Ferreira	Preto	25	Solteiro		Artista	Freguesia de Santana	1894
Domingo Francisco de Assunção	Crioulo	20	Solteiro		Pedreiro		
Domingos Afonso Chaves	Preto	38	Solteiro		Ferreiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1894
Domingos Calisto							1864
Domingos das Virgens da Conceição	Crioulo	28			Oficial de marceneiro		1853
Domingos Gregório de Santana	Preto	40	Solteiro		Marceneiro	Largo do Cruzeiro, Freguesia da Sé	1896
Domingos Ignácio da Conceição							
Domingos Ignácio de Souza Menezes	Crioulo	49	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Domingos Joaquim Monteiro	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Coqueiros, Freguesia do Pilar	1894
Domingos Ramos dos Santos	Preto	28	Solteiro		Calafate	Rua dos Coqueiros, Freguesia do Pilar	1892
Donaciano Benedito da Silva							
Donato Carteadado	Preto	36	Casado		Polidor	São José, Freguesia de Santo Antônio	1896
Eduardo da Silva Nascimento	Preto	28	Casado		Carapina	Rua do Sodré	1893
Elias Luiz do Sacramento	Preto	23	Solteiro		Pedreiro	Rua do Godinho, Freguesia de Santana	1894
Eloy Aleixo Franco		38	Solteiro		Pedreiro		1893
Eloy Ferreira Lopes							
Eloy Pacifico dos Anjos			Solteiro	02 filhos	Pedreiro	Freguesia de São Pedro	1879
Eloy Rodrigues Seixas							
Elpidio de Santa Cecilia Moreira	Preto	26	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Brotas	1888
Elpidio Francisco de Assis	Preto	32			Artista	Rua das Pedreiras	1896
Emídio Maria de Santana		33	Solteiro	Com filhos	Barbeiro		1879
Emygdio Maria de Santana							
Epifânio Antônio dos Reis	Preto	26	Casado		Cavador/Calafate	Ladeira do Alvo, Freguesia de Santana	1892/1896
Epifânio Fortunato Lucas	Preto	38	Solteiro		Carapina	Freguesia de São Pedro	1896
Érico Marcos dos Santos	Preto	38	Casado			Cruzeiro de São Francisco	1896
Ermiro Batista da Silva	Preto	22	Solteiro		Ferreiro		1882
Esperidião José Martins Moura							
Estanislau Marques Gomes							1893
Estevão Felisberto do Espírito Santo	Preto		Solteiro		Marceneiro	Freguesia da Sé	1894
Estevão Júlio Vieira	Preto	26	Solteiro			Rua do Politeama, Freguesia da Vitória	1893
Estevão Machado de São Domingos							1851
Euclides Ferreira de Oliveira	Preto	29	Solteiro		Carapina	Rua do Sodré, Freguesia de São Pedro	1894
Eugenio Fernandes da Costa	Preto	38	Solteiro		Alfaiate	Largo da Saúde, Freguesia de Santana	1894
Eusebio Manoel da Boa Morte		36	Solteiro		Canteiro	Freguesia de Santana	1880
Eustáquio de Oliveira							1892
Eutropio Pedro da Silva	Preto	23			Pintor de imagens		1892

Euzébio Damião de Carvalho							
Faustiniano Fernandes de Oliveira		44	Casado		Sapateiro		1879
Faustino Frutuoso da Silva	Preto	40	Casado		Alfaiate	Freguesia da Sé	1894
Faustino Gomes da Silva	Preto	34	Solteiro		Caixeiro de escrita	Rua da Valla, Freguesia do Paço	1896
Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne					Alfaiate		
Faustino José de Santana Gomes		47	Casado	Um filho	Professor jubilado		1857
Faustino Maurício de Oliveira	Preto	30	Solteiro		Carapina	Rua dos Perdões, Freguesia de Santo Antônio	1896
Faustino Silva Araújo dos Santos							
Feliciano Amado Barata							1865
Feliciano Emigdio Bahia							
Feliciano Fernandes de Santana							
Feliciano Primo Ferreira		36	Solteiro		Oficial de pedreiro	Ladeira da Conceição da Praia	
Felipe Benicio	Crioulo	32	Solteiro		Carpinteiro	Rua dos Barbeiros, Freguesia de São Pedro	1881
Felipe José da Costa e Souza	Preto	38	Casado		Pedreiro		1887
Felipe José de Jesus Gomes	Preto	20	Solteiro		Alfaiate	Rua do Godinho, Freguesia de Santana	1894
Felipe Manoel de Jesus Gomes	Preto	20	Solteiro		Alfaiate	Rua do Alvo, Freguesia de Santana	1893
Felipe Soares de Abalgaria							
Felix Fernandes de Santana							
Felix Pereira de Souza							
Felix Pereira Lima							
Felix Sabino dos Santos		33			Sapateiro		1879
Fermianno José Ferreira		46	Solteiro		Carpina		
Firmino de Freitas		35	Solteiro		Carpina		1854
Firmino Manoel da Silva		28	Casado		Pedreiro		1855
Firmino Ramos dos Santos		45	Casado		Artista	Rua do Saldanha	1899
Flaviano Manoel da Purificação		28	Solteiro		Marceneiro	Carmo, Freguesia da Rua do Passo	1894
Florêncio da Silva Friandes	Preto	27	Solteiro		Marceneiro	Rua dos Currais, Freguesia de São Pedro	1893
Floriano Antônio de Carvalho							
Floriano Carmo do Espirito Santo							
Floriano de Santana	Preto	25	Solteiro		Pedreiro		1892
Floriano de Souza Lopes		28	Casado				1855
Fortunato Antônio Lima	Preto	22	Solteiro		Ferreiro	Freguesia do Pilar	1896
Fortunato de Andrade							
Fortunato José do Espirito Santo	Preto	21	Solteiro		Marceneiro/Carapina	Freguesia de Santana	1893
Francelino Cardozo de Vasconcelos	Preto	26			Alfaiate	Rua do Alvo, Freguesia de Santana	1887
Francisco Amaro Paraíso	Preto	36	Solteiro		Carapina	Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1882
Francisco Anastácio Cajueiro		22			Calafate	Rua da Barroquinha, Freguesia de São Pedro	1893
Francisco Anselmo da Ressureição	Preto	24	Solteiro		Oficial de sapateiro		
Francisco Antônio Geraldo							
Francisco Arsênio de Jesus	Preto	28	Casado		Calafate	Lapinha, Freguesia de Santo Antônio	1896
Francisco Bernardino Teixeira	Preto	39	Solteiro		Carpinteiro	Rua da Barroquinha, Freguesia de São Pedro	1893

Francisco das Chagas e Assis							
Francisco de Assis Silva							
Francisco de Paula e Silva	Preto	40	Solteiro		Alfaiate	Rua do Pelourinho, Freguesia da Rua do Passo	1894
Francisco de Salles		28	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Marchantes, Freguesia de Santo Antônio	1894
Francisco Diogo Ribeiro	Crioulo	25	Casado		Dourador	Freguesia da Sé	1880
Francisco dos Santos Itapagipe							
Francisco Gomes							
Francisco Jacinto Borges							
Francisco Joaquim Lopes		30	Solteiro		Pedreiro	Matatu	1894
Francisco José da Costa							
Francisco José Felix							
Francisco José Teixeira	Preto	29	Solteiro		Artista fundidor	Jogo do Carneiro, Freguesia de Santana	1898
Francisco Norberto de Salles		21	Solteiro		Carapina	Freguesia de São Pedro	1892
Francisco Paulo de Silva		39	Solteiro		Alfaiate	Rua Direita de Santo Antônio	1880
Francisco Pedro do Bonfim							
Francisco Romão de Jesus	Preto	30	Casado		Marceneiro	Rua do Jogo, Freguesia da Penha	1894
Francisco Xavier de Assis							1878
Frederico de Assunção							
Frederico do Nascimento	Preto	42			Pedreiro	Estrada 2 de Julho, Freguesia de Brotas	1898
Frederico Roque Guimarães	Crioulo	40	Solteiro		Sapateiro	Tororó, Freguesia de Santana	1892
Frutuoso Manoel de Santana Lisboa		21	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Gabriel Francisco da Cruz	Crioulo	40	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Galdino Andrade Barbosa	Preto	28	Casado		Carapina	Rua 10 de Fevereiro, Freguesia da Sé	1894
Gaudêncio Francisco da Luz Guimarães	Preto	28			Pintor		1894
Genésio Nonato de Santana	Preto	21			Carapina	Rio Vermelho, Ladeira do Papagaio, Freguesia da Vitória	1894
Geraldo José da Conceição							
Germano Luiz dos Santos		35	Solteiro		Pedreiro		1896
Germano Manoel do Espírito Santo							
Germano Teixeira		30	Solteiro		Carpina		1859
Gonçalo Manoel de Jesus	Crioulo	27	Solteiro		Sapateiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1884
Gregório Alves Moreira							
Gregório da Silva Lisboa	Preto	40			Alfaiate	Freguesia do Pilar	1881
Gregório de Andrade Gomes	Preto	30	Casado		Pedreiro	Coqueiro, Freguesia de São Pedro	1893
Gregório dos Reis Bittencourt	Preto	23	Solteiro		Carapina	Barra, Freguesia da Vitória	1896
Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão		17			Torneiro mecânico		1861
Gregório Manoel do Bonfim	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Rua Direita de Santo Antônio	1892
Gregório Marques de Mello		40	Solteiro		Pedreiro	Maciel de Cima, nº 06	
Gregório Rosa de Aguiar Leite	Preto	44	Viúvo		Carpinteiro	Travessa da Rua do Sodré, Freguesia de São Pedro	1880
Gregório Teixeira Barbosa	Preto	32	Solteiro/viúvo		Pedreiro		1887/1892

Guido dos Santos Castro		29	Solteiro		Oficial de carpina		
Guilherme Constantino Xavier		34	Solteiro		Marceneiro	Rua do Taboão	1885
Guilherme da Silva Ribeiro	Preto	30	Casado		Cabeleireiro	Rua dos Capitães, Freguesia da Sé	1896
Guilherme Escolástico de Lima	Preto	37	Solteiro		Tanoeiro	Rua da laranjeira, Freguesia da Sé	1896
Guilherme Francisco Henriques		35	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Guilherme Hermindo de Oliveira							
Guilherme Joaquim do Sacramento							
Guilherme Maciel e Souza		40	Solteiro		Carapina		1885
Heleodoro Catilina do Espírito Santo	Preto	23	Solteiro			Rua da Valla, Freguesia da Rua do Passo	1892
Henrique Eduardo	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santana	1893
Henriques Cardoso da Costa							
Herculano Francisco Moreira							
Herculano José de Souza	Preto	33	Solteiro		Carapina	Barbalho	1896
Herculano Malaquias dos Santos	Preto	29	Casado		Pedreiro	Rua da Lapinha, Freguesia da Santo Antônio	1892
Herculano Malaquias dos Santos Hermelino V. Ferreira							
Hermenegildo Guilherme Teixeira		28	Solteiro		Sapateiro	Rua da Valla, Freguesia do Passo	1879
Hermenegildo Tertuliano Martins							
Hermindo Candido da Silva	Preto	30	Casado		Pedreiro	Portas do Carmo	1894
Hilário de Santana							
Hilário Dias da Silva	Preto	29	Casado				1894
Hilário Jorge de Araújo	Preto	46	Casado		Negociante	Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio	1899
Hilário Zeferino dos Santos							
Hipólito João de Almeida	Preto	24			Cabelereiro	Rua Visconde do Rio Branco, Freguesia da Sé	1894
Holavo Amâncio da Silva	Crioulo	22			Marceneiro		
Honorato Felipe Mangabeira		30	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Honorato Navarro de Andrade							
Honorato Pedro do Bonfim	Preto	20	Solteiro		Marceneiro	Freguesia de Santana	1893
Idalino José Dias	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Travessa da Rua da Faísca	1894
Inácio da Luz Costa	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	1893
Inocência Isidoro da Costa	Preto	32	Solteiro		Pedreiro	Freguesia do Pilar	1887/1893
Inocência Thomaz de Jesus							
Irineu dos Santos	Preto	28	Solteiro		Carapina	Campo Grande, Freguesia da Vitória	1893
Isaias Ladislau da Silva	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Barris, Freguesia de São Pedro	1893
Isidoro da Penha Gonzaga							
Isidoro Domingos Bahia	Preto	40	Solteiro		Sapateiro	Rua da Misericórdia, Freguesia da Sé	1894
Ismael de Sousa Botelho	Preto	29	Casado	Com filhos	Cabeleireiro	Rua da Misericórdia, Ladeira da Praça, Freguesia da Sé	1893
Ivo Tobias do Nascimento							
Jacinto Francisco de Andrade	Preto	36	Viúvo		Marceneiro	Rua do Alvo, Freguesia de Santana	1886
Jacinto Gomes							

Jacinto Liodorio Trigueiro de Lima							1887
Jacinto Marciano Nazareth	Preto	28	Solteiro		Carapina	Rua da Assembleia, Freguesia da Sé	1893
Jacinto Maurício Ferreira	Preto	18	Solteiro		Artista	Rua do Godinho, Freguesia de Nazaré	1898
Jacinto Trigueiro de Lima	Preto	30	Casado		Pedreiro		1887
Januário Luiz de Brito	Preto	18	Solteiro		Carapina	Rua do Passo	1896
Januário Malaquias dos Santos							
Januário Ribeiro Navarro	Preto	39	Casado			Rua da Matança, Freguesia de Santo Antônio	1898
Jeronimo Domingos da Costa							
João Anastácio do Espírito Santo		37	Solteiro		Alfaiate		1854
João Antônio de Oliveira	Preto	18			Alfaiate		1894
João Antônio de Souza	Preto	39	Solteiro		Marceneiro	Rua dos Bispo, Freguesia da Sé	1893
João Batista de Mello	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Rua Padre Bento, Freguesia de Santo Antônio	1892
João Batista Ferreira dos Santos	Preto	26	Solteiro		Ferreiro	Rua da Saúde, Freguesia de Santana	1894
João Cancio Gaspar Santos							
João da Cruz Batista							
João da Cruz Brandão	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, Freguesia de Santana	1886
João da Silva Teles	Preto	40	Solteiro			Jacaré, Freguesia de Santo Antônio	1898
João de Deus Marques de Carvalho	Preto	24	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1894
João de Deus Pires Ferreira							
João de Deus Santa Rosa							
João de Oliveira Brasileiro	Crioulo	43					
João Fernandes do Sacramento	Preto	22			Funileiro		1881
João Fernandes Galiza							
João Francisco Barbosa de Oliveira		45	Solteiro		Marceneiro/Negócios	Rua do Rosário de João Pereira	1875
João Francisco Regis					Alfaiate		
João Francisco Regis de Antão							1892
João Guilherme de Anunciação	Preto	46	Solteiro		Carapina	Rua de Santa Teresa, Freguesia de São Pedro	1896
João José Francisco							
João Ladislau da Cruz		20	Solteiro		Pedreiro		
João Leôncio da Rocha Pitta							1893
João Luís de Santa Luzia		35	Solteiro		Pedreiro	Rua da Independência	1885
João Manoel de Jesus							
João Marcos da Santa Cruz	Preto	28	Solteiro		Tanoeiro	Rua das Fontes das Pedras, Freguesia de Santana	1894
João Maria das Virgens	Preto	34	Solteiro		Marceneiro	Ladeira do Alvo, Freguesia de Santana	1883
João Marinho do Espírito Santo	Preto	34	Solteiro		Pedreiro	Rua da Ladeira da Misericórdia	1894
João Marques Nunes							
João Martins Saldanha	Preto	36	Solteiro		Calafate		1896
João Pampílio Ferreira Lopes							
João Pedro de Araújo							
João Pereira dos Santos Godinho							

João Pompílio Ferreira Lopes	Preto	28	Solteiro		Carapina	Desterro, Freguesia de Santana	1894
João Porfírio da Silva Campos	Preto	37	Solteiro		Pedreiro	Rua da Poeira, Freguesia de Santana	1892
João Roberto Botelho							1864
João Rodrigues Pereira	Preto	26	Casado		Marceneiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1894
João Theodoro da Soledade		25	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Joaquim Antônio							1864
Joaquim de Santana							
Joaquim de Santana Gomes Ferrão	Crioulo		Solteiro		Torneiro mecânico		1852
Joaquim Francisco							
Joaquim José Teixeira							
Joaquim Rodrigues de Santana							
Joaquim Thomaz da Silva	Preto	25	Solteiro				1890
Jorge Manoel Ivo	Preto	23	Solteiro		Carapina	Rua da Valla, Freguesia de Santana	1894
Jorge Rodrigues da Costa							1890
José Alves Teixeira		28	Solteiro		Cabeleireiro	Rua da Valla, Freguesia de Santana	1893
José Antônio Amâncio de Souza	Preto	23	Solteiro		Carapina		1896
José Antônio da Costa							
José Antônio da Cruz							
José Antônio da Silva	Crioulo	48	Casado				1855
José Antônio Ferreira da Silva	Crioulo	36	Casado		Oficial de barbeiro		1865
José Antônio Xavier de Jesus							
José Atanásio							
José Augusto Trigueiro de Lima	Preto	26	Solteiro		Pedreiro	Taboão, Freguesia do Paço	1879
José Caetano Correa de Oliveira		46	Solteiro		Carpinteiro		
José Cyrillo do Sacramento	Preto	28	Solteiro		Carapina	Largo da Graça, Freguesia da Vitória	1894
José de Santana	Crioulo	39	Solteiro		Oficial de marceneiro		
José Emídio Gregório de Santana		43	Solteiro		Carapina	Tororó	1894
José Faustino Telles		28	Solteiro		Oficial de carpina	07/1853	
José Fernandes Galiza		32	Solteiro		Pedreiro	Matatu, Freguesia de Brotas	1898
José Francisco dos Santos	Preto	33	Solteiro		Carapina	Rua 10 de Fevereiro, Freguesia da Sé	1894
José Joaquim de Santana	Crioulo	36	Solteiro		Marceneiro		1859
José Joaquim de Santana Cezymbra							
José M. Rodrigues							
José Maria da Rocha e Argolo	Preto	40	Casado			Rua Dom Carlos, Freguesia de Santana	1893
José Maria da Silveira							
José Maria dos Santos Pereira							
José Miguel dos Anjos							
José Pedro da Silva Paraguassu							
José Pedro do Sacramento	Crioulo	44	Solteiro		Carpinteiro		1858
José Rodrigues da Silva	Preto	21	Solteiro		Ferreiro	Freguesia de Santana	1899
José Rodrigues de Santana							
José Rodrigues Vianna							

José Rosário Senna		28	Solteiro		Marceneiro		1877
José Soares Cupim Jr.		29	Solteiro		Sapateiro		
José Theodoro do Nascimento		28			Marceneiro		1857
José Vicente Braulino							
José Vicente dos Santos							1892
José Victor das Dores	Preto	28	Solteiro		Calafate	Rua das Hortas, Freguesia de São Pedro	1894
José Victorino							
José Victorino Moreira		39	Solteiro		Pedreiro		1853
José Vieira dos Santos							
José Xavier de Jesus							
José Xavier Rodrigues							
Júlio Alexandre Carneiro	Preto	23	Solteiro		Desenhista	Rua da Mouraria	1893
Júlio Alves da Palma							
Júlio Alves da Rocha							
Júlio Antônio Mendes	Preto	28	Solteiro		Alfaiate	Garcia	1896
Júlio Capitolino da Boa Morte		25	Casado	Com filhos	Carapina		1890
Júlio Teodoro da Ressurreição	Preto	27	Casado		Sapateiro	Freguesia da Sé	1894
Júlio Vieira de Bittencourt	Preto	25	Solteiro		Torneiro	Ladeira da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1893
Justiniano Lourenço Pinheiro	Preto	26	Solteiro		Carapina	Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé	1896
Justino Constantino Bastos		30	Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, Freguesia de Nazaré	1898
Justino Fernandes de Santana							1864
Justino Ferreira de Santana		29	Casado		Latoeiro		
Justino Florêncio Brandão							
Justino Florêncio de Souza	Crioulo	35	Solteiro	Um filho	Vive de negócio		1880
Justino José Laudelino	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Beco dos Calafates, Freguesia da Conceição da Praia	1893
Juvêncio Emídio							1876
Juvino Daniel da Silva	Preto	31	Solteiro		Marceneiro	Rua da Oração	1888
Ladislau de Santana	Crioulo	21	Solteiro		Oficial de carpina		
Laudelino Alves de Oliveira Rocha	Preto	29	Solteiro		Carapina	Rua Direita do Colégio, Freguesia da Sé	1893
Laurindo Francisco de Sales		36	Casado		Professor público		1887
Lauro Florêncio de Andrade	Preto	25	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Penha	1892
Leocadio Constantino de Azevedo	Preto	30			Marceneiro		1886
Leocadio Manoel dos Santos							
Leôncio Pedro da Silva	Preto	18	Solteiro		Funileiro		1892
Leopoldino Sérgio de Araújo		37	Casado		Oficial de pedreiro		1854
Levinio José Ignácio							
Liberato Manoel Paulino de Oliveira	Preto	30			Pedreiro		1887
Lourenço Bento Gomes	Preto	18	Solteiro		Carapina	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1893
Lourenço Justiniano de Carvalho	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	1893
Lourenço Machado de Menezes							

Lourenço Manoel Farias	Preto	21	Solteiro		Pedreiro		1893
Lucas Geraldo das Mercês		20	Solteiro		Carpinteiro		
Luciano da Silva Serra	Preto	30	Viúvo	01 filha	Carapina	Rua da Lama, Freguesia da Sé	1882
Lúcio Bento de Sousa							
Ludugero João da Silva							
Luís Antônio da Cruz		26	Solteiro		Pedreiro		1886
Luís da Boa Morte		46		Com filho	Pedreiro	Rua do Mosquito	1881
Luís da França Lopes	Preto	26			Carapina	Rio Vermelho, Freguesia da Vitória	1894
Luís Gonzaga da Conceição	Preto	29			Carapina	Rua de São Miguel, Freguesia da Sé	1894
Luiz Afonso dos Santos	Preto	19	Solteiro		Sapateiro	Rua da Fonte do Desterro, Freguesia de Santana	1892
Luiz Antônio Gonzaga	Preto	29	Solteiro		Carapina	Rua da Poeira	1893
Luiz da Silva Lopes	Preto	46	Casado		Cabeleireiro	Rua da Poeira, Freguesia de Santana	1886
Luiz França Alves							
Luiz Pereira de Oliveira							
Macário Antônio de Oliveira	Preto	39	Solteiro		Pedreiro	Rua do Bispo, Freguesia da Sé	1893
Macário Bernardo Moreira	Preto	38	Casado		Marceneiro	Freguesia do Pilar	1899
Malaquias Permínio Leite		30	Solteiro		Professor público	Rua da Ajuda, Freguesia da Sé	1880
Mamedio da Costa							
Manoel Afonso Tavares		33	Solteiro		Artista	Calçada do Bonfim, Freguesia dos Mares	1894
Manoel Amaro da Silva							
Manoel Anastácio Cajueiro		20	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Manoel Ângelo da Silva							
Manoel Antônio Dias	Preto	38	Casado		Carpinteiro	Freguesia de Santana	1893
Manoel Antônio do Espírito Santo	Crioulo		Casado		Oficial de sapateiro		
Manoel Bernardino da Costa Farias							1890
Manoel Caetano							
Manoel Cláudio	Crioulo	47	Solteiro		Sapateiro		1855
Manoel Cosme da Porciúncula		30	Casado		Alfaiate	Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1885
Manoel da Boa Ventura	Preto	34	Solteiro		Carpina		1898
Manoel da Hora do Nascimento	Preto	29			Sapateiro	Rua das Mercês,	1896
Manoel de Jesus Moreira	Preto	42	Solteiro		Carapina	Rua de Santo Antônio	1898
Manoel de Souza Guimarães	Preto	29			Chapeleiro	Rua do Jogo do Lourenço, Freguesia de Santana	1886
Manoel Deocleciano da Conceição	Preto	22	Solteiro		Carpina	Ladeira das Hortas	1893
Manoel Dionísio da Paixão	Preto	29	Solteiro		Torneiro	Rua do Alvo, Freguesia de Santana	1893
Manoel do Bonfim de Jesus		23	Solteiro		Pedreiro	Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé	1894
Manoel do Bonfim Mello	Preto		Casado		Pedreiro	Ladeira da Fonte das Pedras, Freguesia de Santana	1894
Manoel do Bonfim Navarro							
Manoel do Nascimento de Jesus							
Manoel dos Passos	Preto		Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Brotas	1898
Manoel Eloy da Paixão	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Rua da Independência, Freguesia de Santana	1894
Manoel Eloy da Silva							

Manoel Euzébio A. de Faria		25	Solteiro		Oficial de alfaiate		
Manoel Ferreira dos Santos	Crioulo	34	Casado		Pedreiro		1885
Manoel Ferreira dos Santos	Crioulo	23	Solteiro		Oficial de fazer carros		1892
Manoel Francisco do Carmo							
Manoel Francisco dos Santos		25			Pedreiro		1857
Manoel Friandes da Silva		40	Solteiro		Pedreiro	Beco das Hóstias, Freguesia de Santana	1875
Manoel Gomes de Oliveira		34	Viúvo		Oficial de carpina		
Manoel Gregório da Paixão	Preto	24	Casado		Carapina	Freguesia de Santana	1893 e 1894
Manoel Gregório do Sacramento	Preto	20	Solteiro		Operário Sirigueiro	Quinta das Beatas	1898
Manoel Isidoro dos Reis Pires	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Brotas	1894
Manoel José Coelho							
Manoel José da Cunha	Preto	28	Casado		Carapina	Rua Direita de Santo Antônio	1894
Manoel José de Etra							
Manoel José do Nascimento							1864
Manoel José Faustino da Costa							
Manoel Leonardo Fernandes			Solteiro		Marceneiro		
Manoel Luiz Gonzaga Martins	Preto	23	Solteiro				1881
Manoel Marques da Cruz	Preto	30	Solteiro		Calafate	Taboão, Freguesia da Rua do Passo	1893
Manoel Olavo dos Anjos		35	Casado		Cabeleireiro		1879
Manoel Paraence	Preto	36	Solteiro		Tamanqueiro	Gravatá, Freguesia de Santana	1898
Manoel Patrício de Freitas	Preto	27	Solteiro		Carapina	Rua da Poeira	1896
Manoel Pedro da Rocha	Preto	27	Solteiro		Carapina	Rua Direita de Santo Antônio	1893
Manoel Pedro de Mello							
Manoel Pereira do Lago		50	Casado		Pedreiro		1853
Manoel Presciliano Camilo da Costa Cardoso	Preto	36	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1894
Manoel Raymundo Querino	Preto	26/40	Solteiro/casado		Pintor	Morou na Freguesia da Sé e depois morou na Cidade de Palha, Freguesia de Santo Antônio.	1877/1894
Manoel Romão da Silva		25	Solteiro		Carapina		1882
Manoel Roque da Boa Morte		40	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Manoel Salustiano Severiano Gomes		41	Viúvo		Oficial de marceneiro		
Manoel Servolo do Nascimento							
Manoel Valentim do Nascimento	Preto/ Crioulo	29	Solteiro		Oficial de pedreiro		1899
Marcelino Braulino Dias de Moura	Preto	25	Solteiro		Artista ferreiro	Rua do Godinho, Freguesia de Santana	1898
Marcelino Ferreira dos Santos		38	Casado		Oficial de alfaiate		
Marcelino Joaquim Paranhos		26	Casado		Oficial de sapateiro		1854
Marcelo da Silva Telles							
Marcelo dos Santos Lima							
Marcolino José Dias		40	Casado	Um filho	Alfaiate/Funcionário Público	Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé	1875
Marcolino Manoel de Andrede							
Marcos Alves de Oliveira							

Marcos Barbosa de Santana	Preto	32	Casado		Carapina/Saveirista	Rua da Lapa	1887
Marcos José do Rosário		30	Solteiro		Pedreiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1894
Marcos José Paulo do Bonfim	Preto	44	Viúvo	Dois filhos	Vive de negócios		1880
Mariano Antônio do Bonfim	Preto	38	Casado		Pintor	Freguesia de Santana	1893
Martiliano da Silva Araújo	Crioulo	30	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Martinho Alves da Cruz							
Martinho Antônio da Cruz	Preto	22	Solteiro		Torneiro	Ladeira da Conceição da Praia	1893
Martinho Francisco da Conceição		41	Viúvo		Pedreiro	Rua do Alvo, Freguesia de Santana	1892
Martiniano Tomé da Purificação		25	Solteiro		Alfaiate		1877
Matheus Agostinho da Silva	Preto	28	Solteiro		Ferreiro	Rua do Xixi, Freguesia do Pilar	1894
Matheus da Cruz		39	Casado		Artista	Freguesia de Brotas	1891
Matheus Paulino Castro de Oliveira		28	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	1894
Mathias Joaquim do Nascimento							
Mathias Luís de Araújo	Preto	47	Solteiro		Carapina	Tororó, em um local denominado Mesquita, Freguesia de São Pedro	1898
Matias Joaquim do Nascimento	Crioulo	23	Solteiro		Oficial de pedreiro		1858
Maurício Inocêncio das Chagas							
Maximiano Bernardo do Espírito Santo							
Maximiano José do Sacramento	Preto	29	Solteiro		Carapina	Freguesia da Sé	1894
Miguel Anselmo da Cruz	Preto	40	Solteiro		Alfaiate	Porto do Bonfim	1881
Miguel Arcaño de Queiros	Preto	33	Viúvo	01 filho	Alfaiate	Rua da Laranjeira, Freguesia da Sé	1879
Miguel Arcaño Lopes		28	Solteiro		Charuteiro	Rua dos Zuavos, Freguesia de Santana	1894
Miguel Casemiro dos Anjos							
Miguel Moreira de Carvalho		40	Viúvo		Professor		1875
Militão Alberto Setuba							
Militão de Jesus Pires		40	Casado		Oficial de carpina		
Miquelino d' Assumpção Bahia		37	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Miquelino da Conceição Bahia							
Narciso Domingos de Santa Isabel	Crioulo				Marceneiro		1852
Nicolau da Paz	Preto	42	Solteiro		Pedreiro	Lapinha	1898
Nicolau da Silveira		25	Casado		Pedreiro		1859
Nicolau Tolentino do Bonfim							
Norberto Gomes da Virgem		30	Solteiro		Carpinteiro		1857
Olavo Amâncio da Silva							
Olavo de Santana		21	Solteiro		Oficial de marceneiro		
Olavo Teixeira Serafim		32	Solteiro		Pedreiro	Rua do Rosário de João Pereira, Freguesia de São Pedro	1879
Pantaleão Ferreira dos Santos	Preto	24	Solteiro		Pedreiro	Rua das Sete Portas, Freguesia de Santo Antônio	1894
Pantaleão João de Freitas	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Rua do Jacaré, Freguesia de Santo Antônio	1893
Pantaleão Lopes Villas Boas							
Pantaleão Valentim							

Pasctor Elpidio do Nascimento	Preto	29	Solteiro		Marceneiro	Freguesia de Nazaré	1898
Patrício de Amorim Camponês	Preto	40	Solteiro		Carpina/Sapateiro	Ladeira dos Barris	1881
Paulino Antero Batista	Preto	24	Casado		Carapina	Freguesia de São Pedro	1894
Paulino Delfim da Purificação		34	Solteiro		Cozinheiro	Rua do Canella, Freguesia da Vitória	1880
Paulino Delfino da Purificação	Preto	26	Solteiro		Sapateiro		1882
Paulino Rodrigues da Silva	Preto	23	Casado		Marceneiro	Rua do Pau da Bandeira, Freguesia da Sé	1892
Paulo Emídio de Jesus	Preto	36/46	Casado/Viúvo	Com filhos		Rua da Valla, Freguesia do Paço	1887/1896
Paulo Pereira dos Santos	Preto		Casado		Alfaiate	Rua Direita de Santo Antônio	1894
Pedro Advincula Bittencourt							
Pedro Alves dos Santos							
Pedro Augusto da Silva		48	Viúvo		Pedreiro	Freguesia da Rua do Passo	1886
Pedro Celestino da Silva		40	Solteiro		Artista	Rua do Bangala, Freguesia de Santana	1896
Pedro Cidrono da Penha		38	Solteiro		Pedreiro	Freguesia dos Mares	1875
Pedro da Silva Falcão	Preto	26	Solteiro		Carapina	Rua da Lapa, Freguesia de Santana	1892
Pedro de Alcântara dos Santos e Almeida	Preto	48	Casado		Funileiro	Rua da Bangala, Freguesia de Santana	1896
Pedro de Souza Ribeiro							
Pedro Felisberto do Espírito Santo	Preto	30	Solteiro		Sapateiro	Rua da Fonte das Pedras	1893
Pedro Francisco da Luz							
Pedro Garcia de Salles	Preto	29	Casado	03 filhos	Pedreiro		1887
Pedro Hernandes <sup>1</sup>	Preto	46	Solteiro	01 filho	Charuteiro	Rua Dois de Julho, Freguesia da Penha	1894
Pedro Jorge de Oliveira							
Pedro Manoel José Faustino							
Pedro Olympio de Assumpção Marinho	Preto	29	Solteiro		Artista	Rua do Godinho, Freguesia de Nazaré	1898
Pedro Pereira Lopes							
Pedro Ribeiro		49	Solteiro		Oficial de carpina		
Pedro Ribeiro de Figueiredo							
Pergentino Henriques de Paiva	Preto	23	Solteiro		Tipografo	Rua da Fonte Nova de São Miguel	1896
Petronillo Amaro Lima Gomes	Preto	28			Marceneiro	Taboão, Freguesia da Rua do Passo	1894
Plácido da Conceição Costa	Preto	20	Solteiro		Professor primário	Rua do Barbalho, Freguesia de Santo Antônio	1894
Plácido José da Boa Morte	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	1893
Policarpo Augusto de Carvalho	Preto	40	Solteiro		Ferrador	Rua da Valla	1887
Pompeu Eduviges da Piedade							
Pompeu João de Freitas	Preto	48	Solteiro		Alfaiate	Calçada do Bonfim, Freguesia dos Mares	1894
Presciano Praxedes Lopes	Preto	29	Solteiro		Charuteiro	Tororó, Freguesia de Santana	1893
Procópio Albino dos Santos							
Quintiliano Batista Barbosa	Preto	39	Solteiro		Carapina	Areal de Baixo, Freguesia de São Pedro	1887
Quintino de Costa		46	Solteiro	01 filha	Pedreiro	Freguesia de São Pedro	1883
Quintino Thomas Florêncio							

<sup>1</sup> Natural de Santiago de Cuba e naturalizado brasileiro.

Raimundo Érico de Miranda	Preto	27	Solteiro		Carapina		1892
Raimundo Felipe de Oliveira			Solteiro		Marceneiro		1878
Raimundo Nonato da Silva	Preto	39	Viúvo		Sapateiro		1886
Raimundo Nonato Espinola			Solteiro		Carapina	Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1881
Raphael Arcanjo Ladislau da Cruz		20			Ferreiro	Rua do Godinho	1898
Regiliano Mathias da Silva							
Reginaldo Cesar da Silva Luiz Miranda		26			Funileiro	Ladeira do Gravatá, Freguesia de Santana	1880
Ricardo Américo Cardoso	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Perdões, Freguesia de Santo Antônio	1894
Ricardo José Hygino							1869
Ricardo Manoel de Santana	Preto	35	Viúvo		Tanoeiro	Rua dos Capitães, nº 59, Freguesia da Sé	1894
Ricardo Martins Ferreira			Solteiro	01 filha	Alfaiate	Rua do Alvo, Freguesia de Santana.	
Rodolfo Juvêncio Fiel		21	Solteiro		Artista	Calçada do Bonfim	1894
Rodrigo da Costa Lima	Preto	28	Casado	01 filho	Carapina	Ladeira da Praça	1880
Romão Alves de Souza		40	Casado	03 filhos	Alfaiate		1879
Roque Duarte de Souza	Preto	21	Solteiro		Funileiro	Calçada, Freguesia dos Mares	1893
Rozendo Roque Muniz	Preto		Casado		Carapina	Rua do Genipapo	1896
Rumão da Hora Silva e Maciel		30	Solteiro		Oficial de pedreiro		1859
Sabino José dos Santos Filho		19	Solteiro		Marceneiro		
Sabino Roberto da Fonseca	Preto	29	Solteiro		Pedreiro	Arsenal de Guerra, Freguesia do Pilar	1896
Salustiano Antônio Alves							
Salustiano do Bonfim	Preto	30	Solteiro		Sapateiro	Freguesia de Santana	1893
Salustiano Ferreira Lopes	Preto	37			Torneiro	Rua da Valla	1886
Salustiano Guilherme dos Santos		27	Solteiro		Carapina	Ladeira da Barra	1894
Samuel Alfredo de Castro	Preto	38	Casado		Carapina	Rua do Jogo do Carneiro, Freguesia de Nazaré	1899
Samuel Florêncio dos Passos		34	Solteiro		Professor público	Freguesia da Penha	1880
Saturnino Colleto							
Saturnino Ferreira Gama	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Matatu, Freguesia de Brotas	1898
Saturnino Francisco da Rocha	Preto	40	Solteiro	06 filhos	Carapina		1887
Saturnino Francisco da Silveira		40	Casado		Marceneiro	Rua da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia	1894
Saturnino Joaquim da Cunha Menezes							
Saturnino Rodrigues da Silveira							
Sebastião Antônio do Nascimento Suzano	Preto	44	Solteiro		Pedreiro		1886
Sebastião Cândido de Oliveira	Preto	39	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Marchantes, Freguesia da Rua do Passo	1896
Sebastião Correia Alves		27	Solteiro		Cabouqueiro		1857
Seberino Alves de Abreu							
Senhorinho Soter de Vasconcelos		29			Alfaiate	Rua do Caquende	1881
Severiano Carlos Ferreira	Preto	35			Pedreiro	Rua dos Marchantes, Freguesia de Santo Antônio	1887
Severiano Manoel de Aleluia	Preto	37	Solteiro		Alfaiate	Rua da Lapinha, nº 28, Freguesia de Santo Antônio	1898
Severiano Pedro da Silva					Funileiro		
Severino Alves de Abreu	Preto	28			Pedreiro	Freguesia da Sé	1894

Silvério Antônio de Carvalho	Preto	34	Casado			Rua Nova do Queimado	1892
Silvestre Antônio de Oliveira							
Silvestre dos Santos Lima	Preto	28	Solteiro		Pedreiro	Rua do Forte de São Pedro, Freguesia da Vitória	1894
Silvino José Ignácio		30	Casado	01 filho		Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1880
Silvino Manoel do Sacramento							
Silvino Thomé da Silva	Preto	30	Casado		Carapina	Rua do Godinho, Freguesia de Santana	1893
Simão Alves da Silva							
Simeão Estelita dos Reis							
Simeão Zeferino dos Reis		32	Solteiro		Alfaiate	Periperi	1898
Simplício Luiz dos Santos							
Sivino da Conceição	Preto	46	Viúvo		Pedreiro	Rua do Alvo	1896
Telles da Gama		46	Solteiro		Oficial de carpinteiro		
Teófilo Francisco Brandão		34	Casado		Carapina	Rua do Ferrão, Freguesia da Sé	1898
Teófilo Lacerda dos Anjos	Preto	23	Solteiro		Carapina	Rua Carlos Gomes, Freguesia de São Pedro	1896
Teotônio Simeão Procópio	Preto	27	Casado		Ourives	Rua do Colégio, Freguesia da Sé	1892
Terencio Aranha Dantas							
Tertuliano José Monteiro		25	Casado		Carapina		1879
Theodoro Antônio dos Reis	Preto	26	Solteiro		Carpinteiro	Freguesia de Santana	1893
Theodoro Estanislau Marques Gomes	Preto	30	Casado		Pedreiro	Rua do Godinho, Freguesia de Santana	1893
Theodoro José da Silva							
Theofilo da Silva Ribeiro							1864
Thomas de Santana e Oliveira							
Thomaz Carmo do Espírito Santo							
Thomaz de Santana de Oliveira	Crioulo	29	Solteiro		Oficial de pedreiro		
Thomaz de Villa Nova Almeida	Preto	40	Solteiro			Rua do Alvo	1896
Thomaz do Nascimento Copafba		33	Solteiro		Alfaiate	Rua da Jaqueira, Freguesia de Santana	1881
Thomaz Paulo Cantuaria							
Thomé Alves de Lima	Preto	40	Solteiro		Pedreiro	Baixa do Barbalho, Subida do Jacaré, Freguesia de Santo Antônio	1896
Thomé Temístocles da Enunção							
Tibério Porcino da Costa							
Tibúrcio Júlio Vieira	Preto	22	Solteiro		Pedreiro	Politeama, Freguesia da Vitória	1899
Tintino Silva Araújo dos Santos	Preto	30	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	1893
Tito de Araújo Rosa	Preto	36	Casado		Artista	Freguesia da Rua do Passo	1896
Tito dos Santos Recife							
Tobias Eustáquio dos Santos							
Trajano de Souza Gouveia	Preto	48			Sapateiro	Cais Dourado, Freguesia do Pilar	1899
Ulisses Estanislau da Silva	Preto	26	Casado		Cabeleireiro	Tororó, Freguesia de Santana	1898
Valeriano Ferreira Cardozo	Preto	25	Solteiro		Tanoeiro	Jenipapeiro, Freguesia de Santana	1896
Venceslau Telles da Silva	Preto	48	Casado			Matatu, Freguesia de Brotas	1898
Verissimo José de Souza Bonfim							
Vicente Bispo Teixeira	Preto	34	Solteiro		Pedreiro	Rua Luiz Gama, Freguesia de Santana	1894
Vicente da Costa França	Preto	29	Solteiro		Funileiro	Freguesia do Passo	1893

Vicente Ferreira Moreira	Preto	30	Solteiro		Alfaiate	Rua do Colégio, Freguesia da Sé	1892
Vicente Torquato dos Santos	Preto	29	Solteiro		Pintor		1892
Victor Francisco das Chagas							
Victorino José dos Réis	Preto	26	Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, Freguesia de Santana	1893
Virgílio da Silva Ribeiro	Preto	23	Solteiro		Carapina	Freguesia de Brotas	1896
Vitoriano Manoel do Sacramento							
Xavier Fernandes Galiza		18			Cabeleireiro		1892
Zacarias Joaquim Guimarães	Preto	23	Casado		Carapina	Rua do Passo	1898
Zeferino Manoel Martins	Preto	30	Solteiro		Carapina		1894

Fonte: ASPD, atas, pedidos de inscrição e listas de sócios entre 1851 a 1899.

## Anexo IV – Sócios protetores

Nome	Atividade	Data de matrícula
Albino Henriques da Silva (1832-1878)	Tipografo, membro da Comissão Fiscal da Associação Tipográfica Baiana (1871) e administrou o jornal Diário da Bahia (1864-1878).	
Alexandre Herculano Ladislau	Jornalista ligado ao Diário da Bahia e deputado provincial.	
Álvaro Tibério de Moncorvo Lima (1815-1865)	Foi inspetor da tesouraria da província da Bahia, presidente e deputado, durante a vigência do gabinete conservador.	01/06/1851
Amaro de Lelis Piedade	Farmacêutico jornalista e deputado. Abolicionista ligado à Sociedade Libertadora Bahiana.	
Ambrósio Leitão da Cunha	Foi deputado, senador e presidente da Província.	13/01/1867
Américo de Souza Gomes	Deputado provincial.	10/10/1854
Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (1850-1903)	Abolicionista, Chefe de Polícia, presidente da Província de Sergipe, deputado e Ministro do Supremo Tribunal.	
Ângelo Moniz da Silva Ferraz	Também conhecido como Barão de Uruguaiana. Foi juiz, deputado, senador, ministro e presidente da província.	1863
Antônio Bahia da Silva Araújo (1845-1916)	Professor, jornalista, deputado e membro do Partido Liberal.	
Antônio Cândido da Cruz Machado (1820-1905)	Mais conhecido como Visconde de Serro Frio. Foi presidente da Província da Bahia, conselheiro do imperador, senador e membro do Político Conservador.	
Antônio Carneiro da Rocha	Foi deputado provincial, ministro, intendente municipal e abolicionista, ligado a Sociedade Libertadora Sete de Setembro.	
Antônio Coelho de Sá e Albuquerque		
Antônio da Costa Pinto	Desembargador, Juiz, Presidente da Província e Ministro do Supremo Tribunal da Justiça	06/05/1860
Antônio de Araújo Aragão Bulcão (1833-1895)	Foi terceiro barão de São Francisco. Foi presidente da província de Sergipe e da Bahia.	
Antônio de Araújo Bastos		
Antônio Dias Coelho	Mais conhecido como Barão de Estância. Foi Juiz e Senador.	02/10/1862
Antônio Euzébio Gonçalves de Almeida		
Antônio Joaquim da Silva Gomes (1806-1872)	Foi desembargador e presidente das províncias de Goiás e da Bahia.	02/03/1864
Antônio Joaquim das Mercês	Desembargador	04/05/1851
Antônio Joaquim Gomes Junior		
Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1841-1915)	Primeiro e único barão de Vila Viçosa. Jurista, escritor, deputado e musicista.	
Antônio José Correia Machado	Arquiteto da Província da Bahia	1863
Antônio Lazaro de Oliveira Leitão	Tenente	02/06/1867
Antônio Policarpo Araponga		
Antônio Vieira de Faria Rocha		
Aristides Augusto César Espínola Zama (1837-1906)	Médico, deputado e membro do Partido Liberal. Fundou e dirigiu o Pequeno Jornal.	
Aristides Novis		
Arsênio Rodrigues Seixas		06/03/1864
Arthur César Dias		
Arthur César Rios (1846-1906)	Médico, deputado senador e membro do Partido Conservador.	
Augusto Álvares Guimarães	Jornalista, abolicionista, vice-presidente da província da Bahia.	
Augusto de Araújo Santos		
Augusto Sérvulo de Aguiar Cardoso		02/06/1867
Aureliano de Souza Brito		
Aurélio Ferreira Espinheira		
Bernardino Ferreira Pires	Delegado	04/05/1851

Carlos Luiz de Amour (1837-1921)	Foi bispo, arcebispo, cônego, monsenhor e vigário de Cuiabá.	
Domingos Souza Requião		
Domingues José Gonçalves Ponce de Leão	Desembargador	20/08/1860
Emídio Joaquim dos Santos	Advogado e Senador.	
Eureliano de Souza		
Evaristo Ladislau e Silva		
Francisco Antônio Ribeiro	Deputado Geral	10/10/1854
Francisco Barbosa de Araújo	Professor	07/08/1853
Francisco Ezequiel Meira	Subdelegado e Juiz de Paz da Freguesia da Conceição da Praia	10/07/1851
Francisco Gonçalves Martins	Mais conhecido como Barão de São Lourenço. Foi Conselheiro, Juiz, Chefe de Polícia e Presidente da Província	02/03/1851
Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	Barão de Homem de Melo. Escritor, professor, advogado, cartógrafo, presidente da província da Bahia e membro do Partido Liberal.	1878
Francisco João Fernandes	Deputado Provincial	
Francisco José Godinho	Presidente da Caixa Comercial da Bahia, Traficante de Escravos	10/10/1854
Francisco Liberato de Mattos	Chefe de polícia	24/10/1856
Francisco Moniz Barreto (1804-1868)	Foi um importante poeta baiano.	02/10/1859
Francisco Pereira Sebrão de Almeida	Médico e proprietário do Colégio São João	04/05/1851
Francisco Rodrigues da Silva		
Francisco Xavier Paes Barreto	Presidente da Província	09/12/1858
Garcia Dias Pires de Carvalho	Filho de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão e visconde da Torre de Garcia D'Ávila.	
Henrique Pereira de Lucena	Barão de Lucena. Presidente da província da Bahia, ministro de Estado, desembargador, juiz do Supremo Tribunal Federal e deputado.	1878
Herculano Ferreira Pena	Foi Senador, Conselheiro e Presidente da Província.	02/10/1859
Honorário Antônio Ferreira de Barros		
Horácio Cezar		
Ignácio de Amorim Antuterpio		
Inocência Marques de Araújo Góes (1811-1897)	Barão de Araújo Góis. Advogado, deputado, desembargador, ministro e membro da Sociedade Libertadora Sete de Setembro.	10/10/1854
Jeronimo Sodrê Pereira (1831-1901)	Professor, deputado, presidente da Província de Sergipe, abolicionista, ligado a Sociedade Abolicionista Dois de Julho, e membro do Partido Liberal.	27/10/1867
João Alves Carrilho		
João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1822-1903)	Deputado, presidente das províncias do Ceará, Bahia, Minas Gerais e Pará e membro do Partido Conservador.	
João Augusto Neiva (1847-1923)	Deputado, jornalista e administrador do Teatro São João. Chegou a sócio benemérito da SPD.	
João Carvalho		
João Ferreira de Araújo Pinho (1851-1917)	Deputado e presidente da província de Sergipe, filiado ao Partido Conservador.	
João Francisco de Araújo		
João Joaquim da Silva	Desembargador da Relação da Bahia	05/06/1853
João José de Oliveira Junqueira Jr.	Advogado, deputado e senador, filiado ao Partido Conservador.	20/08/1865
João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (1810-1906)	Visconde de Sinimbu. Foi primeiro ministro do Brasil, presidente das províncias de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul. E membro do Partido Liberal.	12/10/1856
João Lustosa da Cunha Paranaguá		
João Manoel Fernandes Ramo		31/08/1851
João Mauricio Wanderlei (1815-1889)	Barão de Cotegipe. Deputado, senador, presidente da província da Bahia, ministro da Marinha, da Fazenda e dos Estrangeiros e presidiu o gabinete conservador.	01/10/1854
Joaquim Antão Fernandes Leão	Juiz, Presidente da Província e Ministro.	02/02/1862
Joaquim Antônio da Silva Carvalhal	Comandante superior reformado da Guarda Nacional, empregado aposentado da alfândega, membro do Partido Liberal e abolicionista.	1863

Joaquim Antônio Martinho	Professor	31/08/1851
Joaquim da Silva Carvalho		
Joaquim Elísio Pereira Marinho		
Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos	Presidente da Província da Bahia, Presidente do Tribunal da Relação.	10/07/1851
Joaquim Manoel Rodrigues Lima (1845-1903)	Médico, deputado, senador, governador e membro do Partido Liberal.	
José Antônio da Rocha Viana		
José Basílio Justiniano da Rocha (1875-1943)	Médico e político em Rio de Contas. Fundou o importante Club Rio Contense. Chegou também a sócio benemérito da SPD.	
José Bonifácio Nascentes de Azambuja	Presidente da Província	15/09/1867
José Joaquim Coelho	Marechal Comandante das Armas	10/10/1854
José Joaquim Rodrigues Lopes	Comandante das Armas	06/08/1865
José Luís de Almeida Couto (1833-1895)	Médico, deputado, senador, presidente da Província de São Paulo e da Bahia, membro do Partido Liberal e da Sociedade Abolicionista Dois de Julho	
José Manoel Fernandes Ramos		
José Pereira da Silva Reis		02/02/1862
José Pereira da Silva Rodriguez		
José Vieira de Farias Roch		
Jovino César da Silv		02/06/1867
Lourenço de Souza Marques		10/07/1851
Luís Álvares dos Santos	Lente Proprietário da Cadeira de Latim da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	01/10/1854
Luís Antônio Barbosa de Almeida	Desembargador e presidente da Província	20/11/1864
Luís José Monteiro	Brigadeiro e comandante das armas	15/09/1867
Manoel Alves Moreira Villas Boas	Cônego, Conselheiro da Ordem de Cristo	10/07/1851
Manoel Arcebispo Bahia		
Manoel da Silva Lopes Cardoso		
Manoel Joaquim da Silveira	Arcebispo Metropolitano Primaz do Brasil	02/10/1862
Manoel Joaquim de Almeida	Cônego	03/01/1851
Manoel Joaquim de Santana		
Manoel José de Almeida Couto	Tesoureiro-Geral da Província	10/07/1851
Manoel José de Figueiredo Leite	Provedor da Santa Casa de Misericórdia	26/07/1868
Manoel Líbano Pereira de Castro	Juiz de Direito	18/09/1855
Manoel Menezes Tavares		
Manoel Messias de Leão	Juiz, Desembargador, Presidente de Província, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	1863
Manoel Moniz Tavares	Brigadeiro e Comandante das Armas.	02/10/1862
Manoel Pinto de Souza Dantas (1831-1894)	Advogado, deputado, senador, presidente da província da Bahia, Ministro da Agricultura e Fazenda e importante chefe do Partido Liberal na Bahia.	06/08/1865
Manoel Sátiro de Oliveira Dias (1844-1913)	Médico, deputado, presidente da província do Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte e membro do Partido Liberal	
Maximiano dos Santos Marques		
Militão Barbosa Lisboa		
Nicolau Carneiro da Rocha		1868
Nicolau de Carvalho Filho	Coronel	13/09/1868
Pedro Leão Veloso (1828-1902)	Juiz, jornalista, deputado, senador, presidente de província do Espírito Santo e do Piauí, redação do Diário da Bahia.	15/04/1866
Pedro Luís Pereira de Souza	Deputado, ministro, presidente da Província da Bahia e membro do Partido Liberal.	

Raimundo Nonato da Mãe de Deus Pontes	Frei (Seminário Arquidiocesano)	04/05/1851
Rodrigo Inácio de Souza Menezes	Padre, Pregador Imperial	07/08/1853
Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923)	Advogado, jornalista, deputado, senador, ministro da fazenda e membro do Partido Liberal.	
Salustiano Ferreira Souto	Médico, Professor e Deputado	18/09/1864
Selidônio José Antônio Pereira	Comandante das Armas	24/10/1856
Tranquilino Boreburema		
Umbelino Guedes de Mello		
Vicente Ferreira de Oliveira		10/10/1854
Virgílio Cezar de Carvalho		
Vitório José da Costa		30/04/1864

Fonte: ASPD, atas e relatórios entre 1851 a 1899; BPEB, relatórios entre os anos de 1895 a 1900.

## Anexo V – Pedidos de socorro

Nome	Ofício	Data	Enfermidade
Cláudio José Gomes	Marceneiro	1863	
Manoel Leonardo Fernandes	Marceneiro	1866	
Antônio Rodrigues da Silveira		10/05/1868	
Manoel Cláudio	Sapateiro	18/05/1873	
João Manoel de Jesus		24/05/1875	
Manoel José Coelho		23/11/1877	
Amâncio Benedito dos Passos	Alfaiate	28/05/1879	
João Marques Nunes		04/12/1879	
Amâncio Benedito dos Passos	Alfaiate	14/09/1880	
Manoel José Coelho		23/11/1880	
Marcolino José Dias	Alfaiate	11/12/1880	Incomodo em uma perna inchada
Miguel Arcanjo de Queiroz	Alfaiate	14/01/1881	Febre paludosa de forma remitente e intermitente e hipotermia nas funções nutritivas, tendente a um beribéri
Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Alfaiate	22/12/1881	Moléstia no fígado
Manoel Leonardo Fernandes	Marceneiro	25/05/1882	
Narciso Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	09/09/1882	
Balbino de Araújo Sá Barreto		18/04/1883	Lesão do coração
Manoel Leonardo Fernandes	Marceneiro	02/06/1883	
Cypriano do Bonfim Grillo		19/11/1883	
Gregório Rosa de Aguiar Leite	Carpinteiro	19/11/1883	
Manoel Leonardo Fernandes	Marceneiro	25/01/1884	
Amâncio Pacífico dos Anjos		1886	
Gregório Rosa de Aguiar Leite	Carpinteiro	1886	
Guilherme Constantino Xavier	Marceneiro	02/12/1886	
João Manoel de Jesus		20/10/1887	Elefantíase dos gregos
Manoel Leonardo Fernandes	Marceneiro	17/11/1887	
Narciso Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	29/08/1888	
Amâncio Rodrigues Seixas		1889	
Sebastião Antônio do Nascimento Suzano	Pedreiro	12/03/1890	
Juvêncio Emídio		08/07/1891	
Manoel Anastácio Cajueiro	Marceneiro	04/06/1892	
Cypriano do Bonfim Grillo		22/09/1892	Reumatismo
Romão Alves de Souza	Alfaiate	04/10/1892	Gravemente doente dos pulmões e do fígado
Manoel Anastácio Cajueiro	Marceneiro	21/11/1892	
Américo Cardoso de Vasconcelos	Alfaiate	19/02/1893	
Narciso Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	17/04/1893	Queimadura
Deocleciano Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	18/04/1893	Queimadura
Deocleciano Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	10/07/1893	
Deocleciano Domingos de Santa Isabel	Marceneiro	27/12/1893	Congestão pulmonar dupla
João da Cruz Brandão	Pedreiro	25/05/1894	
Damião Alberto da Silva	Pedreiro	05/09/1895	

Manoel Dionísio da Paixão	Torneiro	07/10/1895	
Manoel Francisco dos Santos	Pedreiro	03/11/1895	
José Augusto Trigueiro de Lima	Pedreiro	15/01/1896	
Cosme Manoel da Cruz	Pedreiro	30/01/1896	Reumatismo poli articular subagudo
Manoel Raymundo Querino	Pintor	05/02/1896	Hepatite
Manoel Anastácio Cajueiro	Marceneiro	10/03/1896	
Idalino José Dias	Pedreiro	29/03/1896	Forte concussão cerebral e congestões viscerais
Marcos Alves de Oliveira		08/04/1896	
Felipe José da Costa e Souza	Pedreiro	03/05/1896	Lesão cardíaca
Ananias Antônio de Souza	Marceneiro	13/05/1896	
Júlio Alves da Palma		06/09/1896	
Silvestre Antônio de Oliveira		28/10/1896	Hipertrofia do centro circulatório
Alexandre da Cruz Silva		05/11/1896	
Severiano Pedro da Silva	Funileiro	01/12/1896	Reumatismo crônico
Procópio Albino dos Santos		03/12/1896	
Plácido da Conceição Costa	Professor	15/12/1896	Conjuntivite no olho esquerdo
Lúcio Bento de Souza		01/01/1897	Reumatismo crônico
Martinho Antônio da Cruz	Torneiro	12/01/1897	
Antônio Eustáquio de Lima		20/01/1897	
Hilário Zeferino dos Santos		20/01/1897	
Manoel Francisco dos Santos	Pedreiro	11/03/1897	
João Antônio de Oliveira	Alfaiate	15/03/1897	
Felipe Benício	Carpinteiro	29/04/1897	
Emygdio Maria de Santana		16/05/1897	
Balbino Pedro da Silva	Carapina	11/06/1897	
Pedro Felisberto do Espírito Santo	Sapateiro	19/06/1897	
Saturnino Rodrigues da Silveira		12/07/1897	
José Antônio da Cruz		15/07/1897	
Manoel Isidoro dos Reis Pires	Pedreiro	29/07/1897	
Felipe Benicio	Carpinteiro	03/08/1897	
João Pompílio Ferreira Lopes	Carpina	04/08/1897	
José Antônio da Cruz		15/08/1897	
Frederico Roque Guimarães	Sapateiro	25/09/1897	
Sebastião Cândido de Oliveira	Pedreiro	06/10/1897	
Lourenço Bento Gomes	Carapina	07/10/1897	
Constantino José Alves	Pedreiro	16/10/1897	
Cecílio Marcolino do Carmo	Cabeleireiro	06/11/1897	
Cosme Manoel da Cruz	Pedreiro	29/11/1897	
Francisco Anselmo da Ressureição	Sapateiro	29/11/1897	
Eutrópio Pedro da Silva	Pintor de imagens	09/12/1897	
André Avelino Alves dos Santos		11/12/1897	
Júlio Capitolino da Boa Morte	Carapina	11/01/1898	Ulceração na mão direita
Lauro Florêncio de Andrade	Pedreiro	17/01/1898	

Ananias Antônio de Souza	Marceneiro	19/01/1898	
Vitoriano Manoel do Sacramento		24/01/1898	
Xavier Fernandes Galiza	Cabeleireiro	23/02/1898	Queimadura na perna
Agapito Lamartine de Andrade		04/03/1898	
Luiz Antonio Gonzaga	Carapina	06/03/1898	Pleurisia
Benvenuto Ladislau do Sacramento	Marceneiro	23/03/1898	
Agostinho Caio de Menezes	Carpina	28/03/1898	
Donaciano Benedito da Silva		29/03/1898	
Cosme Lourenço de Oliveira	Pedreiro	19/04/1898	
Ananias Antônio de Souza	Marceneiro	09/05/1898	Pneumonia
Érico Marcos dos Santos		11/07/1898	
José Antônio da Cruz		14/09/1898	
Crescentino Júlio do Nascimento	Ferreiro	21/09/1898	Alienação mental
Pompeu João de Freitas	Alfaiate	30/09/1898	
Miguel Arcanjo Lopes	Charuteiro	07/10/1898	
José Vieira dos Santos		27/10/1898	Erisipela, acompanhada de grande enfraquecimento
Zeferino Manoel Martins	Carapina	08/11/1898	
Antônio Rodrigues da Silva		16/11/1898	
Vicente Bispo Teixeira	Pedreiro	23/11/1898	Tuberculose pulmonar
Luiz Antonio Gonzaga	Carapina	20/12/1898	
José Victorino		22/12/1898	Úlcera na perna direita
André Avelino Alves dos Santos		04/01/1899	
Amâncio Rodrigues Seixas		28/02/1899	Febre e em estado de prostração
João Cancio Gaspar Santos		24/02/1899	Reumatismo generalizado agudo
Ricardo Américo Cardozo	Pedreiro	06/03/1899	
Ananias Antônio de Souza	Marceneiro	12/03/1899	Sofria de influenza
Eutropio Pedro da Silva	Pintor de imagens	18/03/1899	
Francisco Jacintho Borges		24/03/1899	
Afonso Domingos dos Santos	Pedreiro	23/04/1899	Congestão pulmonar
Silvino Manoel do Sacramento		30/04/1899	
Jacintho Maurício Ferreira		01/05/1899	
Boaventura Monção Ferreira		03/06/1899	
Pompeu Eduviges da Piedade		07/06/1899	
Amâncio Rodrigues Seixas		09/06/1899	
Justiniano Lourenço Pinheiro	Carapina	17/07/1899	Bronquite
Tobias Eustáquio dos Santos		05/08/1899	Hepatite e reumatismo poli articular
Victor Francisco das Chagas		24/08/1899	Reumatismo poli articular agudo
Frederico Roque Guimarães	Sapateiro	30/08/1899	Lesão cardíaca
Francisco Anastacio Cajueiro	Calafate	15/09/1899	Grande queimadura desde a cabeça até os pés

Mathias Luís de Araújo	Carapina	19/09/1899	Em recuperação de uma operação de desarticulação do pequeno dedo do pé direito por conta de ainhum <sup>1</sup>
João da Cruz Brandão	Pedreiro	01/11/1899	Impaludismo ou febre palustre <sup>2</sup>
Pantaleão João de Freitas	Pedreiro	05/11/1899	Congestão cerebral
Antão Abbade da Cruz		26/11/1899	
Sebastião Cândido de Oliveira	Pedreiro	25/01/1900	
Presciano Praxedes Lopes	Charuteiro	23/02/1900	
Severiano Pedro da Silva	Funileiro	15/03/1900	
José Victorino		08/04/1900	
José Vieira dos Santos		09/05/1900	
Saturnino Rodrigues da Silveira		09/05/1900	
Manoel do Bomfim Navarro		22/05/1900	
Júlio Capitolino da Boa Morte	Carapina	28/06/1900	
Presciano Praxedes Lopes	Charuteiro	18/07/1900	

Fonte: ASPD, atas e pedidos de socorro entre os anos de 1863 a 1900; BPEB, relatórios entre os anos de 1895 a 1900.

<sup>1</sup> O ainhum consistia numa doença cujas as causas eram desconhecidas na época. Tratava-se de uma degeneração lenta e progressiva dos dedos menores dos pés, produzindo a sua queda em um período de tempo mais ou menos longo. Era uma moléstia considerada na época peculiar à raça negra, frequente na costa da África. No Brasil, foi identificada e pesquisada na cidade de Salvador pelo médico João Francisco da Silva Lima, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Para mais informações, ver: CHERNOVIZ, op. cit., p. 80-81, vol 1.

<sup>2</sup> Também conhecida como malária.

## Anexo VI – Conselho Administrativo (1851-1900)

Cargo	Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Visitador	Cobrador	Porteiro/ Arquivista
1850/1851	Carlos Manoel Rosendo	José Pedro da Silva Paraguassú	Geraldo José da Conceição	Ignocencio Thomaz de Jesus	Julio da Penha	Manoel Leonardo Fernandes		
1851/1852	Feliciano Primo Ferreira	Agostinho Antônio da Cunha	João de Deus Pires Ferreira	Manoel Venceslau da Conceição	Quintino Thomaz de Florença	Albino Francisco Borges	Bento Ignácio de Oliveira	Manoel Agnelo de Santana
1852/1853	João de Deus Pires Ferreira	Feliciano Primo Ferreira	Agostinho Antônio da Cunha	José Vicente Braulino	Cláudio José Gomes	Albino Francisco Borges	Bento Ignácio de Oliveira	Joaquim de Santana Gomes
1853/1854	José Pedro da Silva Paraguassú	Feliciano Primo Ferreira	José Martinho Ferreira	Pedro Pereira Lopes	Eloy Ferreira Lopes	Agostinho Antônio da Cunha	Joaquim de Santana Gomes Ferrão	Francisco Gomes
1854/1855	Cláudio José Gomes	José Pedro da Silva Paraguassú	Bento Ignácio de Oliveira	Simão dos Reis	João Francisco Regis	Firmino Freitas e Innocencio Thomaz de Jesus	Antônio José Bracete e Domingos Ignácio	
1855/1856	Cláudio José Gomes	João de Deus Pires Ferreira	Joaquim de Santana Gomes Ferrão	Adriano de Souza Lopes	José Victorino Moreira	Cláudio José Gomes e Manoel Leonardo Fernandes	Marcelino Joaquim Paranhos e Manoel Cláudio	Francisco Gomes
1859/1860	Manoel Leonardo Fernandes							
1860/1861	Bento Ignácio de Oliveira		Damião Cardoso da Costa					
1861/1862	Narciso Domingos de Santa Isabel	Manoel Leonardo Fernandes	João José Franco	Gregório Joaquim de Santana	Militão de Jesus Pires	Francisco Anselmo da Ressureição e Simão Alves	Bento Ignácio de Oliveira e Olavo Amâncio	
1862/1863	Joaquim de Santana Gomes Ferrão	Manoel Leonardo Fernandes	Manoel Salustiano Severiano Gomes	Guilherme Francisco Henriques	Antônio José Bracete	Honorato Felipe Mangabeira e João José Franco	João Theodoro da Soledade e João Pereira dos Santos Godinho	Gregório Joaquim de Santana
1863/1864	Manoel Leonardo Fernandes	Geraldo José da Conceição	Manoel Salustiano Severino Gomes	Manoel Anastácio Cajueiro	Honorato Felipe Mangabeira	Manoel Francisco dos Santos	João Theodoro da Soledade e Firmiano José Ferreira	Maximiano Bernardo e Miquelino da Assunção Bahia
1864/1865	Manoel Leonardo Fernandes	Damião Lisboa	Pantaleão Lopes Villas Boas	Manoel Salustiano Severino Gomes	Honorato Felipe Mangabeira	Manoel Francisco dos Santos e Francisco Anselmo da Ressureição	Cosme das Virgens e Joaquim Francisco dos Santos	Antônio José Bracete
1865/1866	Antônio José Bracete	Feliciano Armando Barreto	Guilherme Francisco Henriques	Theophilo da Silva Ribeiro	João Theodoro da Soledade	Francisco Anselmo da Ressureição	André Xavier de Araújo e Gabriel Francisco da Cruz	Pedro Ribeiro de Figueiredo
1866/1867	Manoel Salustiano Severino Gomes	Feliciano Armando Barreto	Manoel Leonardo Fernandes	Theophilo da Silva Ribeiro	João Theodoro da Soledade	André Xavier de Araújo	Manoel Francisco dos Santos e José Pedro do Sacramento	Pedro Ribeiro de Figueiredo
1867/1868	José Pedro do Sacramento/Manoel Francisco dos Santos		Narciso Domingos de Santa Isabel	Saturnino Rodrigues da Silveira	João Theodoro da Soledade	Cosme das Virgens	Antônio Rodrigues da Silveira	Amâncio Benedito dos Passos
1868/1869	Manoel Francisco dos Santos		Manoel Leonardo	Saturnino	João Theodoro da	Francisco Anselmo da	André Xavier de Araújo	Amâncio Benedito

			Fernandes	Rodrigues da Silveira	Soledade	Ressurreição	e Justino Fernandes de Santana	dos Passos
1869/1870	Amâncio Rodrigues Seixas	Francisco Diogo Ribeiro	Severiano Pedro da Silva	José Athanazio	Saturnino Rodrigues da Silveira	Francisco Anselmo da Ressurreição	Ricardo José Ignácio e Manoel Francisco dos Santos	Amâncio Benedito dos Passos
1870/1871	Amâncio Rodrigues Seixas	Severiano Pedro da Silva	Manoel Salustiano Severino Gomes	Caetano de Mattos	Saturnino Rodrigues da Silveira	Eloy Rodrigues Seixas	Cesário Ferraz e Germano Pereira da Silva	Ricardo José Ignácio
1871/1872	Severiano Pedro da Silva	Cosme das Virgens	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cyrne	Manoel Francisco dos Santos	Ricardo José Ignácio	Amâncio Benedito dos Passos e Faustino Fernandes de Oliveira	Francisco Anselmo da Ressurreição e Alberto Gomes	João Manoel de Jesus
1872/1873	Saturnino Rodrigues da Silva	Manoel Leonardo Fernandes	Saturnino Francisco da Rocha	Cesário Ferraz	Manoel Anastácio Cajueiro	Francisco Anselmo da Ressurreição	Antônio José Gomes e Bellarmino de Alcântara	Simeão Estellita Cezimbra
1873/1874	Manoel Leonardo Fernandes	Amâncio Rodrigues de Seixas	Saturnino Francisco da Rocha	Manoel Tobias de Aleluia	Manoel Anastácio Cajueiro	Saturnino Rodrigues da Silveira	Rodrigo Sanches e Francisco Anselmo da Ressurreição	Victor José Mathias
1874/1875	Manoel Leonardo Fernandes	João Theodoro da Soledade	Manoel Anastácio Cajueiro	João Marques Nunes	José Athanazio	Ignácio de Amorim Antuterpio	Ignácio José Teixeira e Romão Martyres da Silva	Luiz Gonzaga dos Reis
1875/1876	Manoel Leonardo Fernandes	João Theodoro da Soledade/ Caetano de Mattos	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cyrne	João Marques Nunes	Saturnino Francisco da Rocha	André Porcino do Sacramento	Romão Mártir da Silva e Miguel Manoel do Bonfim	José Joaquim de Santana Cezimbra
1876/1877	Severiano Pedro da Silva	Narciso Domingos de Santa Isabel	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Francisco Pedro do Bonfim	João Theodoro da Soledade	Balbino de Araújo Sá Barreto	João Manoel de Jesus e Bernardino de Sena Couto Vieira	Simeão Estellita Cezimbra
1877/1878	Caetano de Mattos	João Theodoro da Soledade	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Francisco Pedro do Bonfim	Juvêncio Diogo de Santana	Manoel Raymundo Querino	Gregório Diogo de Deus Rosa e Balbino de Araújo Sá Barreto	André Avelino do Carmo
1878/1879	Caetano de Mattos	Manoel do Nascimento de Jesus	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Francisco Pedro do Bonfim	Juvêncio Diogo de Santana	Gregório Diogo de Deus Rosa	Balbino de Araújo Sá Barreto e Juvêncio Emígdio	André Avelino do Carmo
1879/1880	Caetano de Mattos	Marcolino José Dias	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Francisco Pedro do Bonfim	Juvêncio Diogo de Santana			
1880/1881	Juvêncio Diogo de Santana	Amâncio Rodrigues Seixas	Severiano Pedro da Silva	Miguel Arcanjo de Queiroz	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Manoel Francisco dos Santos	João Theodoro da Soledade e Cypriano do Bonfim Grillo	Faustino Fernandes de Oliveira
1881/1882	Amâncio Rodrigues Seixas	Manoel Francisco dos Santos	Francisco Diogo Ribeiro	Felipe Benicio	João Theodoro da Soledade	Dionizio José de Santana Bandeira	Cypriano do Bonfim Grillo e Manoel Luiz Gonçalves Martins	Olavo Teixeira Seraphim
1882/1883	Amâncio Rodrigues Seixas	Francisco Diogo Ribeiro	Felipe Benicio	Luciano da Silva Serra	João Theodoro da Soledade	Dionizio José de Santana Bandeira	José Augusto Trigueiro Lima e Caetano Coelho dos Passos	Olavo Teixeira Seraphim
1883/1884	Amâncio Rodrigues Seixas	Francisco Diogo Ribeiro	Felipe Benicio	Luciano da Silva Serra	João Theodoro da Soledade		José Augusto Trigueiro Lima e Caetano Coelho	Olavo Teixeira Seraphim

							dos Passos	
1884/1885	Amâncio Rodrigues Seixas	Francisco Diogo Ribeiro	Felipe Benicio	Luciano da Silva Serra	José Augusto Trigueiro de Lima			Olavo Teixeira Seraphim
1885/1886	Amâncio Rodrigues Seixas	Francisco Diogo Ribeiro	Felipe Benício	Luciano da Silva Serra	José Augusto Trigueiro de Lima	Francisco Amaro Paraíso	Faustiniano Fernandes de Oliveira	Manoel Ferreira dos Santos
1886/1887	Francisco Diogo Ribeiro	Marcolino José Dias	Felipe Benício	Luciano da Silva Serra	José Augusto Trigueiro de Lima	Francisco Amaro Paraíso	Faustiniano Fernandes de Oliveira e Manoel Friandes	Manoel Ferreira dos Santos
1887/1888	Manoel do Nascimento Jesus	Felipe Benicio	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Jacinto Francisco de Andrade	Senhorinho Soter Vasconcelos	Severiano Carlos Ferreira		João de Santa Luzia
1889/1890	Manoel do Nascimento Jesus			Jacinto Francisco de Andrade				
1890/1891	Manoel do Nascimento Jesus			Jacinto Francisco de Andrade				
1891/1892	Felipe Benicio	Caetano Porfirio da Silva Campos	Jacinto Francisco de Andrade	Terencio Aranha Dantas	Severiano Pedro da Silva	Faustiniano Fernandes de Oliveira		José Antônio da Cruz
1892/1893	Felipe Benicio	Caetano Porfirio da Silva Campos	Jacinto Francisco de Andrade	Terencio Aranha Dantas	Severiano Pedro da Silva	Faustiniano Fernandes de Oliveira		José Antônio da Cruz
1893/1894	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne	Faustiniano Fernandes Oliveira	Terencio Aranha Dantas	Júlio Capitulino da Boa Morte	Jacinto Francisco de Andrade	Afonso João Maria de Freitas		José Antônio da Cruz
1894/1895	Terêncio Aranha Dantas	Matheus Cruz	Florêncio da Silva Friandes	Gregório de Andrade Gomes	Afonso João Maria de Freitas	Theotonio Simeão Procópio		Júlio Vieira de Bittencourt
1895/1896	Florêncio da Silva Friandes	Pedro Jorge de Oliveira	João Francisco Regis de Antão	Francisco José da Costa	Severiano Carlos Ferreira	Presciano Praxedes Lopes		Aurélio Joaquim de Santa Cecília
1896/1897	João Francisco Regis Antão	Mateus Agostinho da Silva	Francisco José da Costa	João Batista Ferreira dos Santos	Antônio Luiz Alpiniano Mello	Miguel Casimiro dos Anjos		Pedro Felisberto do Espírito Santo
1897/1898	Pedro Jorge de Oliveira	Luiz Antônio Gonzaga	Bernardino João de Freitas	Donaciano Benedito da Silva	Teotônio Simão Procópio	Paulino Rodrigues da Silva		André Avelino dos Santos
1898/1899	Tito dos Santos Recife	Germano Luiz dos Santos	Estevão Júlio Vieira	Paulino Rodrigues da Silva	Afonso João Maria de Freitas	Manoel Ferreira dos Santos		Raphael Arcanjo Ladislau da Cruz
1899/1900	Afonso João Maria de Freitas	Manoel Ferreira dos Santos	Paulino Rodrigues da Silva	Manoel Gregório da Paixão	Tito dos Santos Recife	Elpidio de Santa Cecilia Moreira		Felipe Soares Albergaria

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 30-36. Com algumas revisões a partir de outros documentos do acervo da SPD e do APEB.

## Anexo VII – Comissão Fiscal (1874-1900)

1863/1864	Antônio José Bracete				
1874/1875	Amâncio Rodrigues Seixas	Saturnino Rodrigues da Silveira	Manoel Francisco dos Santos		
1875/1876	Manoel Tobias	Francisco Pedro	Manoel José Coelho		
1876/1877	Manoel do Nascimento de Jesus	Manoel Anastácio Cajueiro	Manoel Francisco dos Santos		
1877/1878	Manoel do Nascimento de Jesus	Amâncio Rodrigues Seixas	Manoel Francisco dos Santos		
1878/1879	Manoel Francisco dos Santos	Amâncio Rodrigues Seixas	Severiano Pedro da Silva		
1880/1881	Caetano de Mattos	Francisco Pedro do Bonfim	Emídio		
1881/1882	Caetano de Mattos	Manoel do Nascimento	Caetano Coelho dos Passos		
1882/1883	Manoel Nascimento de Jesus	Caetano Mattos	Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne		
1887/1888	Severiano da Silva	José Augusto Trigueiro de Lima	Caetano Porfirio da Silva Campos		
1892/1893	Amâncio Rodrigues Seixas	Senhorinho Soter de Vasconcelos	Adão da Conceição Costa		
1892/1893	Manoel do Nascimento de Jesus	Manoel de Sousa Guimarães	Severiano Carlos Ferreira		
1894/1895	Manoel Raymundo Querino	Lourenço Farias	Irineu dos Santos	Francisco Anastácio Cajueiro	
1895/1896	Matheus da Cruz	Cyrino Eusébio do Patrocínio	Jacinto Marciano Nazareth	Antônio Luiz Alpiniano de Mello	José Antônio da Cruz
1896/1897	Pedro Jorge Oliveira	Francisco Amaro Paraíso	Francisco Diogo Ribeiro	Genésio Roberto de Santana	
1897/1898	Hermenegildo Tertuliano Martins	Afonso João Maria de Freitas	Miguel Casimiro dos Anjos	Luiz Gonzaga da Conceição	
1898/1899	Júlio Alves da Palma	Teophilo Francisco Brandão	Henrique de Carvalho		
1899/1900	Thophilo Francisco Brandão	Júlio Vieira de Bittencourt	Alvino Paulo do Bonfim	Cyrino Euzébio do Patrocínio	Mariano Antão do Bonfim

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 34-36. Com algumas revisões a partir de outros documentos do acervo da SPD e do APEB.

## Anexo VIII – Assembleia Geral (1887-1900)

Cargo	Presidente	Vice-Presidente		1º Secretário	2º Secretário
1887/1888	Amâncio Rodrigues Seixas	Narciso Domingos de Santa Isabel		Raymundo Nonato Spinola	Clarimundo de Araújo Ferreira
1891/1892	Manoel do Nascimento de Jesus	Manoel Anastácio Cajueiro		Juvêncio Diogo	João Francisco Regis de Antão
1892/1893	Juvêncio Diogo de Santana	Manoel Anastácio Cajueiro		João Francisco Regis de Antão	Florêncio da Silva Friandes
Cargo	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário
1894/1895	Hermenegildo Tertuliano Martins	Eloy Aleixo Franco	Matheus Agostinho da Silva	Luiz Antônio Gonzaga	Theodoro Estanislau Marques Gomes
1895/1896	Hermenegildo Tertuliano Martins	Eloy Aleixo Franco	Matheus Agostinho da Silva	Luiz Antônio Gonzaga	Theodoro Estanislau Marques Gomes
1896/1897	Terêncio Aranha Dantas	Flaviano Manoel da Purificação	Theotônio Simeão Procópio	Ricardo Martins Ferreira	Bernardino João Freitas
1897/1898	Francisco Amaro Paraíso	Matheus da Cruz	Antônio Germano Alves de Campos	Estevão Júlio Vieira	Antônio Nicanor de Alcântara Bispo
1898/1899	Francisco Amaro Paraíso	Matheus da Cruz	Severiano Carlos Ferreira	Francisco José da Costa	Faustino Gomes da Silva
1899/1900	Júlio Alves da Palma	Bibiano Soares Cupim	Germano Luiz dos Santos	Faustino Gomes da Silva	Pergentino Paiva

Fonte: Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, p. 34-36. Com algumas revisões a partir de outros documentos do acervo da SPD e do APEB.